



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

FERNANDA DO NASCIMENTO PINHEIRO

Financiamento de campanha e doação de partidos: Um estudo sobre a disputa eleitoral de
candidatos LGBT+ às Câmaras Municipais (2016 - 2020)

BELÉM
2024

FERNANDA DO NASCIMENTO PINHEIRO

Financiamento de campanha e doação de partidos: Um estudo sobre a disputa eleitoral de candidatos LGBTQ+ às Câmaras Municipais (2016 - 2020)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará para obtenção do título de Mestre em Ciência Política do Programa de Pós-graduação em Ciência Política na área de concentração Ciência Política e na linha de pesquisa Democracia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.
Coorientadora: Prof. Dra. Naiara Sandi de Almeida Alcantara.

BELÉM
2024

DADOS DE CATALOGAÇÃO

FERNANDA DO NASCIMENTO PINHEIRO

Financiamento de campanha e doação de partidos: Um estudo sobre a disputa eleitoral de candidatos LGBTQ+ às Câmaras Municipais (2016 - 2020)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará para como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política do Programa de Pós-graduação em Ciência Política, na área de concentração Ciência Política e na linha de pesquisa Democracia e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza.

Coorientadora: Prof. Dra. Naiara Sandi de Almeida Alcantara.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza (Orientador)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Naiara Sandi de Almeida Alcantara. (Coorientadora)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dra. Rayza Sarmiento (Examinadora Interna)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Cleyton Feitosa (Examinador Externo)
Universidade Federal de Brasília

Julgada e aprovada em: 25/11/2024

Belém – Pará
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus orientadores, Prof. Dr. Carlos Augusto e Prof.^a Dra. Naiara Sandi, que me inspiraram e apoiaram ao longo deste trabalho. Cada um contribuiu de maneira essencial, e certamente levarei a influência de ambos comigo nos próximos caminhos acadêmicos.

Sou grata também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pelo conhecimento compartilhado durante as aulas, que foi fundamental para minha formação.

À minha mãe e à minha avó, por sempre estarem presentes, e à minha namorada, Maria Paula, que me forneceu todo o apoio necessário para a realização desta pesquisa.

Aos amigos que me acompanharam nesta trajetória, deixo meu sincero agradecimento.

E finalmente, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo suporte financeiro durante meu mestrado na Universidade Federal do Pará.

Às mulheres da minha vida: Madalena, Giselle e Maria

RESUMO

A representação política de minorias é essencial para a construção de instituições democráticas inclusivas, garantindo que as demandas de grupos historicamente marginalizados sejam incorporadas ao debate público e ao cenário político. A população LGBTQ+ representa um grupo reduzido no Congresso brasileiro, mas o crescente número de candidaturas desse segmento nas disputas eleitorais do país aponta para um novo horizonte na representação política desse grupo. Considerando a estigmatização social dessa população dentro e fora do campo político, questionamos os motivos subjacentes ao baixo índice de candidaturas LGBTQ+ que lograram êxito nas eleições de 2016 e 2020. A literatura especializada apontou a escassez de capital simbólico e de recursos para financiamento de campanhas eleitorais como fatores que dificultam a disputa eleitoral. Desta forma, o objetivo principal desta pesquisa é analisar como as desigualdades no financiamento de campanha influenciam o desempenho de candidatos LGBTQ+, em comparação com candidatos heterossexuais nas eleições municipais brasileiras. Parte-se do pressuposto que (H₁) candidatos LGBTQ+ arrecadam um índice reduzido de recursos em comparação a candidatos heterossexuais; que (H₂) candidatos racializados recebem financiamento inferior em comparação a seus pares não racializados; e por fim, que (H₃) a distribuição de recursos de campanha varia de acordo com o espectro político-ideológico dos partidos. Metodologicamente, empregamos uma abordagem quantitativa, utilizando análises descritivas de dados coletados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de organizações não governamentais sobre as eleições municipais de 2016 e 2020. Os resultados apontaram que candidatos LGBTQ+ arrecadam menos recursos e que candidatos racializados enfrentam maiores dificuldades de financiamento e desempenho eleitoral. Além disso, foi identificado uma disparidade na distribuição de recursos conforme o espectro político-ideológico dos partidos, com partidos de esquerda demonstrando maior apoio financeiro que partidos de direita.

Palavras-chave: Representação política; financiamento de campanha; minorias sexuais; população LGBTQ+

ABSTRACT

The political representation of minorities is essential for the construction of inclusive democratic institutions, enabling the demands of historically marginalised groups to be incorporated into public debate and the political landscape. The LGBT+ population represents a small group in the Brazilian Congress, but the growing number of candidates from this segment in the country's electoral disputes suggests a new horizon in the political representation of this group. Considering the social stigmatisation of this population both inside and outside the political arena, we question the reasons behind the low rate of LGBT+ candidates who were successful in the 2016 and 2020 elections. Specialised literature has pointed to the lack of symbolic capital and resources to finance electoral campaigns as factors that makes the electoral race more difficult. Thus, the main objective of this research is to analyse how inequalities in campaign financing influence the performance of LGBT+ candidates compared to heterosexual candidates in Brazilian municipal elections. We assume that (h1) LGBT+ candidates raise a lower rate of funds than heterosexual candidates; that (h2) racialised candidates receive lower funding than their non-racialised peers; and finally, that (h3) the distribution of campaign funds differs according to the political-ideological spectrum of the parties. Methodologically, we employed a quantitative method, using descriptive analyses of data collected from the Superior Electoral Court (TSE) and non-governmental organisations on the 2016 and 2020 municipal elections. The results pointed out that LGBT+ candidates raise fewer funds and that racialised candidates face more difficulties in terms of funding and electoral performance. In addition, a disparity was identified in the distribution of resources according to the political-ideological spectrum of the parties, with left-wing parties showing greater financial support than right-wing parties.

Keywords: Political representation; campaign financing; sexual minorities; LGBT+ population

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 –DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2016 POR GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO.....	61
GRÁFICO 2– DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO.....	62
GRÁFICO 3– DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR GÊNERO E RAÇA.....	62
GRÁFICO 4 DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2016 POR GÊNERO E RAÇA.....	63
GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2016 POR GÊNERO E BENS DECLARADOS	64
GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR GÊNERO E BENS DECLARADOS	65
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR OCUPAÇÃO	66
GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR OCUPAÇÃO	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO ESPECTRO-IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS	55
QUADRO 2-QUADRO DE VARIÁVEIS	58

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR CLASSIFICAÇÃO DE BENS DECLARADOS NAS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020	68
TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR VALOR DE BENS DECLARADOS	69
TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ NAS ELEIÇÕES DE 2016 POR ESTADOS BRASILEIROS.....	70
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ NAS ELEIÇÕES DE 2020 POR ESTADO BRASILEIRO.	71
TABELA 5 - DOAÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA CANDIDATOS LGBT+ EM 2016.....	72
Tabela 6 - DOAÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA CANDIDATOS LGBT+ EM 2020	73
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS LGBT+ EM 2016	74
Tabela 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS LGBT+ EM 2020	74
TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2016 POR RAÇA, BENS, DOAÇÕES DO PARTIDO E RECEITAS DECLARADAS.....	75
TABELA 10 DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR RAÇA, BENS, DOAÇÕES DO PARTIDO E RECEITAS DECLARADAS.....	76
TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR GÊNERO, BENS, DOAÇÕES DO	76
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR GÊNERO, BENS, DOAÇÕES DO PARTIDO E RECEITAS DECLARADAS.....	77
TABELA 13 – SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	77

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais
AVANTE - Avante
CIDADANIA - Cidadania
DC - Democracia Cristã
DEM - Democratas
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
NOVO - Partido Novo
PATRIOTA - Patriota
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCO - Partido da Causa Operária
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PHC - Partido Humanista da Solidariedade
PL - Partido Liberal
PMB - Partido da Mulher Brasileira
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PODE - Podemos
PP - Progressistas
PRP - Partido Republicano Progressista
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC - Partido Social Democrata Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
PT do B - Partido Trabalhista do Brasil
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PV - Partido Verde
REDE - Rede Sustentabilidade
REPUBLICANOS - Republicanos
SD - Solidariedade
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
TODXS - Organização voltada para a promoção de direitos LGBT+
UP - Unidade Popular pelo Socialismo
VOTELGBT - Programa de incentivo e visibilidade para candidaturas LGBT+
LGBT+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MINORIAS SEXUAIS EM DISPUTA ELEITORAL.....	15
2.1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO.....	20
2.2 PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS LGBT+ NA DISPUTA ELEITORAL	28
3 FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E DESEMPENHO ELEITORAL NA PERSPECTIVA LGBT+.....	47
4 FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E DOAÇÃO DE PARTIDOS: UM ESTUDO SOBRE A DISPUTA ELEITORAL NA PERSPECTIVA LGBT+.....	55
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	55
4.2 BASE DE DADOS	56
4.3 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA.....	57
4.4 DESCRIÇÃO DOS DADOS.....	60
4.4.1 Candidaturas LGBT+ segundo gênero e escolaridade.....	60
4.4.2 Candidaturas LGBT+ segundo gênero e raça	62
4.4.3 Candidaturas LGBT+ segundo gênero e classificação de bens	64
4.4.4 Candidaturas LGBT+ segundo ocupação	66
4.4.5 Candidaturas LGBT+ segundo classificação de bens declarados.....	68
4.4.6 Candidaturas LGBT+ distribuídas por Estado brasileiro.....	69
4.4.7 Candidaturas LGBT+ e as doações dos partidos políticos	71
4.4.8 Candidaturas LGBT+ e a distribuição dos votos recebidos	74
4.4.9 Candidaturas LGBT+ distribuídas por raça, gênero, bens, doações e receitas	75
5 RESULTADOS.....	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	90

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as minorias sexuais têm enfrentado resistência à participação efetiva nas esferas de poder político. No Brasil, onde o cenário político é predominantemente dominado por figuras conservadoras, homens heterossexuais e brancos¹, essa exclusão se estabelece pela rejeição ostensiva às pautas ligadas ao segmento LGBTQ+². A oposição política destes candidatos, muitas vezes ancorada em valores morais e religiosos conservadores, tem marginalizado ainda mais essas minorias, impactando diretamente a experiência desta população dentro e fora do campo político.

As teorias sobre representação política, discutidas por autoras como Pitkin (1967) e Phillips (1995), evoluíram significativamente ao longo das últimas décadas, destacando não apenas a emergência de representação proporcional em termos numéricos, mas também a importância da representatividade substancial como forte indício de regimes mais democráticos. Esta última é particularmente relevante para minorias, como o segmento LGBTQ+, cujas experiências e perspectivas são frequentemente excluídas das agendas políticas dominantes. Estudos como os de Mansbridge (1999) indicam que a presença de minorias nos espaços de poder enriquece o debate democrático. Da mesma forma, Young (2000) argumenta que, ao refletir a diversidade da população, a composição parlamentar torna-se mais legítima. No entanto, apesar destas discussões ressaltarem a importância e relevância da presença de minorias nos locais de debate público, a população LGBTQ+ continua a ocupar um status de minoria política e é constantemente vítima de violência e discriminação dentro desses espaços.

¹ Em 2023, o Instituto de Estudos Religiosos (ISER) realizou uma pesquisa abrangente sobre a afiliação religiosa dos deputados eleitos para a Câmara Federal. Os resultados revelaram uma predominância significativa de homens brancos entre os parlamentares cujas crenças estão agrupadas no cristianismo. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/opinio/2023/um-mapa-da-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-empossados>>.

² A sigla que designa o segmento populacional não heterossexual está em constante disputa e transformação. A discussão em torno da diversidade sexual excede as identidades popularmente conhecidas pelo termo LGBTQ, ou seja, pessoas lésbicas, gays, bissexuais e a população T, composta por travestis e transsexuais. A sigla que ganhou notoriedade pública vem sendo contestada para abranger outras sexualidades dissidentes emergentes, como a comunidade queer; os intersexuais; assexuais; pansexuais e pessoas não-binárias. A inclusão dessas identidades na sigla objetiva dar visibilidade a todos aqueles que são subjugados pela heteronormatividade, contudo, compreende-se que à medida em que a sigla se altera ou aumenta, ela se distancia da população não ativista. Como estratégia para manter a discussão sobre a diversidade sexual o mais próximo possível da população não LGBTQ+, o VoteLGBT+, instituição da sociedade civil responsável por colher dados que subsidiam o presente estudo, optou por utilizar a sigla LGBTQ+, porque, por um lado, apela para o termo mais amplo e conhecido pela população; e por outro, o símbolo (+) abrange a presença das demais sexualidades presentes no campo social. Por esta razão, alinhando-se a esse mesmo, a sigla "LGBT+" foi o termo eleito para designar as pessoas não heterossexuais no presente trabalho, considerando que a população heterossexual é uma aliança indispensável ao avanço dos direitos LGBTQ+ na sociedade brasileira.

O mito do “kit gay” e a contraposição ao reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo gênero representam tentativas de minar a cidadania de pessoas não-heterossexuais no Brasil. Ainda assim, a literatura especializada foca majoritariamente na sub-representação feminina e racial, deixando a exclusão política de gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais e outras dissidências pouco explorada pela Ciência Política (Barbabela, 2022). Esta lacuna ressalta a necessidade urgente de ampliar o escopo das pesquisas sobre representação política para incluir essas minorias, cujas experiências são essenciais para entender as dinâmicas de exclusão no cenário político brasileiro.

Neste contexto, é importante considerarmos a experiência de outros grupos também submetidos à exclusão política. A população LGBTQ+ compartilha com as mulheres uma oposição política que atua energeticamente contra pautas progressistas, que visam estabelecer melhores condições de cidadania para estes grupos. Não por coincidência, os mesmos atores políticos que se opõem à legalização do aborto também combatem a legitimidade dos corpos LGBTQ+ na sociedade. O direito ao aborto, por exemplo, baseado na premissa da autonomia corporal, alinha-se particularmente as pessoas trans e todas as identidades com capacidade reprodutiva do segmento. No entanto, a literatura especializada se concentra predominantemente nas mulheres cis. Em contrapartida, estudos sobre a representação política de pessoas LGBTQ+ são notoriamente escassos. É fundamental estabelecer essa agenda de pesquisa com foco nesse último grupo, cuja escassez de estudos obscurece os desafios enfrentados por essa população no processo eleitoral.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de construir uma base teórica robusta sobre a exclusão política de gays, lésbicas, bissexuais, transsexuais e outros grupos minoritários no processo eleitoral. É de extrema relevância investigar de forma mais aprofundada as dinâmicas de exclusão empregadas contra esta população, para fomentar uma reflexão sobre possíveis medidas de combate a discriminação baseada em identidade de gênero e sexualidade no congresso brasileiro. Estas medidas são incontornáveis, pois é no âmbito político que as ações legislativas capazes de promover mudanças significativas para segmentos sociais marginalizados são formuladas e implementadas. Por essa razão é que se faz necessário investigar as dinâmicas de exclusão a que estão submetidas pessoas LGBTQ+ dentro do campo político.

É importante ressaltar que as investidas de aproximação entre o movimento social e as esferas representativas não são recentes. Apesar do regime militar e da forte repressão contra sexualidades dissidentes da época, desde 1960 havia no Brasil uma subcultura homossexual bem consolidada nos principais centros urbanos. Mas foi em 1978, com o surgimento do Grupo

Somos, que a vivência homoafetiva se politizou para institucionalizar as demandas por direitos e a cidadania (SANTOS, 2016; GREEN, 2000; TREVISAN, 2004).

As tentativas de abordar a agenda da diversidade sexual no eixo político-eleitoral começaram com João Batista Breda (PT-SP) em 1986, que tentou nesse mesmo ano a reeleição ao cargo de deputado estadual com uma plataforma assumidamente homossexual; e Herbert Daniel, candidato que também apostou em uma candidatura pró-LGBT+. Exilado político durante o regime militar, Daniel atuou na promoção de debates internos no Partido dos Trabalhadores (PT) sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Ambos não foram eleitos (GOMES, 2016). Outros candidatos assumidamente LGBT+ foram surgindo pelo país no decorrer de novas eleições. Em 1996, o Grupo Gay da Bahia organizou um evento com pré-candidatos às eleições municipais. Na época, foram contabilizados apenas dez candidatos.

Atualmente, esse cenário se modificou em alguns aspectos. A luta pela liberdade sexual ganhou forças nas últimas décadas com o auxílio de governos de esquerda e o reconhecimento da necessidade de políticas públicas voltadas a população LGBT+. Assim, esse grupo consolidou suas pautas políticas e inseriu-se nas deliberações dos locais de poder, constituindo um corpo político organizado e complexo, que comporta diversas minorias sexuais e contextualizações político-sociais distintas.

Barbabela (2022) realizou levantamento sobre a presença LGBT+ nas disputas eleitorais dos períodos de 2012, 2016 e 2020. Respectivamente, 27 pessoas desse segmento foram eleitas no primeiro período, 44 no segundo e 121 no terceiro. É evidente que o ano de 2016 e o de 2020 foram os mais marcantes desde as primeiras tentativas de ingressar na política eleitoral. O autor (2022) argumenta que o ingresso nas esferas representativas indica “a adoção de uma estratégia de atuação junto às estruturas do Estado como forma de conter os avanços de pautas neoconservadoras, a partir de uma lógica de luta por direitos, principalmente em âmbito local” (BARBABELA, 2022).

Além do trabalho de Barbabela (2022), estudos adicionais como os de Coletto (2015), Santos (2016) e Feitosa (2017, 2021, 2022) enriquecem o panorama sobre a presença LGBT+ na disputa eleitoral, destacando a falta do capital simbólico tradicionalmente valorizado na política brasileira. Para entender a posição ocupada por pessoas LGBT+ na arena política, consideram-se três aspectos principais: i) estes candidatos são percebidos como figuras atípicas no cenário político do país, que é predominantemente dominado por homens heterossexuais de perfil conservador; além de ii) possuírem menor capital simbólico em comparação a seus oponentes, o que dificulta significativamente a captação de recursos; e por fim, iii) devido à sua representação social frequentemente estigmatizada, pessoas LGBT+ são posicionadas às

margens nos espaços de deliberação política, enfrentando violência e discriminação, além de terem sua capacidade para exercer atividades políticas frequentemente questionada.

Essas observações são corroboradas por levantamentos recentes conduzidos por organizações da sociedade civil empenhadas na defesa da cidadania LGBTQ+, tais como o relatório “LGBTI+ ocupando os parlamentos” da TODXS, o mapeamento de candidaturas trans realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o estudo “A política LGBTQ+ brasileira” da VOTELGBT. Essas pesquisas apontam a insuficiência de recursos financeiros para sustentar campanhas competitivas. Por essa razão, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as disparidades entre o financiamento de campanha de candidatos LGBTQ+ e candidatos heterossexuais na disputa eleitoral brasileira?

A partir deste questionamento, parte-se das hipóteses a seguir: (H₁) candidatos LGBTQ+ arrecadam um índice reduzido de recursos em comparação a candidatos heterossexuais; que (H₂) candidatos racializados recebem financiamento inferior em comparação a seus pares não racializados; e por fim, que (H₃) a distribuição de recursos de campanha varia de acordo com o espectro político-ideológico dos partidos. O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar como as disparidades no financiamento de campanha influenciam o desempenho eleitoral de candidatos LGBTQ+ nas eleições municipais brasileiras. Este estudo visa ainda examinar o impacto da interseccionalidade de raça e identidade sexual no financiamento e nos resultados eleitorais de candidatos LGBTQ+; analisar a influência do espectro político-ideológico dos partidos no apoio financeiro a candidatos LGBTQ+ para verificar padrões de financiamento associados a diferentes orientações partidárias; e investigar o impacto do financiamento de campanha no desempenho eleitoral dos candidatos LGBTQ+ comparativamente aos heterossexuais.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos principais, culminando nas considerações finais da pesquisa. O primeiro capítulo explora as teorias de representação política, refletindo sobre sua aplicabilidade no contexto das minorias sexuais e apresentando a perspectiva prática de pessoas LGBTQ+ no cenário político eleitoral. O segundo capítulo apresenta os impactos do financiamento eleitoral no desempenho dos candidatos, destacando particularidades enfrentadas por candidatos LGBTQ+. O terceiro capítulo detalha a metodologia empregada, descrevendo os processos de criação da base de dados e apresentando os principais resultados obtidos. Finalmente, nas considerações finais, são abordados os principais achados sobre o financiamento de campanha na perspectiva LGBTQ+ e suas possíveis implicações para a disputa eleitoral.

2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MINORIAS SEXUAIS EM DISPUTA ELEITORAL

A discussão sobre representação política tornou-se central nas últimas décadas como um meio de delinear caminhos mais democráticos para os regimes contemporâneos. É por meio da representação que diversos segmentos da sociedade conseguem corporificar suas vozes nos processos de deliberação e decisão política. No entanto, a trajetória das minorias sexuais nas esferas representativas do Brasil é marcada por obstáculos significativos, como a forte oposição evangélica e a representação frequentemente estigmatizada imposta a gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e outras identidades, que se destacam como barreiras persistentes à inserção no campo político.

Este capítulo realiza uma revisão teórica sobre representação política sob a perspectiva de minorias sexuais, com foco nas contribuições de Hanna Pitkin e Anne Phillips. O objetivo é avaliar a aplicabilidade de suas definições no contexto LGBTQ+. Identificou-se a necessidade de discutir mecanismos alternativos de representação que possam mitigar a exclusão política de grupos minorizados, um tema que ganhou destaque tanto no discurso acadêmico quanto no debate público (MACHADO; CAMPOS, 2020). Essa necessidade surge dos desafios em abordar as especificidades dos grupos minorizados, especialmente pessoas LGBTQ+, destacando a importância de ampliar esses estudos para incluir outros segmentos igualmente marginalizados na política. O debate sobre formas alternativas de representação questiona a eficácia dos métodos tradicionais em atender e refletir as necessidades distintas dessas comunidades.

No Brasil, as esferas representativas são marcadas por desigualdades estruturais que se estendem além dos limites políticos para influenciar o tecido social mais amplo. Miguel (2014) define desigualdade não simplesmente como uma diferenciação básica entre grupos, mas como uma "assimetria no controle de recursos determinados". Esta definição enfatiza que a desigualdade é mais do que disparidades superficiais; ela reflete um padrão estrutural e persistente que impede que grupos minorizados atuem de maneira efetiva, perpetuando ciclos de exclusão e marginalização dentro do processo político. Com efeito, o campo político é caracterizado por um ciclo de retroalimentação, onde os padrões de desigualdade exacerbam as dificuldades enfrentadas por grupos marginalizados para alcançar representação efetiva nos espaços formais e informais de deliberação. Conforme Miguel (2014) aponta, a ausência desses grupos nos processos decisórios não apenas perpetua, mas também intensifica esses padrões de

desigualdade, criando um ciclo vicioso que dificulta mudanças substanciais no status quo político.

Essa é uma questão crítica para as instituições políticas: a desigualdade de poder político. Esta desigualdade se manifesta claramente nas dinâmicas internas do campo político: quais vozes são amplificadas no debate público, quem determina e elabora a agenda política, quem exerce influência no processo decisório e quem controla as informações cruciais. Historicamente, mulheres, pessoas negras, e membros da comunidade LGBTQ+ têm sido sistematicamente excluídos das esferas representativas, com seus interesses frequentemente marginalizados em espaços dominados por perfis brancos e masculinos. Essa sub-representação não apenas reflete uma subalternização política, mas também perpetua um ciclo de exclusão e marginalização.

A literatura sobre representação política evidencia a ausência de um consenso sobre estratégias eficazes para promover a inclusão de grupos marginalizados, principalmente devido ao risco de essencialização. Essa tendência reduz a representação a questões puramente identitárias e descritivas, desviando o foco da necessária ação política substantiva. As especificidades de cada grupo adicionam complexidade à aplicação de teorias unitárias de representação, desafiando acadêmicos e formuladores de políticas a desenvolverem abordagens que integrem as diversas perspectivas sociais, particularmente as da população LGBTQ+.

Dentro desse contexto, Hanna Pitkin (1967) identifica duas abordagens fundamentais ao conceito de representação política: a representação formalista e a representação descritiva. Na abordagem formalista, o representante é autorizado explicitamente a agir em nome dos eleitores, uma relação baseada nas formalidades que definem a interação entre representante e representado, com um compromisso claro de atender às expectativas do eleitorado. Por outro lado, a representação descritiva, conforme elaborada por Pitkin, enfatiza a importância da semelhança física e identitária entre representantes e eleitores, valorizando a composição demográfica das instâncias deliberativas como um reflexo fiel da diversidade do eleitorado. Essa modalidade ressalta que a eficácia da representatividade não reside apenas nas ações, mas também na presença que espelha o eleitorado, uma questão crítica em contextos como o parlamento brasileiro, predominantemente composto por homens brancos.

Anne Phillips (1995), aprofundando a discussão, argumenta que a representação eficaz deve ser informada por uma análise histórica das estruturas de exclusão e dos métodos de representação existentes. Segundo Phillips, a defesa da inclusão política de grupos marginalizados suplantou os princípios de controle popular ou igualdade política. A autora destaca que, em uma democracia representativa, o controle popular evoluiu de uma presença

direta nas decisões para uma influência mais diluída, onde a igualdade política agora pode ser interpretada de diversas maneiras, desde garantir a igualdade nas constituições eleitorais até assegurar que cada eleitor possa influenciar igualmente a composição do governo (PHILLIPS, 1995, p. 30-31).

A autora é quem nos oferece o conceito de “políticas de presença” para enfrentar as questões mais críticas na representação política. Phillips argumenta que não suficiente ter grupos marginalizados representados numericamente; é indispensável que eles estejam ativamente engajados e presentes nos processos decisórios. Daí emergem quatro situações em que a implementação dessas políticas é particularmente eficaz: na desconstrução de estereótipos que confinam mulheres ao espaço doméstico; na promoção de agendas legislativas que ultrapassem barreiras partidárias; na proteção de grupos socialmente vulneráveis; e no enriquecimento da diversidade das discussões políticas.

O conceito de políticas de presença, portanto, está além da mera representação numérica. Ele demanda uma contribuição substancial dos representantes, que deve se refletir nas políticas e na legislação, constituindo um panorama político que corresponda de fato a diversidade da população. Não se trata de representantes que necessariamente se pareçam com seus eleitores, mas sim daqueles que compartilham e articulam suas experiências e demandas específicas. Contudo, é Phillips quem nos adverte sobre o perigo da essencialização, que pode surgir se focarmos demais em identidades imutáveis como gênero ou raça, sem levar em conta a pluralidade de perspectivas dentro de cada grupo.

Phillips reforça que é fundamental tratar todos os participantes do processo político de forma equitativa, não apenas como números em uma estatística, mas como sujeitos ativos da política pública. Apesar de ser um ideal amplamente reconhecido, a realidade mostra que muitas democracias ainda falham em atender a esse padrão, perpetuando a exclusão de grupos marginalizados.

Nesse contexto, dada a diversidade de identidades de gênero, experiências raciais e sexuais no contexto LGBTQ+, parece improvável que este grupo possa ser essencializado. Minha hipótese é de que essa pluralidade interna exige garantias de que a representação deste grupo nas esferas políticas reflita adequadamente sua complexidade. As particularidades do grupo LGBTQ+ demandam uma abordagem que reconheça a amplitude de suas experiências, resistindo a qualquer tentativa de padronização ou essencialização. Essa diversidade enfatiza a necessidade de métodos de representação que valorizem essas diferenças, em vez de reduzi-las a estereótipos simplistas.

Iris Marion Young (2006) oferece uma perspectiva renovada sobre esse debate, ao conceituar a representação política não como uma questão de semelhança física ou identitária direta entre eleitores e representantes, mas como um “processo que envolve uma relação mediada dos eleitores entre si e com um representante”. Young enfatiza que a representação eficaz deve englobar os interesses, opiniões e perspectivas dos eleitores, permitindo uma resposta mais dinâmica e adaptada às necessidades reais dos representados. Segundo ela, uma representação legítima surge de um diálogo contínuo e participativo entre o representante e seus eleitores, capturando um espectro mais amplo de experiências e expectativas dentro da comunidade (YOUNG, 2006).

Iris Marion Young (2006) oferece uma análise mais ampla sobre a representação política, identificando três formas essenciais pelas quais um indivíduo pode sentir-se representado: a defesa dos interesses que compartilha com outros, a consideração dos valores e prioridades que considera importantes, e a reflexão das experiências sociais pertinentes à sua posição e história de grupo nas deliberações políticas. Young argumenta que, além dos interesses e opiniões, a diversidade de perspectivas — decorrentes da posição social dos indivíduos — é crucial para enriquecer o processo democrático. Essas perspectivas diferenciadas ajudam a compreender melhor os eventos sociais e suas implicações, contrariando a noção de que políticas de diferenciação apenas dividem e criam conflitos.

Diferentemente de abordagens anteriores, Young foca em estratégias práticas para a inclusão efetiva de grupos marginalizados, ressaltando que a escolha de tais práticas deve considerar o contexto político, as divisões estruturais da sociedade, e os possíveis compromissos entre valores políticos diversos. Ela discute, por exemplo, a reserva de cadeiras como uma medida potencial, mas também aponta seus riscos, como o congelamento da identidade dos grupos e a possibilidade de cooptação partidária, o que pode desvincular os representantes de suas bases e reduzir sua proatividade na autorização e prestação de contas.

Por outro lado, Jane Mansbridge (1999 *apud* CAMPOS; MACHADO, 2020) identifica condições nas quais a representação direcionada se torna particularmente justificável, como crises de confiança entre eleitos e eleitores, o colapso de clivagens políticas tradicionais, e estereótipos de incapacidade governamental atribuídos a grupos historicamente excluídos. Mansbridge sugere que, em cenários de exclusão contínua de debates sobre políticas que impactam diretamente suas vidas, tais grupos merecem representação especial para fortalecer a democracia e garantir a equidade.

Embora não seja o foco principal desta seção revisitar todas as argumentações em favor de medidas especiais de representação, torna-se evidente que nem as democracias liberais nem

as sociais têm sido totalmente eficazes na inclusão de grupos historicamente excluídos dos espaços de decisão política. Os grupos dominantes continuam a ocupar uma posição predominante, em contraste com os grupos minorizados que ainda lutam para afirmar suas ações políticas em um ambiente majoritariamente homogêneo.

A literatura sobre representação política frequentemente concentra-se nos "riscos" associados à inclusão de subgrupos, negligenciando as condições reais de exclusão e opressão sistemática que esses grupos enfrentam há década, particularmente no Brasil. Discussões focadas em “quem” ou “o quê” está representado, e “como” essa representação se manifesta nas esferas deliberativas, tendem a obscurecer os desafios reais enfrentados por grupos marginalizados em sua busca por reconhecimento e recursos políticos. A tarefa de representar adequadamente uma sociedade diversa como a do Brasil requer esforços políticos concretos para superar as barreiras históricas impostas por grupos dominantes.

A eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro e o subsequente desmonte das políticas sociais estabelecidas por governos de esquerda anteriormente demonstram a urgente necessidade de equipar o parlamento com representantes que defendam ativamente os interesses de grupos desfavorecidos e excluídos do campo político, independentemente do espectro político ideológico. Esta situação sublinha a urgência de discutir e implementar representações que protejam os direitos básicos e fundamentais desses grupos, destacando o risco real de violações desses direitos em um ambiente político hostil.

É um argumento comum entre mulheres, pessoas negras, e minorias sexuais que a empatia ou um conhecimento considerável sobre as questões que os afetam não substitui a experiência vivida. No contexto das sexualidades dissidentes, a complexidade se aprofunda: as identidades, em sua pluralidade, refletem uma variedade de perspectivas sociais, resultando em demandas específicas inerentes a cada uma dessas identidades. No entanto, a experiência por si só não é suficiente para garantir uma representação política substancial e efetiva. É necessário que exista uma capacidade articulada de formular as demandas sociais desses grupos e mobilizar satisfatoriamente os mecanismos políticos para desenvolver respostas adequadas e eficazes a essas necessidades.

Além disso, é importante nos atentarmos às múltiplas perspectivas sociais de pessoas não-heterossexuais, que criam dinâmicas variadas dentro do jogo eleitoral. Por exemplo, é provável que um candidato gay, branco, com recursos financeiros proeminentes e alta educação tenha mais chances de sucesso eleitoral do que um homem negro, gay e com baixo nível de escolaridade. Isso destaca que o desempenho eleitoral é influenciado por uma complexidade de fatores, refletindo diferentes níveis de acesso e barreiras dentro da disputa por cargos eletivos.

Estas nuances foram durante muito tempo negligenciadas pela Ciência Política brasileira, que até a última década não se voltava a participação de indivíduos LGBTQ+ na política institucional (BARBABELA, 2022), mas com a ascensão de representantes do segmento com notável apoio popular e excelente desempenho eleitoral, como Erika Hilton, Erica Malunguinho e Duda Salabert, este debate não pode mais ser adiado ou negligenciado. Se faz necessário debater sobre políticas e vidas LGBTQ+.

Na próxima seção deste capítulo, vamos detalhar a luta do movimento LGBTQ+ dentro das esferas representativas, focando na trajetória de sua institucionalização, que transformou o campo político em um território vital de disputa para a cidadania LGBTQ+ no Brasil. A análise se aprofundará na forma como o movimento tem mobilizado estratégias políticas para afirmar seus direitos e representação. Em seguida, exploraremos de maneira detalhada a literatura especializada sobre as dinâmicas de participação LGBTQ+ na política eleitoral, desenvolvendo um panorama abrangente dos principais desafios e conquistas enfrentados por este grupo na disputa por cargos eletivos. Esta análise nos permitirá entender melhor não apenas as barreiras enfrentadas, mas também as estratégias eficazes que têm sido empregadas para superá-las.

2.1 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-POLÍTICAS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO

A trajetória política dos homossexuais no Brasil teve início no âmbito das lutas sociais contra a repressão imposta pela Ditadura Militar, estabelecida a partir de 1964. Durante essa era de forte censura e controle, as articulações políticas de homossexuais estavam principalmente confinadas a espaços urbanos restritos nos grandes centros do país. Foi apenas na segunda metade da década de 70 que as primeiras tentativas de organização política mais explícita começaram a tomar forma. Um marco significativo foi a convocação para o "I Congresso Homossexual Brasileiro", anunciado através de panfletos distribuídos nas ruas do Rio de Janeiro. O evento estava planejado para ocorrer nos jardins do Museu de Arte Moderna (MAM) da cidade. No entanto, a cobertura jornalística do evento foi marcada por uma presença policial opressiva, levando ao cancelamento do congresso e a uma manchete dramática no jornal Última Hora: "Polícia acaba com o dia do Homossexual" (QUINALHA, 2021, p. 13).

É possível imaginar as dificuldades enfrentadas pelos homossexuais que tentaram se organizar durante um período marcado por uma violência extrema contra sexualidades não heteronormativas, as quais eram forçadas a uma dupla clandestinidade. Por um lado, era

essencial ocultar a homossexualidade das autoridades estatais para evitar perseguições; por outro, era necessário também esconder essa identidade dentro do círculo familiar, entre amigos e no ambiente de trabalho. Os chamados “anos de chumbo” representaram um período de provações para pessoas LGBTQ+. Lutar pelo direito à liberdade sexual era um caminho repleto de desafios e obstáculos. No entanto, quatro décadas depois, desafiando a repressão militarista, o movimento LGBTQ+ não só sobreviveu como também conseguiu conquistar espaços significativos tanto no tecido social quanto no cenário político brasileiro (QUINALHA, 2021, p. 14).

Facchini (2011) categoriza a evolução do movimento LGBTQ+ no Brasil em três ondas distintas. A primeira onda, entre 1978 e 1983, caracteriza-se por um espírito mais revolucionário, muito similar ao dos movimentos feminista, negro e estudantil da época. Durante este período, o movimento LGBTQ+ adotou uma postura transformadora, questionando e procurando desestruturar as hierarquias sociais enraizadas em gênero, raça e orientação sexual. O principal foco era o reconhecimento e aceitação da diversidade sexual, além da promoção de uma identidade coletiva fortalecida. Os esforços visavam melhorar a autoestima e a autoimagem dos membros LGBTQ+, incentivando-os a assumir publicamente suas orientações sexuais e a respeitar a diversidade dentro da própria comunidade. Nesse período, destacaram-se iniciativas como a atuação do grupo “Somos” em São Paulo, que trabalhava pela afirmação LGBTQ+, e a publicação do jornal “Lampião da Esquina” no Rio de Janeiro, ambos fundamentais para a articulação política e visibilidade do movimento (SANTIAGO *et al.*, 2022, p. 8).

A segunda onda, de 1984 a 1992, e a terceira, a partir de 1992 até os dias atuais, continuaram a expandir os objetivos e as estratégias do movimento, adaptando-se às novas realidades políticas e sociais, cada uma refletindo as mudanças no contexto brasileiro e global em relação aos direitos e reconhecimento LGBTQ+. Este período também implicou no aumento da exposição pública da homossexualidade, notadamente catalisada pela epidemia do vírus HIV/AIDS. As políticas governamentais que emergiram como resposta à necessidade de combater a doença provocaram uma gradual revisão do tradicional conceito de sexualidade. Esse panorama trouxe proeminência às figuras líderes dentro da comunidade homossexual e reforçou a luta contra a marginalização e o preconceito. Nesse cenário, a atenção central do movimento passou a ser dirigida aos direitos civis, bem como à implementação de medidas de combate à discriminação e à violência (SANTIAGO *et al.*, 2022, p. 9).

Conforme Facchini (2011), foi nesse contexto que coletivos como o “Triângulo Rosa” e o “Atobá” no Rio de Janeiro, além do “Grupo Gay da Bahia”, assumiram papéis políticos

significativos dentro da sociedade brasileira. Destaca-se a iniciativa do “Triângulo Rosa”, que liderou esforços significativos para incluir a expressão “orientação sexual” no texto da Constituição Federal de 1988, mais precisamente na cláusula que proíbe a discriminação baseada em “origem, raça, gênero, cor e idade”. Embora essa tentativa específica não tenha sido muito bem-sucedida, ela consolidou a luta contra a discriminação e o preconceito como um dos pilares centrais da agenda LGBT+.

A terceira onda do movimento, iniciada em 1992 e que se estende até os dias atuais, é definida pela diversificação e expansão geográfica das entidades envolvidas, englobando uma vasta gama de formatos organizacionais. Grupos comunitários, organizações não governamentais, coletivos religiosos inclusivos, entidades acadêmicas e agremiações partidárias surgiram por todo o país, ampliando o espectro de atuação e advocacia do movimento. Essa fase culminou na formação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) em 1995, que hoje congrega aproximadamente 200 organizações. Esta rede ampliou significativamente a coordenação e a articulação das atividades do movimento, fortalecendo sua capacidade de influenciar políticas públicas e promover mudanças sociais em todo o Brasil.

A atuação da ABGLT foi decisiva na inserção das pautas LGBT+ nas esferas estatais, buscando uma maior articulação e influência nos processos de deliberação e decisão nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nesse período, as organizações associadas à ABGLT não só coordenaram projetos de prevenção à Aids apoiados por programas estatais, mas também promoveram iniciativas legislativas e judiciais significativas. Entre essas, destaca-se a eleição de parlamentares LGBT+, o impulso para a proposição de leis em níveis federal, estadual e municipal que visavam consolidar direitos como o reconhecimento de uniões homoafetivas, a proibição de comportamentos discriminatórios em ambientes públicos e privados, o reconhecimento da identidade de travestis e transexuais e o combate às várias formas de discriminação e violência contra a comunidade LGBT+ (SANTIAGO *et al.*, 2022, p. 9).

A resposta à crise da Aids foi particularmente urgente devido à desinformação e ao estigma associados à doença naquela época. Focados na construção de um sistema eficaz de prevenção e apoio às vítimas, ativistas LGBT+ colaboraram estreitamente com as autoridades de saúde, especialmente em São Paulo, onde a secretaria de saúde lançou um dos primeiros programas governamentais de combate à Aids. Esta iniciativa marcou um momento crucial, pois ativistas homossexuais trabalharam lado a lado com profissionais de saúde em campanhas

de conscientização e prevenção, distribuindo informações e preservativos e fomentando debates sobre a doença em espaços de socialização LGBTQ+ (TREVISAN, 2018, p. 343).

Assim, a colaboração entre o Estado e a militância homossexual provou ser decisiva na luta contra a epidemia da Aids no Brasil. Em São Paulo, a travesti Brenda Lee ganhou destaque por seu trabalho humanitário, abrigando e cuidando de dezenas de travestis infectadas em sua própria pensão. Este esforço levou à criação da "Casa Brenda Lee", que mais tarde se tornou uma extensão do Hospital Emílio Ribas, uma das principais frentes na resposta do Estado à Aids. O envolvimento de Brenda Lee e outros ativistas foi fundamental para que o Brasil ganhasse reconhecimento da Organização Mundial de Saúde como um modelo no enfrentamento à epidemia (TREVISAN, 2028, p. 343).

Segundo Trevisan (2018), a resposta à Aids alterou significativamente a dinâmica do movimento homossexual no Brasil, estabelecendo uma nova forma de interação entre os ativistas homossexuais e os órgãos governamentais. Sem formalizar acordos ou programas específicos, o governo começou a repassar verbas diretamente para as lideranças do movimento, que então se expandiram em diversas organizações não governamentais. Esta dinâmica criou um novo papel para os militantes, que começaram a atuar em consonância com as diretrizes do Estado, marcando o surgimento do "homossexual profissional" na década de 1990.

A resposta ao HIV/AIDS fomentou a profissionalização do ativismo LGBTQ+, promovendo uma nova figura do militante: mais corporativo, com visibilidade midiática e capacitado para atuar como porta-voz em espaços de poder, especialmente em políticas governamentais de saúde. A década de 1990, apesar de marcada pelo pânico da Aids, também testemunhou a transformação da homossexualidade em um segmento de mercado consumidor emergente. Este período viu o surgimento de uma nova era de consumo direcionado ao público GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), com a criação de inúmeros jornais e revistas, tanto de cunho cultural quanto erótico. O mercado se expandiu rapidamente, e o movimento LGBTQ+ começou a contar com figuras proeminentes que apoiavam a causa. Durante os anos 90, a cultura gay experimentou uma diversificação sem precedentes, refletida na explosão de práticas culturais e na crescente visibilidade pública.

Um marco significativo dessa era foi a Parada do Orgulho GLBT em São Paulo, que exemplifica a escalada do movimento em termos de participação e reconhecimento social. Iniciando com 2 mil³ participantes em 1997, o evento rapidamente se transformou em um

³ Ver <https://fpabramo.org.br/2019/06/23/parada-do-orgulho-lgbt-de-sao-paulo-comecou-em-1997-e-esta-no-guiness/>.

fenômeno de massas, atraindo 35 mil pessoas já em 1999. Esse crescimento notável não apenas demonstra a força e a resiliência do movimento homossexual, mas também sinaliza uma mudança na percepção pública e uma aceitação crescente das questões LGBTQ+ no Brasil. Este aumento foi o resultado direto de esforços persistentes por uma geração mais pragmática e organizada, que trabalhava incansavelmente para avançar a agenda homossexual em todas as frentes da sociedade.

A mobilização organizada e a disseminação de uma cultura de apoio por todo o Brasil, através da atuação dos movimentos, coletivos e organizações LGBTQ+, foram cruciais para acionar instrumentos institucionais que beneficiaram a comunidade homossexual. A promoção da cultura gay e a profissionalização dos ativistas homossexuais contribuíram significativamente para a visibilidade e o reconhecimento das demandas dessa população. Este avanço não teria sido possível sem a integração de vários setores da sociedade que assumiram o papel de aliados, ampliando o suporte ao movimento (TREVISAN, 2018, p. 350).

A última década do século XX testemunhou avanços políticos significativos para a comunidade LGBTQ+ no Brasil. Comissões de Direitos Humanos em todo o país passaram a abordar questões de homossexualidade, e a legislação antidiscriminatória por orientação sexual foi incorporada às Leis Orgânicas de numerosos municípios e às Constituições de vários estados, mesmo que a inclusão no texto da Constituição Federal não tenha sido realizada. Em 1993, a Organização Mundial de Saúde desclassificou a homossexualidade como doença, e em 1999 ocorreu o Seminário Nacional de Cidadania Homossexual no auditório da Câmara Federal. No mesmo ano, o Judiciário brasileiro proferiu decisões favoráveis ao direito de encontros conjugais para homens e mulheres homossexuais, marcando um ano de progresso legislativo para a população LGBTQ+ (TREVISAN, 2018, p. 355).

No início do século XXI, o Brasil testemunhou a implementação de importantes iniciativas governamentais voltadas para o avanço dos direitos LGBTQ+. Em 2004, foi lançado o programa "Brasil Sem Homofobia", vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que focava em melhorar as condições de segurança, saúde, educação, empregabilidade e cultura para a comunidade LGBTQ+. Este esforço foi seguido pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNPCDH-LGBT), introduzido em 2009, reforçando o compromisso do governo com a promoção da igualdade e o combate à discriminação. Em 2013, um marco significativo foi alcançado quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que obrigava os cartórios de todo o país a celebrar o casamento civil entre pessoas do

mesmo gênero e reconhecer a união estável, proporcionando a possibilidade de sua conversão em casamento, caso desejado pelos indivíduos (SANTIAGO *et al.*, 2022, p. 10).

No campo judicial, várias decisões apoiaram demandas LGBTQ+ em aspectos como direito à adoção, compartilhamento de planos de saúde, direito à pensão por morte do parceiro, direitos sobre patrimônio compartilhado, e retificação de nome para pessoas transexuais. Com progressos significativos nos âmbitos executivo e judiciário para a população LGBTQ+, as reivindicações rapidamente se estenderam para as esferas representativas. Mas esses ensaios não são recentes.

Em 1996, um grupo de ativistas homossexuais organizou na Bahia um encontro nacional de pré-candidatos, visando fortalecer a presença LGBTQ+ nas eleições. Apesar de lançarem plataformas eleitorais robustas, nenhum dos candidatos abertamente assumidos obteve sucesso nas urnas. Contudo, destaca-se Kátia Tapeti, travesti eleita e reeleita em Colônia, Piauí, que, além de político, era dentista, parteira e uma líder comunitária respeitada⁴. Embora Kátia tenha mantido por um tempo a distinção de ser a única eleita de sucesso, as primeiras décadas do século XXI testemunharam um crescimento significativo nas políticas relacionadas a raça, gênero e sexualidade no Brasil, refletindo uma mudança progressiva na representação política e social desses grupos (TREVISAN, 2018, p. 354).

É importante, no entanto, reconhecer os efeitos que as mobilizações sociais revoltosas do Brasil causaram no movimento LGBTQ+ no ano de 2013. Conforme Trevisan (2018) relata,

Inicialmente, algumas centenas de pessoas foram às ruas protestar contra o aumento do preço das passagens no transporte público. Com a violenta reação policial, os protestos rapidamente se multiplicaram com milhares de participantes, até atingir a conta dos milhões, nos mais diferentes estados da União. Em todos os níveis, a elite política e intelectual mostrou-se perplexa. [...] Marco Aurélio Nogueira, cientista social da Universidade Estadual Paulista (Unesp), classificou como um "protesto maciço contra as graves deficiências do sistema de prestação de serviços públicos" (TREVISAN, 2018, p. 494).

Esse período de mobilização política no Brasil é popularmente conhecido pelo slogan "não é só pelos 20 centavos" e pela ausência de bandeiras partidárias. A mensagem de desaprovação popular aos sistemas de governo era clara, contudo, também chamava atenção o fato de que essa regurgitação política ocorria justamente em meio a um governo cuja promessa era de representação da força popular no país. Mas à medida em que forças estatais eram acionadas para reprimir os manifestantes, a reação dos revoltosos eclodiu proporcionalmente

⁴ Em Colônia, Piauí, Kátia Tapeti fez história ao ser eleita vereadora pela primeira vez em 1993 e reeleita em 1996, tornando-se a mais votada na cidade em sua segunda eleição. Posteriormente, Kátia aderiu ao movimento liberalista, com seu trabalho político recebendo suporte da Associação Astral (Associação de Travestis e Liberados).

(TREVISAN, 2018, p. 494). Nesse contexto, foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que autorizava a "cura gay" dentro da Comissão Parlamentar de Direitos Humanos, cuja liderança era ocupada pelo pastor Marcos Feliciano.

Rapidamente, o projeto de "cura gay" saiu do Congresso Nacional e tomou espaço nas deliberações políticas da rua, provocando a indignação dos manifestantes. Feliciano se tornou então alvo das mobilizações – até então inéditas – da comunidade LGBTQ+, que passou a participar ativamente de protestos contra as declarações homofóbicas do pastor. Slogans referentes às pautas LGBTQ+ surgiram em meio a revolta de 2013, como por exemplo "Não há cura para o que não é doença" e "Feliciano não me representa". Com efeito, protestos dessa proporção com participação maciça da população não heterossexual era algo inusitado para a sociedade brasileira, mas as jornadas políticas de junho de 2013 no Brasil causaram um efeito bola de neve irreversível na luta por direitos e cidadania LGBTQ+ (TREVISAN, 2018, p. 497).

Mas apesar do crescimento do ativismo jurídico-judicial e das vitórias em áreas como direitos humanos e reconhecimento social, a representação parlamentar da população LGBTQ+ ainda enfrentava obstáculos significativos. Até as eleições de 2014, Jean Wyllys permanecia como o único parlamentar abertamente gay entre os 594 membros do Congresso Nacional, destacando uma disparidade relevante entre a mobilização social e a representação política efetiva. Este cenário ocorria em contraste com as mais de 180 paradas LGBTQ+ realizadas anualmente no Brasil, que evidenciavam um crescente engajamento político e social em torno das questões de diversidade sexual e cidadania homoafetiva.

Nesse contexto de crescente conscientização e politização, a população LGBTQ+ começou a cultivar um senso mais forte de pertencimento, centrado na afirmação de suas identidades e direitos. As iniciativas para expandir esse espaço de representação multiplicaram-se, culminando em eventos significativos como a 3ª Conferência Nacional LGBTQ+ em 2016. Sob o lema "Por um Brasil que Criminalize a Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais", a conferência buscou não apenas fomentar o debate, mas também impulsionar políticas afirmativas que assegurassem os direitos e o pleno exercício da cidadania por parte dessa comunidade.

Nesta ocasião, um leque de propostas abrangentes foi aprovado, visando combater os obstáculos enfrentados pela comunidade LGBTQ+ no Brasil. Essas iniciativas tinham o objetivo explícito de promover a dignidade humana e garantir a igualdade de direitos para os membros da comunidade. Entre as medidas adotadas, destacam-se as ações voltadas para a educação, com programas específicos destinados a reduzir a evasão escolar e promover a qualificação profissional, facilitando o acesso ao mercado de trabalho para LGBTQ+.

Além disso, foram implementadas políticas para a promoção da cultura e o resgate da memória histórica LGBTQ+, reconhecendo a importância de preservar e divulgar a rica herança cultural deste grupo. A segurança também foi uma das prioridades, refletindo a preocupação com o aumento dos casos de violência contra a comunidade. Iniciativas foram lançadas para combater a violência homofóbica e assegurar um ambiente mais seguro para todos os cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Essas ações governamentais buscaram não apenas enfrentar os desafios imediatos, mas também pavimentar o caminho para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Convém destacar, no entanto, que dentre as medidas que foram mencionadas por ocasião da conferência, foi sugerido a reserva de vagas para pessoas LGBTQ+ nas candidaturas dos partidos políticos, como forma de incentivo à inserção e participação política da população em organismos decisórios. O encorajamento à disputa de cargos eletivos mostrou-se uma estratégia de sucesso, pois resultou em efeitos significativos nas eleições do ano de 2016. Segundo dados disponibilizados pela Aliança Nacional LGBTQ (2020), ocorreu um aumento expressivo de candidatos que se autodeclararam como pertencentes à comunidade; 256 candidatos disputaram mandato para as Câmaras Municipais, e em 2020, 435 candidatos, representando um crescimento de 70% de candidaturas em 4 anos. Foram 17 candidatos eleitos no ano 2016, e 54 representantes em 2020, totalizando um crescimento de 217% (ALIANÇA NACIONAL LGBTQI+, 2020).

No próximo capítulo, exploraremos as produções acadêmicas sobre a experiência LGBTQ+ na política eleitoral brasileira, incorporando a esses dados as informações dos relatórios disponibilizados por organizações da sociedade civil. Esses relatórios buscam evidenciar a trajetória de candidatos LGBTQ+ que disputaram as eleições no Brasil, uma tarefa de extrema importância devido à ausência de dados governamentais específicos sobre essas candidaturas.

Reconhecer a relevância desses trabalhos é essencial tanto dentro quanto fora da comunidade acadêmica, pois eles têm sido fundamentais para dar voz e visibilidade à luta dos líderes da militância e do movimento social LGBTQ+. Combater o silêncio da Ciência Política em relação às trajetórias LGBTQ+ na política eleitoral é necessário para desafiar e superar os mecanismos de exclusão que persistem nas esferas representativas brasileiras.

2.2 PARTICIPAÇÃO DE CANDIDATOS LGBT+ NA DISPUTA ELEITORAL

A participação de candidatos LGBT+ na política eleitoral é um fenômeno que cresceu de forma escalar na última década. A luta por visibilidade e representação política tem sido uma estratégia central para o movimento LGBT+, que objetiva não apenas a garantia de direitos civis, mas efetivamente influenciar a construção de políticas através da ocupação de cargos eletivos. Nesta seção, iremos condensar os aspectos mais relevantes da presença LGBT+ no cenário político brasileiro, através da literatura especializada e de pesquisas cuja iniciativa partiu de organizações da sociedade civil que atuam na defesa da cidadania LGBT+ no país.

Até 2015, as estimativas demográficas sobre a população LGBT+ no Brasil eram predominantemente especulativas devido à falta de dados específicos (COLETTI, 2015). Essa carência de informações comprometia a compreensão da participação política desse grupo diversificado, contribuindo para sua marginalização na Ciência Política até o ano seguinte.

As eleições de 2016 marcaram um ponto de inflexão na representação política LGBT+ e na literatura especializada. Esse período foi destacado pelo surgimento de diversos estudos focados nas experiências eleitorais de pessoas não heterossexuais. Destacam-se os trabalhos de Gomes, que abordaram a participação LGBT+ na política institucional (GOMES, 2016a), as candidaturas de travestis e transexuais (GOMES, 2016b) e as tensões entre o Movimento LGBT+ e os partidos políticos brasileiros (GOMES, 2016c).

Esses estudos proporcionaram uma visão crítica e abrangente das dinâmicas eleitorais a partir da perspectiva LGBT+, evidenciando tanto os avanços quanto os desafios enfrentados por esse segmento na representação política. Gomes ofereceu reflexões importantes sobre as mudanças sociais e políticas que impulsionaram o fenômeno das candidaturas LGBT+, além de explorar as disputas entre o movimento e os partidos políticos, destacando a complexidade das relações entre ativistas e agremiações partidárias na agenda da diversidade sexual.

Gomes (2016a) também destacou a forte oposição de setores conservadores como uma possível explicação para a rejeição de propostas legislativas favoráveis à ampliação dos direitos LGBT+. No entanto, são necessários dados mais aprofundados para explicar a ausência de Projetos de Lei pró-LGBT+. Observou-se ainda que, embora a esquerda tenha um histórico de apoio ao movimento, membros de partidos de direita e centro também demonstraram apoio ao segmento.

No estudo sobre as dinâmicas eleitorais de candidaturas travestis e transexuais (GOMES, 2016b), foram utilizados dados da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas,

Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) das eleições de 2008, 2010 e 2012, além de pesquisas em fóruns de ativistas LGBTQ+ organizados virtualmente no Brasil. Foram identificados 738 casos, divididos entre "aliados da causa LGBTQ+" e "candidatos que se identificam como LGBTQ+". As análises revelaram um aumento de 122% nas candidaturas LGBTQ+ entre 2002 e 2010, e um aumento adicional de 113% entre 2004 e 2012. Esse crescimento foi atribuído ao aumento da visibilidade da causa, impulsionado por eventos como a Parada LGBTQ+ em São Paulo e pela institucionalização da temática LGBTQ+ desde a chegada do PT ao Executivo Federal. Os dados revelaram que os candidatos LGBTQ+ concentravam-se em faixas intermediárias de idade: 34,6% têm entre 40 e 49 anos, 20,2% entre 50 e 59 anos, e 41,1% até 39 anos. Quanto ao nível de escolaridade, um terço dos candidatos tem ensino superior completo, um terço tem ensino médio completo, e 15% têm até o ensino fundamental completo. Esses números são semelhantes aos dados de escolaridade dos candidatos nas eleições de 2014, onde 40% tinham ensino superior completo e 33% ensino médio completo (GOMES, 2016B).

Todavia, ao analisar os dados por orientação sexual e identidade de gênero, emergem disparidades significativas. As candidatas travestis e transexuais apresentam níveis educacionais inferiores em comparação aos candidatos gays e lésbicas. Apenas 25% das travestis e transexuais estão cursando ou concluíram a universidade, enquanto 59,1% dos gays e 45,1% das lésbicas atingiram esse nível de educação. Além disso, 75% das travestis e transexuais têm até o ensino médio completo, em comparação com 40,9% dos gays e 54,9% das lésbicas. A marginalização das travestis e transexuais, frequentemente expulsas de suas residências ao revelarem sua identidade sexual dissidente, resulta em evasão escolar e baixo nível educacional, levando muitas a verem no trabalho sexual a única forma de garantir sua subsistência (GOMES, 2016B).

As candidaturas LGBTQ+ analisadas estão concentradas nas regiões Sudeste (41,6% do total), Nordeste (32,1%) e Sul (14,7%). A região Sudeste lidera em número de candidaturas lésbicas (37,3%), gays (45,3%) e trans (39,5%), seguida pela região Sul, com 13,7% das candidaturas lésbicas, 11,3% das gays e 18,4% das travestis e transexuais. No contexto das eleições municipais, a maioria das candidaturas LGBTQ+ (59%) está concentrada nas capitais e regiões metropolitanas, o que era esperado devido à alta disponibilidade de espaços de sociabilidade e consumo LGBTQ+ nessas áreas urbanas. No entanto, é interessante observar que quase metade desses candidatos (41%) também buscou cargos de vereador ou prefeito fora dos grandes centros urbanos. Ao analisar as cidades de médio e pequeno porte, principalmente nas regiões Sudeste, Nordeste e Sul, verificou-se uma presença significativa de candidatos LGBTQ+.

Aprofundando a análise por orientação sexual e identidade de gênero, nota-se que as candidaturas lésbicas se concentram principalmente nas capitais e regiões metropolitanas (75,6%), seguidas pelas candidaturas gays (57%). Por outro lado, entre as candidaturas trans, 51,4% ocorrem em cidades do interior. Esse dado é significativo, pois desafia a suposição de que populações de cidades pequenas e médias tendem a ser mais conservadoras em relação à sexualidade e aos papéis de gênero.

Gomes (2016b) sugere que a ausência de um movimento organizado LGBTQ+ em nível local, juntamente com a maior viabilidade de acesso a cargos eletivos (notadamente em cidades onde o número de votos necessários para eleição é baixo), pode ter impulsionado o engajamento político de travestis e transexuais.

Um exemplo notável é Kátia Tapety, a primeira travesti eleita para um cargo público no Brasil, como vereadora do município de Colônia do Piauí em 1992. Tapety foi reeleita por três mandatos como vereadora e posteriormente alcançou o cargo de vice-prefeita em 2004. Seu sucesso eleitoral foi atribuído ao seu trabalho comunitário como parteira e ao fato de pertencer a uma família tradicionalmente envolvida na política local (GONTIJO, 2014). É interessante mencionar que Kátia se envolveu com o movimento LGBTQ+ somente após sua eleição.

O sucesso eleitoral de candidatas trans em cidades pequenas e médias evidencia a necessidade de uma agenda de pesquisa focada na atuação dessas candidaturas. O estudo dessas trajetórias e estratégias políticas pode revelar novas compreensões sobre a disputa eleitoral na perspectiva de minorias em diferentes regiões do Brasil. Essa investigação não só contribui para a compreensão das dinâmicas eleitorais, mas também fortalece a luta por igualdade e inclusão política, evidenciando a capacidade de transformação das estruturas sociais e políticas no país.

Outro ponto importante é que a grande maioria dos candidatos LGBTQ+ optou por concorrer ao cargo de vereador (89,1%), seguida por candidaturas para deputado estadual e distrital (5,8%) e deputado federal (3,8%). A distribuição dessas candidaturas de acordo com a orientação sexual e identidade de gênero revela uma tendência similar, com travestis e transexuais apresentando uma predominância nas candidaturas para vereador (92,1%), em comparação com lésbicas e gays (88,2% e 88,1%, respectivamente). Esses dados indicam um aspecto fundamental: a posição relativamente inicial das candidaturas LGBTQ+ no campo político brasileiro.

O cargo de vereador é considerado o mais acessível na hierarquia política, pois demanda um número menor de votos para obter sucesso eleitoral e representa o início da carreira política. Por outro lado, é também o cargo de menor influência na esfera institucional (MIGUEL, 2003).

Essa tendência é ainda mais evidente em pequenas e médias cidades, que concentram a maioria das candidaturas LGBT+ bem-sucedidas (Gomes, 2016b).

Isso reflete a busca por um espaço inicial de atuação política, onde os candidatos LGBT+ possam começar a construir sua trajetória e ganhar visibilidade dentro do campo político. No entanto, essa mesma realidade aponta para as barreiras estruturais que impedem o avanço dessas candidaturas para cargos de maior relevância e influência política, como os de deputados estaduais, federais e senadores. A trajetória dessas candidaturas destaca a necessidade de apoio mais robusto e direcionado para que esses candidatos possam superar as limitações impostas pela estrutura política tradicional e alcançar posições onde possam efetivamente influenciar a formulação e implementação de políticas públicas que atendam às demandas da sociedade LGBT+.

Apesar de ser um fenômeno em ascensão no cenário político brasileiro, é preciso reconhecer que candidatos LGBT+ enfrentam desafios significativos. O primeiro desafio, apontado por Gomes (2016b), é garantir visibilidade a essas candidaturas. A construção de campanhas eleitorais em articulação com o movimento LGBT+ pode ser uma estratégia eficaz para aumentar a publicidade desses representantes. Outro desafio importante é de ordem estrutural e se refere à posição de subalternidade ocupada por pessoas LGBT+ no campo político. É necessário que essas candidaturas tenham um ciclo progressivo na carreira política, a fim de alcançar cargos mais altos na hierarquia política do país e consolidar ações efetivas no âmbito legislativo (GOMES, 2016b).

Outro fator relevante a ser considerado em termos de candidaturas LGBT+ são as tensões e antagonismos entre partidos políticos, o movimento LGBT+ e os próprios candidatos. Esses conflitos têm privado os candidatos de um apoio fundamental durante as eleições. A falta de coordenação e, muitas vezes, o confronto aberto entre esses grupos têm colocado obstáculos não apenas para garantir uma presença mais expressiva de parlamentares assumidamente LGBT+, mas também prejudicado o apoio de outras forças políticas às demandas do segmento (GOMES, 2016c).

Essas tensões foram motivadas pela percepção de que os partidos políticos estariam apenas cooptando candidaturas LGBT+ para atrair novos eleitores, sem um compromisso genuíno com a agenda LGBT+. Isso gerou cisões e rupturas entre grupos ativistas, dividindo opiniões. Alguns ativistas argumentam que a luta pela libertação sexual deve ser apartidária, estabelecendo alianças estratégicas para inserir a agenda de diversidade nas deliberações políticas e evidenciar a realidade LGBT+, historicamente negligenciada pelos espaços públicos.

Gomes (2016c) destaca que em diversas votações legislativas de projetos pró-diversidade sexual, parlamentares mostraram hesitação em apoiar a causa LGBTQ+ devido à percepção de um potencial limitado de apoio político-eleitoral desse segmento. Em contraste, grupos religiosos possuem uma estrutura financeira e organizacional sólida, representando uma aposta mais assertiva para o sucesso eleitoral. Essa dinâmica pode explicar por que as reivindicações pela livre orientação sexual e identidade de gênero são frequentemente negociadas com parlamentares associados a esses grupos religiosos, o que retarda a aprovação de legislação favorável aos direitos LGBTQ+.

A relação entre partidos políticos e ativistas LGBTQ+ foi estabelecida com dificuldades e historicamente dividiu opiniões entre os grupos ativistas. Essa divisão criou desafios adicionais para a consolidação de uma representação política forte e coesa. Enquanto alguns veem a cooptação partidária como uma estratégia para aumentar a visibilidade e influência, outros acreditam que ela dilui a autenticidade e autonomia do movimento.

Em 2017, Feitosa (2017) propôs uma reflexão importante a respeito das barreiras que impedem ou dificultam o desenvolvimento da ambição política entre as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais para concorrer a cargos eletivos no Brasil. Segundo o autor, o notório aumento da visibilidade da agenda LGBTQ+ na esfera pública provocou reações negativas por parte de parlamentares conservadores e fundamentalistas. Esse backlash se traduziu na rejeição e rechaço do material educativo sobre diversidade sexual, que seria distribuído em escolas do país. A frente parlamentar evangélica reagiu fortemente, construindo o mito do “kit gay” em cima do material, afirmando ser um indutor para crianças tornarem-se homossexuais.

Feitosa (2017) argumenta que a hostilidade dos parlamentares conservadores não apenas dificultou a implementação de políticas inclusivas, mas também gerou um ambiente de intimidação e repressão para candidatos LGBTQ+. A narrativa do “kit gay” é um exemplo claro de como a desinformação pode ser usada como ferramenta política para manipular a opinião pública e marginalizar ainda mais os grupos já vulneráveis. Diante de um cenário parlamentar hostil e desmotivante, Feitosa (2017) aponta para “a aniquilação da produção de desejo e ambição política entre sujeitos e sujeitas vulneráveis que, em face das assimetrias e iniquidades, não se veem possibilitados a disputar espaços de poder formais”.

Estudos de Miguel e Biroli (2010) indicam que três tipos de recursos são necessários para a participação política em geral e, mais ainda, para a possibilidade de disputar cargos públicos: dinheiro, tempo livre e uma rede de contatos. Como regra, para os integrantes de grupos em posição subalterna, faltam recursos de um ou mais tipos, frequentemente todos os

três. Essa escassez de recursos é especialmente relevante para as candidaturas LGBTQ+, que enfrentam desafios adicionais de marginalização e discriminação. A falta de dinheiro limita a capacidade de financiar campanhas eleitorais eficazes, o que é crucial para alcançar os eleitores. A ausência de tempo livre é um reflexo das demandas econômicas e sociais que pressionam esses indivíduos, muitas vezes forçando-os a priorizar a sobrevivência sobre a participação política. Finalmente, a falta de uma rede de contatos impacta negativamente a capacidade de mobilização e de obtenção de apoio, tanto financeiro quanto político.

Um cenário ideal consiste em uma base parlamentar sólida, contínua e compromissada com os direitos fundamentais da cidadania LGBTQ+. A articulação entre ativistas e partidos deve ser orientada pela busca e manutenção dos direitos civis dessa população. Além disso, é possível pensar em uma quantidade maior de cadeiras ocupadas por parlamentares LGBTQ+, independente do espectro político, mas com um objetivo central em comum: parear pessoas heterossexuais e pessoas LGBTQ+ em direitos civis, estabelecendo uma norma que abranja a população como um todo e que não se limite à binaridade homo e hetero.

As pautas LGBTQ+ precisam avançar em aspectos mais aprofundados sobre a vivência dessa população. Conforme dito anteriormente, existem demandas específicas dentro do segmento que precisam ser apresentadas ao debate público. Isso inclui, mas não se limita a, questões de saúde, educação, segurança e trabalho, que afetam de maneira distinta gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. A construção de uma agenda política que contemple essas especificidades é essencial para garantir uma representação política substantiva e efetiva.

Além das percepções inéditas sobre a ambição política na perspectiva LGBTQ+, Feitosa (2021) também investigou os estatutos dos partidos políticos brasileiros para compreender como a temática da diversidade sexual e de gênero é abordada nas agremiações partidárias. Em termos formais, o Movimento LGBTQ+ conseguiu influenciar aproximadamente um terço dos partidos a se comprometerem com a luta pela libertação sexual.

Feitosa (2021) verificou que a agenda da diversidade sexual é contemplada de diversas formas nos estatutos partidários, guiando-se pelos seguintes objetivos: i) combater a discriminação; ii) transformar a sociedade; iii) assegurar o respeito entre os filiados; e iv) articular-se com a sociedade por meio da criação de mecanismos institucionais. Essas diretrizes representam um avanço significativo na institucionalização das demandas LGBTQ+ dentro dos partidos políticos, indicando um comprometimento, ao menos formal, com a inclusão e a igualdade desses grupos.

Mas apesar de essa penetração da agenda LGBTQ+ nos estatutos partidários representar uma conquista simbólica e a esperança de alianças relevantes, é importante destacar que mais

da metade dos partidos ainda estão alheios ou indiferentes à causa (Feitosa, 2021). Essa indiferença reflete a necessidade contínua de mobilização e advocacia para garantir que a agenda da diversidade sexual e de gênero seja plenamente integrada nas plataformas políticas de todas as agremiações partidárias.

O trabalho de Feitosa evidencia que, apesar dos avanços significativos, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão LGBTQ+ seja uma realidade em todo o espectro político. A indiferença de muitos partidos políticos revela uma resistência estrutural que precisa ser desafiada por meio de esforços contínuos de conscientização e pressão política. A integração total da agenda LGBTQ+ nos partidos políticos é essencial não apenas para a representatividade, mas também para a criação de políticas públicas que promovam a igualdade e combatam a discriminação.

Nesse contexto, é interessante retomar com maiores detalhes às primeiras interlocuções entre o Movimento social LGBTQ+ e os partidos políticos no Brasil. Os anos 90 marcaram o surgimento dos primeiros grupos setoriais LGBTQ+ dentro do PT e PSTU⁵. A partir dos anos 2000, outros partidos também viram a insurgência de grupos semelhantes, juntamente com o desenvolvimento de políticas públicas e ações por parte de parlamentares, além do aumento de novas candidaturas LGBTQ+ (Simões; Facchini, 2009).

Green (2000) destaca a importância do PT para o ingresso da luta LGBTQ+ na política institucional, ao unificar movimentos sociais e grupos de esquerda, colaborando significativamente no processo de politização dos ativistas homossexuais. Nos anos 80, o PT foi pioneiro ao incluir o reconhecimento dos direitos de gays e lésbicas em seu programa, o que levou à formação de um grupo interno dedicado a educar os membros sobre questões do Movimento LGBTQ+ e a luta pela liberdade sexual. Dehesa (2015) também ressalta a importância do PT ao demonstrar abertura aos debates sobre liberação homossexual desde o início. Entretanto, a aliança do partido com a base da Igreja Católica levou Lula a retirar seu apoio ao casamento gay na campanha de 1994. No ano seguinte, essa temática ressurgiu com um projeto de lei proposto por Marta Suplicy, enquanto ainda estava no PT, representando um momento emblemático na luta das pessoas não heteronormativas e demarcando o início de uma

⁵ É importante destacar que as primeiras tentativas de articulação entre setores da esquerda e o movimento LGBTQ+ tiveram início por volta de 1980. Nesse período, alguns membros do Grupo SOMOS demonstraram interesse em participar da greve geral do ABC em 1º de Maio de 1980, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva estava preso por violação da Lei de Segurança Nacional. Aqueles que se opuseram a esse envolvimento político mais amplo optaram por deixar o grupo; outros, como Green, enxergaram aquela ocasião como uma oportunidade política e seguiram para militar em São Bernardo.

série de conquistas a partir da articulação LGBTQ+ dentro do contexto partidário (FEITOSA, 2021).

A interação entre o ativismo LGBTQ+ e o Partido dos Trabalhadores nos anos 90 foi fundamental para a politização desse movimento, no entanto, essa relação também foi marcada por tensões e antagonismos significativos. A literatura evidencia episódios que ilustram essas tensões, como o caso em que Fernando Gabeira foi considerado inadequado para compor a chapa de Lula como vice-presidente devido à sua suposta falta de postura "viril" para o pleito. Gabeira, além de abertamente homossexual, defendia questões controversas para a época, como a descriminalização da maconha e dos direitos das minorias sociais (FEITOSA, 2021).

Além disso, a resistência de alguns membros do partido à criação de um núcleo de gays e lésbicas dentro da agremiação partidária também reflete essas tensões. Por exemplo, o deputado petista Hélio Bicudo se opôs ao casamento homossexual, argumentando que a esquerda não deveria priorizar questões relacionadas a exclusões sociais. É importante ressaltar que Bicudo era Presidente da Comissão de Direitos Humanos na Câmara Federal na época. Já em 1997, o PT deliberou que sua bancada parlamentar votasse conforme seu discernimento pessoal, uma decisão criticada por Trevisan (2018) como uma reprodução de "velhos preconceitos camuflados em argumentos modernos" (TREVISAN, 2018, p. 159). Esses momentos demonstram as complexidades e desafios enfrentados pelo ativismo LGBTQ+ ao buscar apoio e reconhecimento dentro do contexto político representado pelo PT naquele período.

Esses conflitos também se manifestaram dentro da própria militância LGBTQ+. Santos (2006) aponta para uma separação interna na Associação da Parada do Orgulho LGBTQ de São Paulo (APOGLBT), responsável pelo maior evento LGBTQ+ do país. Após o presidente da entidade anunciar sua candidatura a deputado federal pelo PT, recebeu acusações por parte de uma parte da diretoria da APOGLBT, que alegou uso eleitoral da visibilidade conquistada pela Parada do Orgulho de São Paulo por parte do presidente e outros ativistas vinculados ao partido. Houve ainda a suspensão de uma política educacional voltada para combater a LGBTQfobia nas escolas pela presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2011, levando o Setorial Nacional LGBTQ do PT a publicar uma nota bastante crítica e descontente em relação à atitude do Governo Federal. Esses episódios evidenciam as complexidades e os desafios enfrentados dentro do movimento LGBTQ+ em relação à sua interação com o PT e outras lideranças políticas (FEITOSA, 2021).

Conforme afirma Feitosa (2021), os conflitos entre o Movimento LGBTQ+ e partidos de esquerda, entretanto, não se limitam ao Partido dos Trabalhadores. O PSOL, um partido historicamente aliado aos movimentos sociais e à causa LGBTQ+, protagonizou embates que

levaram à expulsão da ativista trans Indianara Siqueira, causando desgaste interno e levando a perda de quadros LGBTQ+ de destaque que deixaram o partido, acusando-o de transfobia. É evidente que a inclusão da agenda da livre orientação sexual e identidade de gênero nos partidos políticos não é um processo pacífico, seja por parte das organizações políticas ou por antagonismos dentro do próprio Movimento LGBTQ+.

Notadamente, essa relação tem consequências tanto positivas quanto negativas, afetando as agendas, prioridades, divisão de recursos e impacto eleitoral dos partidos, além de preocupar o movimento com a possibilidade de "partidarização" de sua luta e a perda de autonomia diante das agendas e estratégias partidárias, que frequentemente divergem das dos movimentos sociais (OLIVEIRA, 2021).

Dehesa (2015) aponta que muitos ativistas se empenharam na aprovação de legislações nas assembleias legislativas e câmaras municipais com o objetivo de combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na segunda metade da década de 90. Esses dispositivos legais visavam estabelecer multas e sanções contra estabelecimentos privados, como restaurantes, e tinham como intuito criar um marco simbólico em todo o país. De forma estratégica, os ativistas se aproveitaram da baixa disciplina partidária na prática legislativa local, uma vez que os partidos não tinham uma posição unificada sobre a temática LGBTQ+.

Isso se deve em parte ao nosso sistema eleitoral proporcional e ao sistema multipartidário. Como resultado, os votos dos deputados estaduais e vereadores eram independentes da visão programática partidária, facilitando a aprovação desses projetos. Potencialmente, esse período pode indicar o início da interação entre ativistas e partidos de centro e de direita por meio da colaboração com parlamentares em nível subnacional (Dehesa, 2015).

Um outro fator que contribuiu para a institucionalização da temática LGBTQ+ em diferentes partidos brasileiros é a presença de atores não ligados ao movimento social, mas que abraçaram essa questão dentro da agremiação, por intermédio da identificação pessoal com o tema, convite, demanda ou atribuição por lideranças partidárias. A captação de apoio de personalidades com grande visibilidade midiática é uma estratégia que visa conquistar votos de nichos eleitorais específicos. Em alguns casos, esses atores podem se recusar a representar os interesses coletivos do movimento, como foi o caso do ex-deputado federal Clodovil Hernandes (PTC-SP) e Jailton Batista, o ex-vereador de Caruaru/PE, conhecido como "Jajá" (PSDC-PE) (FEITOSA, 2022).

Um exemplo emblemático é o ingresso de Thammy Miranda, um homem trans e ator de grande visibilidade na época, no Partido Progressista (PP) em 2015. Thammy foi convidado por

deputados para liderar o chamado “PP DIVERSIDADE”, um núcleo LGBTQ+ do partido político que também contava com a presença destacada de Jair Bolsonaro, conhecido por sua postura abertamente contrária às políticas LGBTQ+.

Nesse contexto complexo, surge uma questão inevitável: Como uma agremiação partidária pode acolher representantes LGBTQ+ ao mesmo tempo em que promove indivíduos como Bolsonaro? Como pode conciliar os interesses e antagonismos de seus representantes LGBTQ+ com aqueles que são abertamente anti-LGBTQ+? Na prática, essa situação revela uma harmonia aparente, mas provavelmente ilusória. Essa dinâmica levanta questões profundas sobre a natureza das alianças políticas e a verdadeira inclusão de representantes LGBTQ+ em partidos que também apoiam figuras com visões diametralmente opostas.

Feitosa (2022) argumenta que o dilema entre inclusão e exclusão de pessoas LGBTQ+ em partidos políticos está superado. No entanto, é evidente que, embora haja presença de LGBTQ+ em agremiações partidárias, essa inclusão também apresenta limites e contradições. Segundo Gomes (2016b), a maioria das candidaturas é composta por pessoas gays e mulheres trans, enquanto mulheres lésbicas e bissexuais, pessoas não binárias, pansexuais e homens trans permanecem com pouca visibilidade. Essa falta de representatividade tem gerado diversas críticas tanto dentro dos partidos quanto no próprio movimento LGBTQ+. Isso demandou a adoção de diversas estratégias políticas de participação, como protestos de rua e Paradas do Orgulho, além da criação de instituições representativas, organizações da sociedade civil, conselhos e conferências.

Ao propor uma discussão sobre a interação entre movimentos sociais e partidos políticos, na perspectiva do Movimento LGBTQ+, Feitosa (2022) parte da premissa de que os

[...] movimentos sociais não operam apenas na chave do confronto político, mas lançam mão de diferentes repertórios de interação envolvendo rotinas de cooperação com partidos e que isso pode resultar na institucionalização das demandas, valores e objetivos dos movimentos nos partidos, a partir da criação de sedimentações institucionais, cuja teoria nomeia de encaixes institucionais, a exemplo da criação de setoriais ou da inscrição da pauta em estatutos e programas, pois os partidos também possuem interesses na abertura de suas organizações aos movimentos da sociedade. (FEITOSA, 2022)

Com efeito, a diversidade dentro do segmento LGBTQ+ tem influenciado a adoção de distintas estratégias de integração e participação na sociedade. Os membros deste grupo têm buscado associações com organizações partidárias de acordo com suas experiências individuais, uma vez que cada identidade enfrenta estigmas e preconceitos específicos associados à sua orientação sexual.

Como salientado por Feitosa (2022), o movimento LGBTQ+ transcende as teorias convencionais sobre movimentos sociais, não se restringindo nem às correntes autonomistas nem às institucionalistas. Surge, portanto, a necessidade de uma agenda de pesquisa focada também nas interações entre o Movimento LGBTQ+ e partidos políticos, com o recorde adequado da identidade sexual dos indivíduos. Isso permitirá uma análise mais aprofundada dos membros que adotam estratégias mais institucionalizadas e suas consequências.

Nas eleições de 2020, Barbabela (2021) observa que mudanças significativas nas dinâmicas partidárias, especialmente com o aumento da representação de pessoas LGBTQ+ eleitas por partidos de centro-esquerda. Além da mera afiliação partidária, nota-se um claro processo de politização das questões LGBTQ+, com muitos candidatos eleitos levando adiante as agendas do movimento em busca e consolidação de direitos (Mendes; Barbabela, 2021). Esta tendência sugere que o processo eleitoral está sendo disputado estrategicamente por agentes dos movimentos LGBTQ+, que articulam suas demandas como uma forma de resistência aos retrocessos neoconservadores que se intensificaram após as eleições presidenciais que elegeram Jair Bolsonaro em 2018.

Uma tendência interessante nas eleições de 2020 foi a mudança de postura de partidos que anteriormente não abordavam questões relacionadas aos direitos LGBTQ+. Estes partidos passaram a adotar uma abordagem conservadora ao tema, defendendo a eleição de pessoas LGBTQ+ com ideologias conservadoras na intenção de impedir a expansão de novos direitos (Mendes; Barbabela, 2021). Um exemplo notável são os casos do vereador Fernando Holiday em São Paulo (SP) e da vereadora Jessião em Londrina (PR). Ambos foram eleitos com discursos em contraposição ao que consideravam "privilégios" desnecessários a comunidade, defendendo em vez disso um "tratamento igualitário para todos os cidadãos" (BARBABELA, 2021).

Essa mudança na estratégia política reflete uma tentativa de acomodar as demandas LGBTQ+ dentro de uma perspectiva mais conservadora, procurando neutralizar ou desacelerar os avanços progressistas no campo dos direitos civis e igualdade. É um fenômeno complexo que evidencia como os partidos adaptam suas mensagens para atrair eleitores de diferentes orientações políticas, ao mesmo tempo em que tentam conter ou direcionar a agenda de direitos LGBTQ+ de acordo com sua própria interpretação ideológica. Este fenômeno merece uma investigação mais aprofundada para compreender suas implicações na dinâmica política e nos movimentos sociais LGBTQ+.

Mas além das produções teóricas, é crucial destacar as pesquisas conduzidas para revelar a realidade demográfica e parlamentar das pessoas LGBTQ+ no Brasil fora do âmbito acadêmico.

Durante muitos anos, as experiências básicas das pessoas não heteronormativas permaneceram ocultas para a maior parte da sociedade. Foi somente por meio das intervenções de organizações da sociedade civil que aspectos como nível de instrução, classe social, estado civil e interação com o mercado de trabalho puderam ser compreendidos.

Apesar dos recursos limitados, grupos de interesse e movimentos sociais, como TODXS, ABGLT, ANTRA, VOTELGBT, All Out, Havaianas e Datafolha, têm mobilizado esforços para tornar visíveis as experiências sociais dessa população para outros setores da sociedade. Dentre essas iniciativas, destaca-se o relatório “Entre Potências e Apagamentos” (2022), parte integrante do Programa VOTELGBT, que analisa a representação política do segmento ao mapear candidaturas eleitorais.

Além disso, a pesquisa “LGBTI+ ocupando os parlamentos: dilemas e perspectivas para as eleições de 2022”, conduzida pela TODXS (2022), oferece visibilidade aos desafios que as sexualidades dissidentes enfrentam ao participar da política institucional. Outros estudos notáveis incluem a “Pesquisa do Orgulho” (2023), que apresenta dados sociodemográficos e econômicos das pessoas LGBTQ+, e a “Amostra da População LGBTQ+”, uma produção nacional também liderada pela TODXS (2020).

De acordo com o relatório (2022), as campanhas para cargos do Executivo são mais polarizadas e evitam pautas “polêmicas” devido à necessidade de obter mais da metade dos votos válidos. Em contraste, o Legislativo oferece um espaço mais propício para apresentar pautas LGBTQ+, já que demanda uma parcela menor do eleitorado para alcançar a eleição. Consequentemente, campanhas para vereança têm sido mais frequentes entre candidatos LGBTQ+. Muitos dos que alcançaram sucesso eleitoral ocupam cargos legislativos, especialmente como vereadores. Embora esse cargo possa ser um ponto de partida na carreira política, os candidatos LGBTQ+ enfrentam desafios significativos devido à discriminação dentro e fora do parlamento. Exceções notáveis incluem Erica Hilton e Duda Salabert, que conquistaram cargos de deputada federal e estadual, respectivamente (ENTRE POTÊNCIAS E APAGAMENTOS, 2022).

As candidaturas entrevistadas apontaram como principais motivações para participar da disputa eleitoral: 1) a necessidade de políticas públicas para pessoas LGBTQ+; 2) a ascensão da questão LGBTQ+ no debate público; 3) eventos históricos recentes na política brasileira; e 4) o avanço da bancada conservadora anti-LGBTQ+ no parlamento. Muitos candidatos têm experiência em movimentos sindicais, greves estudantis e movimentos sociais, o que foi crucial para formar sua ambição política. Para candidatos transexuais e travestis, ingressar na política

também pode significar maior segurança no trabalho e a possibilidade de garantir subsistência, dada sua condição mais vulnerável diante da discriminação social.

Outro ponto relevante para o interesse na política institucional foi o envolvimento prévio com o exercício profissional voltado às políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social. Essas experiências profissionais motivaram os indivíduos a promover ações políticas efetivas nesses setores (ENTRE POTÊNCIAS E APAGAMENTOS, 2022). É interessante notar que os movimentos sociais promovem a ambição e a formação política dos candidatos. Não surpreende que o ingresso nas esferas representativas resultou da interlocução entre membros do movimento LGBTQ+ e lideranças partidárias no início dos anos 90.

O quociente eleitoral surge como um ponto emblemático no relatório, evidenciando as diferenças regionais nas dinâmicas eleitorais. Nas eleições de 2020, uma em cada três candidaturas LGBTQ+ concorreu por partidos que não alcançaram o quociente eleitoral. Algumas candidaturas receberam um número significativo de votos, mas não obtiveram sucesso eleitoral porque a soma dos votos do partido não atingiu o mínimo necessário para ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores. Além disso, os candidatos precisavam obter individualmente 10% do quociente eleitoral. Esse foi o caso de 29% das candidaturas entrevistadas; no entanto, das que conseguiram atingir essas diretrizes, 71% foram eleitas. Isso sugere que, com condições mínimas de financiamento e apoio partidário, candidaturas LGBTQ+ têm grande potencial de sucesso (ENTRE POTÊNCIAS E APAGAMENTOS, 2022).

Foi observada uma relação entre a declaração de bens e o desempenho eleitoral. O relatório (2022) demonstra que candidatos LGBTQ+ que declararam bens apresentaram um melhor desempenho na disputa eleitoral. A propriedade de bens pode indicar que o candidato possui meios de subsistência e recursos financeiros, permitindo uma autonomia menos dependente do partido. No entanto, a maioria dos entrevistados eram indivíduos da periferia, mulheres racializadas com filhos, pessoas desempregadas ou com jornadas inteiras de trabalho.

O cenário político brasileiro na perspectiva LGBTQ+ atravessa questões de raça, gênero e classe social, o que torna medidas afirmativas essenciais para corrigir essas desigualdades nas esferas representativas. Um fator crucial apontado pelo relatório é o financiamento de campanha. Os recursos financeiros são determinantes para o ingresso na política institucional, e os partidos tendem a demonstrar maior interesse por campanhas mais consolidadas e com maior probabilidade de sucesso. Segundo os entrevistados, o capital político dos candidatos é um atrativo para o apoio das agremiações partidárias. Observou-se também que os partidos se empenham mais em candidaturas para o Executivo, deixando poucos recursos para campanhas no Legislativo.

O Relatório (2022) reforça um dado já aparente na literatura: os partidos de esquerda são os maiores investidores em campanhas LGBTQ+ para cargos de vereador, com exceções nas cidades menores, onde partidos de centro investem mais. No entanto, merece atenção o fato de que candidatos LGBTQ+ recebem dos partidos, em média, menos de 6% do teto de gastos de campanhas eleitorais. Nas cidades com mais de 500 mil habitantes, o investimento dos partidos políticos não ultrapassa 2%.

Feitosa (2021) mencionou que o dilema da inclusão de pessoas LGBTQ+ foi supostamente superado, mas a efetividade dessa inclusão ainda é incerta. A partir dos relatos dos entrevistados, percebe-se que se afiliar a um partido não garante apoio substancial na campanha. Os partidos podem se beneficiar de um discurso inclusivo para angariar apoio em diferentes setores sociais, mas esse compromisso com as pautas LGBTQ+ nem sempre se traduz em ações efetivas para promover essa agenda.

Outra discussão interessante foi levantada no documento “Entre Potenciais e Apagamentos” (2020), trata-se da emergência do mandato coletivo como um arranjo institucional para promover a representação política de grupos, embora dentro desse coletivo seja designado apenas um representante. É crucial reconhecer que o termo “mandato coletivo” carece de um conceito sólido e, por conseguinte, representa uma forma alternativa de exercício da representação política. Esse arranjo visa englobar os direitos políticos, instrumentalizando a representação política por meio de uma abordagem incremental (Mangarian, 2023). No relatório (2020), no entanto, tal arranjo surge como um canal para conduzir candidaturas LGBTQ+ ao sucesso eleitoral. É o caráter coletivo que incide na articulação com eleitores de diferentes setores, na captação de recursos e apoio partidário.

No ano de 2016, surgiu no país o primeiro exemplo de um mandato coletivo, quando um grupo foi eleito para ocupar a Câmara Municipal de Alto Paraíso de Goiás. Já em 2020, o número de candidaturas para mandatos coletivos aumentou consideravelmente, com 318 registros no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁶, resultando na eleição de 24 mandatos compartilhados em diferentes regiões do Brasil. Dentre esses coletivos, 9% das candidaturas LGBTQ+ mapeadas na pesquisa eram integrantes de mandatos coletivos (ENTRE POTENCIAS E APAGAMENTOS, 2020).

Apesar de ser um arranjo institucional inovador no sistema eleitoral brasileiro e por isso mesmo, levantar dúvidas quanto aos seus desdobramentos, é possível afirmar que o mandato coletivo propõe o ingresso de pautas políticas que estão à margem do congresso

⁶ Ver <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/23/propostas-de-mandatos-coletivos-sao-aposta-para-renovacao-na-politica>.

brasileiro, como é o caso do Mandato Feminista e o Coletivo Quilombo Periférico. A adaptação ao modelo de representação, no entanto, encontrou alguns obstáculos desde a sua formação nas eleições de 2020. Determinados coletivos se desintegraram completamente (3), outros estão com outra formação (14) e um renunciou ao seu mandato. O grupo "Todas as Vozes" de Ribeirão Preto (SP), liderado por Ramon Faustino (PSOL) com outros oito membros, teve a separação anunciada em setembro de 2022. O rompimento foi marcado por acusações de "violência política de gênero e raça" contra Faustino⁷, de acordo com uma carta divulgada pelo grupo. Na época, o vereador alegou estar enfrentando um processo de rivalidade com seus colegas e atualmente, se encontra sozinho no cargo.

Denúncias semelhantes aparecem no relatório (2020), segundo as pessoas entrevistadas, o mandato coletivo não é aceito como uma forma de representação política legítima por parte de alguns parlamentares. Tais campanhas tiveram sua constitucionalidade questionada, mesmo após terem sido vitoriosas na corrida eleitoral. O relatório revela ainda uma realidade alarmante de violência política contra candidatos LGBTQ+. Entre os entrevistados, denúncias incluíram ataques à orientação sexual (49%), misoginia contra candidatas mulheres (32%), e desrespeito à identidade de gênero (29%). Além disso, houve relatos de violência perpetrada por membros do próprio partido (26%). Em 56% dos casos, os partidos políticos não tomaram nenhuma medida em apoio aos candidatos (ENTRE POTENCIAS E APAGAMENTOS, 2020)

Ao longo do Relatório (2020) foram denunciadas diversas formas de violência direcionadas a candidatos LGBTQ+ durante as disputas eleitorais e no exercício de seus mandatos. É possível sintetizá-las da seguinte forma:

- a) **Pouco financiamento partidário:** Candidatos LGBTQ+ frequentemente enfrentam dificuldades para obter financiamento adequado de seus partidos durante as campanhas eleitorais, limitando sua capacidade de competir em igualdade de condições com outros candidatos.
- b) **Discursos de ódio e ataques nas redes sociais:** Candidatos LGBTQ+ são frequentemente alvo de discursos de ódio e ataques virtuais, visando desacreditar suas candidaturas e causar danos emocionais.
- c) **Comentários discriminatórios e abusivos:** Durante a campanha e após a eleição, os candidatos LGBTQ+ enfrentam comentários discriminatórios e abusivos baseados em preconceitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.

⁷ Ver <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2024/02/04/a-uniao-nao-fez-a-forca-veja-o-que-aconteceu-com-os-mandatos-coletivos-para-vereador-em-2020.ghtml>.

- d) **Questionamentos sobre vestimenta e aparência:** A aparência e vestimenta dos candidatos LGBT+ são frequentemente alvo de questionamentos e críticas, refletindo estereótipos e preconceitos arraigados.
- e) **Desqualificação do trabalho nos mandatos:** Os esforços e contribuições dos representantes LGBT+ são muitas vezes desqualificados ou minimizados por colegas devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero.
- f) **Inércia institucional em relação às propostas:** Propostas legislativas importantes apresentadas por representantes LGBT+ podem encontrar resistência institucional ou serem ignoradas, prejudicando sua eficácia política.
- g) **Desrespeito com a identidade de gênero:** A identidade de gênero dos candidatos LGBT+ é frequentemente desrespeitada, refletindo-se em tratamento inadequado e falta de reconhecimento.
- h) **Assédio sexual e intimidação:** Além de discursos e comentários ofensivos, candidatos LGBT+ podem enfrentar assédio sexual e intimidação, criando ambientes de trabalho hostis e inseguros.
- i) **Difamação e constrangimento:** Campanhas difamatórias contra representantes LGBT+ visam minar sua reputação e credibilidade, prejudicando seu trabalho e imagem pública.
- j) **Interrupções durante falas na casa legislativa:** Durante sessões parlamentares, os representantes LGBT+ enfrentam interrupções frequentes e falta de respeito por parte de colegas, dificultando sua capacidade de expressar suas opiniões e defender suas propostas.

Esses exemplos destacam as barreiras e desafios enfrentados por candidatos LGBT+ no cenário político. A violência política dirigida a esses representantes não apenas impacta individualmente os envolvidos, mas também constitui um obstáculo substancial para a representatividade e inclusão política desse segmento, historicamente marginalizado. É fundamental que medidas corretivas sejam tomadas para combater essas formas de discriminação e violência política dentro das esferas representativas brasileiras, de forma a garantir um ambiente democrático e acessível a grupos excluídos, como as pessoas LGBT+.

De forma similar, a pesquisa “LGBTI+ ocupando os parlamentos: dilemas e perspectivas para as eleições de 2022” evidencia as violências políticas e institucionais enfrentadas pelo segmento LGBT+ a partir de entrevistas realizadas com parlamentares desse grupo. Segundo os entrevistados, o campo político se baseia em “uma lógica cis

heteronormativa” (2022), preservada por figuras políticas proeminentes, o que contamina projetos de lei e iniciativas pró-LGBT+. A dificuldade de lidar com os partidos políticos também surgiu nos depoimentos, denunciando o descaso das agremiações para tratar das demandas de grupos minorizados, enquanto agendas relacionadas a saúde, educação, transporte e segurança são priorizadas.

Os candidatos entrevistados relataram que não conseguem atender as demandas financeiras de uma campanha sozinhos, especialmente àqueles que se encontram desempregados, o que é uma realidade comum para candidaturas de pessoas que não vêm da elite política. Um entrevistado destacou que "os partidos tendem a investir em nomes mais conhecidos, em figuras mais conhecidas. E a maior dificuldade é sempre o recurso, não tem como você fazer uma estrutura de campanha sem recurso".

A violência política de gênero ainda afasta as pessoas da política, reproduzindo um sistema cisnormativo e heteronormativo. Isso resulta em ambientes pouco seguros para minorias políticas em todas as fases de uma campanha eleitoral. Além disso, o fato de serem homossexuais e fazer parte de um partido comunista delimitou a atuação dos parlamentares, especialmente em um período de governo conservador e homofóbico. A idade dos candidatos também foi alvo de críticas de parlamentares mais velhos, gerando um distanciamento e desconfiança devido à questão geracional.

A pauta LGBT+ enfrenta dificuldades adicionais em cidades pequenas, onde a comunidade LGBT+ não é fortemente estabelecida. Nessas localidades, as pessoas tendem a votar com base em relações pessoais, e a falta de estrutura dos partidos pesa muito na eleição para o legislativo, uma vez que o partido investe majoritariamente em cargos para o executivo. Outrossim, foi apontado ainda que a falta de recursos incide na locomoção por outros municípios. Isso tem desdobramentos na publicidade da campanha e, por consequência, na ausência de apoio dos eleitores mais distantes. Eles também sentiram a ausência de formação política na população, onde muitos eleitores têm seus votos comprados.

Uma estratégia mencionada pelos candidatos entrevistados foi a de ocultar sua orientação sexual e a defesa da bandeira LGBT+ durante a campanha e após as eleições. Essa abordagem visa assegurar um resultado positivo nas eleições para, posteriormente, consolidar políticas pró-LGBT dentro do parlamento. Em alguns casos, os ataques homofóbicos sofridos pelos candidatos aceleraram esse compromisso. Essa tática de invisibilidade temporária reflete a necessidade de navegar por um ambiente político hostil e, ao mesmo tempo, a determinação dos candidatos em promover mudanças significativas uma vez eleitos.

Em linhas gerais, candidaturas LGBTQ+ enfrentam uma série de desafios significativos no cenário político brasileiro. Entre os mais prementes, a violência política de gênero e a lógica cis heteronormativa vigente no campo político emergem como barreiras substanciais. Esses fatores não apenas criam ambientes pouco seguros para minorias políticas, mas também resultam em discriminação e marginalização contínuas, tanto durante as campanhas eleitorais quanto nas atividades parlamentares.

Uma questão recorrente mencionada pelos candidatos entrevistados é a ausência de recursos financeiros adequados para suas campanhas. Muitos relataram a dificuldade de financiar suas campanhas, especialmente sem o apoio substancial dos partidos políticos. A falta de recursos impacta diretamente na capacidade de locomoção, publicidade e alcance das campanhas, comprometendo o apoio do eleitorado, particularmente em regiões mais distantes. Sem os recursos necessários, os candidatos têm dificuldades em realizar viagens para outras cidades, o que prejudica a visibilidade e a comunicação de suas propostas a um público mais amplo. Essa escassez de financiamento reflete a posição desfavorecida dos candidatos LGBTQ+ dentro das estratégias partidárias, onde a prioridade muitas vezes recai sobre candidaturas mais conhecidas ou de maior viabilidade eleitoral.

Além disso, a pesquisa evidencia que a inclusão de candidatos LGBTQ+ pelos partidos políticos nem sempre se traduz em um apoio efetivo durante as campanhas. Embora a afiliação partidária possa sugerir um compromisso com a diversidade, muitos candidatos relataram que a assistência recebida é mínima. Essa falta de apoio financeiro resulta em campanhas com recursos limitados, tornando difícil a criação de uma estrutura de campanha robusta e competitiva. A ausência de financiamento adequado não apenas limita as oportunidades de sucesso eleitoral, mas também perpetua a exclusão de minorias políticas das esferas representativas.

A insuficiência de recursos é um fator determinante que dificulta a capacidade dos candidatos LGBTQ+ de competir em igualdade de condições. Sem os meios financeiros necessários, eles enfrentam dificuldades em todos os aspectos de suas campanhas, desde a divulgação até a mobilização de eleitores. Essa realidade sublinha a necessidade de uma análise mais profunda sobre como os recursos são distribuídos e a eficácia das medidas afirmativas.

O próximo capítulo abordará de forma detalhada esses aspectos, analisando a literatura e os dados referentes ao patrimônio, nível de instrução e ocupação dos candidatos (capital político), bem como as receitas declaradas e doações dos partidos (financiamento eleitoral). Essa análise permitirá um panorama mais abrangente sobre a escassez de recursos e suas

implicações para as candidaturas LGBT+, oferecendo uma visão crítica das desigualdades estruturais que ainda permeiam o sistema político brasileiro.

3 FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E DESEMPENHO ELEITORAL NA PERSPECTIVA LGBT+

No capítulo anterior, exploramos as principais dificuldades enfrentadas pelas candidaturas LGBT+ no Brasil, destacando a violência política de gênero, a lógica cis-heteronormativa e a escassez de recursos financeiros como barreiras significativas. Um tema recorrente que emergiu tanto na literatura quanto nos relatórios produzidos por organizações não governamentais foi a ausência de recursos adequados para conduzir uma campanha eleitoral. Este capítulo revisará a literatura sobre o financiamento eleitoral, com o objetivo de compreender o que a pesquisa especializada produziu sobre a importância do dinheiro no processo eleitoral. Após essas considerações teóricas, analisaremos a base de dados que fundamenta este estudo, investigando o patrimônio, nível de instrução, ocupação dos candidatos (capital político), e as receitas declaradas e doações dos partidos.

O processo eleitoral no Brasil é marcado por profundas desigualdades estruturais, evidentes na hegemonia masculina nas instâncias decisórias e na sub-representação de diversos setores sociais. A mobilização seletiva de recursos de campanha favorece determinados candidatos em detrimento de outros, com partidos políticos frequentemente priorizando interesses empresariais em suas estratégias. Além disso, o uso indevido das cotas para mulheres evidencia o abuso de instrumentos do ideal democrático para interesses particulares, resultando na concentração desigual de capital político e simbólico por grupos seletos. Essas questões comprometem os valores democráticos do sistema eleitoral brasileiro, acarretando consequências significativas no jogo político.

A disparidade na distribuição de recursos e o desequilíbrio nas condições de competitividade dos candidatos são temas recorrentes na Ciência Política. Essa realidade contradiz o princípio democrático, que recomenda igualdade de oportunidades para concorrer a cargos eletivos. A relação entre financiamento e desempenho eleitoral é um indicador dos níveis de igualdade na competição política. A equidade nos gastos de campanha assume particular importância em sistemas eleitorais de representação proporcional de listas abertas, como é o caso do Brasil, onde os candidatos buscam individualmente os votos dos eleitores (Sacchet; Speck, 2012).

No contexto das eleições de 2010 no Brasil, Sacchet e Speck (2012) destacaram que a disputa política é fortemente influenciada por variáveis externas ao processo eleitoral, como questões socioeconômicas que impactam as oportunidades de eleição dos candidatos. Mulheres

e homens entram na disputa política com certas especificidades sociais que precisam ser estudadas para compreender as desigualdades na disputa pelo voto. A inserção das mulheres na estrutura socioeconômica e ocupacional é particularmente importante para identificar sua condição de entrada na política. As características demográficas, como idade, estado civil, nível de instrução e classe social, são relevantes para entender essas desigualdades (Sacchet; Speck, 2012).

Os padrões de financiamento eleitoral no Brasil revelam uma série de dinâmicas complexas que influenciam a competitividade dos candidatos nas eleições. O estudo de Silva e Cervi (2017) enfatiza que o dinheiro desempenha um papel central nas campanhas eleitorais, afetando desde a visibilidade dos candidatos até suas chances de vitória. Em regimes competitivos, o volume de recursos disponíveis pode distorcer significativamente a igualdade de condições entre os concorrentes, com candidatos mais bem financiados tendendo a ter um desempenho eleitoral superior. O financiamento empresarial é particularmente relevante, pois as empresas alocam recursos estrategicamente para conquistar influência política. Nas eleições de 2010 e 2014, candidatos de partidos que apoiavam o governo federal receberam mais recursos do que seus opositores, demonstrando a importância do posicionamento político na captação de financiamento. Além disso, a análise revela que as doações partidárias cresceram em importância nas eleições de 2014, com um aumento substancial nos repasses de partidos políticos para candidatos, destacando uma mudança na estratégia de financiamento das empresas, que passaram a investir mais indiretamente através dos partidos. Essas descobertas sublinham a necessidade de políticas que promovam maior transparência e equidade no financiamento de campanhas para fortalecer a democracia brasileira (Silva; Cervi, 2017).

O estudo conduzido por Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) também destaca a importância do financiamento eleitoral no contexto brasileiro, abordando como os recursos financeiros impactam diretamente os resultados das eleições. O artigo revela que os candidatos vencedores gastam significativamente mais do que os perdedores, sugerindo que o capital de campanha é um fator determinante para o sucesso eleitoral. Analisando as eleições de 2002 e 2006 para a Câmara dos Deputados e o Senado, os autores identificaram que os *incumbents* (candidatos à reeleição) tendem a ter mais recursos à disposição, mas, surpreendentemente, os *challengers* (desafiantes) no Senado conseguiram mais doações, possivelmente indicando descontentamento com os atuais representantes. Além disso, o estudo aponta variações regionais e partidárias nos gastos de campanha, refletindo as profundas clivagens socioeconômicas do Brasil e a natureza competitiva das campanhas proporcionais de lista aberta (Lemos; Marcelino; Pederiva, 2010).

As eleições municipais de 2008, 2012 e 2016 no Brasil evidenciaram igualmente a relação entre financiamento de campanha e sucesso eleitoral. Segundo Deschamps et al. (2021), a pesquisa analisou 317.107 candidaturas a vereador em 441 municípios com mais de 50 mil eleitores, confirmando que maiores receitas financeiras resultaram em melhor desempenho e maiores chances de vitória. Mesmo após a proibição das doações empresariais em 2016, o padrão de forte associação entre dinheiro e votos se manteve, reforçando a dinâmica plutocrática no financiamento eleitoral e a influência significativa dos recursos financeiros na política brasileira (Deschamps; Lemos; Sampaio; Vasconcelos, 2021).

Com base nos estudos analisados, há um consenso bem estabelecido acerca da associação positiva e estatisticamente significativa entre a arrecadação e as despesas eleitorais, de um lado, e o desempenho eleitoral, de outro (Mancuso, 2014). Essa conexão se baseia na habilidade dos candidatos com financiamento mais robusto de angariar um volume significativamente maior de recursos. Isso lhes concede a capacidade de realizar atividades essenciais para atender às demandas próprias de uma campanha eleitoral. Tais recursos incluem a contratação de profissionais especializados para coordenar estrategicamente a campanha; investimentos em publicidade para aumentar o alcance do programa defendido pelo candidato; meios de transporte que ampliem a divulgação do candidato em seu distrito eleitoral; locação de espaços para tratar de questões administrativas, além de investimentos em mídia training para aprimorar a comunicação pública do concorrente (Mancuso, 2014). Esses aspectos evidenciam a importância crucial do financiamento na viabilidade e sucesso das candidaturas, especialmente em um cenário de desigualdades estruturais e competitividade acirrada.

Outro aspecto relevante é a importância do papel que partidos políticos desempenham no processo eleitoral, especialmente no Brasil, onde candidaturas independentes são inexistentes. A ação partidária não apenas seleciona os candidatos, mas também determina a dinâmica das campanhas eleitorais e organiza o fluxo de recursos de financiamento, entre outras atividades essenciais (Sacchet; Speck, 2012). É crucial analisar essas etapas a partir de uma perspectiva multidimensional, considerando a experiência de grupos não dominantes que buscam ingressar no Congresso brasileiro. Mulheres, pessoas negras, indígenas e a comunidade LGBTQ+ participam da disputa eleitoral em desvantagem. Portanto, uma análise aprofundada deve incorporar essa diversidade de experiências, destacando os desafios específicos que esses grupos enfrentam ao buscar representação política (Sacchet; Speck, 2012).

A sub-representação das mulheres nas esferas político-representativas é um exemplo evidente das desigualdades nas disputas eleitorais. A literatura que investiga as carreiras políticas das mulheres revela uma série de obstáculos intrínsecos à desigualdade de gênero. As

candidatas femininas frequentemente enfrentam limitações de recursos financeiros em comparação aos seus concorrentes masculinos. Além disso, a falta de tempo devido às responsabilidades domésticas e a influência do caráter patriarcal das instituições políticas são fatores determinantes nesse cenário desigual. Esses elementos impactam diretamente na construção da ambição política das mulheres (Marques, 2021; Sacchet; Speck, 2012; Miguel; Biroli, 2011).

A literatura aponta para diferenças significativas entre o investimento nas campanhas de homens e mulheres, e uma alta correlação entre as receitas dos candidatos de ambos os gêneros e suas probabilidades de sucesso eleitoral (Sacchet; Speck, 2012). Além disso, a articulação com grupos e associações é fundamental, mas complexa: é preciso tempo de carreira para atrair suporte financeiro, e a presença de mulheres nas esferas deliberativas, que desafia as democracias contemporâneas, é relativamente recente, assim como as candidaturas LGBTQ+. O financiamento eleitoral é facilitado para candidatos que ocupam os altos escalões da estrutura representativa, formando uma rede de poder e influência que perpetua a desigualdade.

Em termos mais específicos, as mulheres enfrentam a falta de capital político e simbólico necessário para atrair investimentos eleitorais equivalentes aos candidatos do gênero masculino, que representam o perfil predominante nas esferas representativas. Essa dinâmica evidencia a complexidade da construção de condições igualitárias na disputa eleitoral, abrangendo diferentes níveis de desafios e desigualdades.

No que diz respeito à responsabilidade dos partidos, é razoável argumentar que a solução para superar os obstáculos da desigualdade política não depende exclusivamente de sua atuação, mas sua práxis é necessariamente preponderante para desafiar essa realidade. Embora o fundo partidário não seja a única fonte de captação de recursos, seu papel é significativo na construção do capital simbólico de grupos excluídos do âmbito político. As estruturas partidárias possuem uma potência intrínseca capaz de auxiliar candidatos marginalizados a superar as barreiras discriminatórias do processo eleitoral.

Ao assegurar a diversidade de identidade de gênero e sexualidade em suas práticas internas, a ação partidária pode não apenas garantir uma distribuição mais equilibrada dos recursos financeiros, mas também contribuir para a construção de uma representação política mais inclusiva no Congresso brasileiro. A distribuição proporcional dos recursos do fundo partidário entre candidatos fortaleceria candidaturas inclusivas e indicaria um comprometimento efetivo com a promoção da diversidade e igualdade de oportunidades no âmbito político.

É de praxe que os partidos políticos direcionem recursos significativos para candidatos percebidos como potencialmente vencedores. Essa estratégia objetiva aumentar as chances de sucesso eleitoral e muitas vezes favorece aqueles que já possuem trajetórias políticas consolidadas, são considerados agentes de carreira ou incumbentes. Essa abordagem, entretanto, tende a agravar não apenas a sub-representação das mulheres, mas também a exclusão política de outros grupos que buscam ingressar no cenário político brasileiro (Sacchet, 2011).

Sacchet (2011) aponta que os partidos são os principais *gatekeepers* no processo de seleção e recrutamento de candidatos, influenciando diretamente as chances de sucesso eleitoral das mulheres. A autora observa que os partidos de esquerda, tradicionalmente mais abertos às demandas por igualdade de gênero, tendem a selecionar mais mulheres para candidaturas. Contudo, essa tendência não é uniforme, e partidos de centro e direita também têm mostrado variações significativas em sua responsividade às demandas por maior inclusão.

Além da questão da seleção de candidatos, Sacchet (2011) destaca novamente a importância do financiamento eleitoral para o sucesso das candidaturas. Os recursos financeiros são essenciais para a realização de campanhas eleitorais eficazes, permitindo que os candidatos divulguem suas propostas, se comuniquem com os eleitores e organizem suas campanhas. No entanto, a distribuição de recursos pelos partidos ainda é desigual, com mulheres recebendo menos financiamento em comparação aos homens. Esse subfinanciamento é uma barreira significativa que afeta as chances de sucesso eleitoral das mulheres e de outros grupos sub-representados. A autora conclui que, apesar de alguns avanços, os partidos políticos ainda desempenham um papel central na perpetuação das desigualdades de gênero e outras formas de sub-representação na política brasileira.

Os estudos sobre a sub-representação de candidatos negros no Congresso brasileiro corroboram aspectos apontados pela literatura de representação política de mulheres. De acordo com Campos e Machado (2022), os partidos politicamente consolidados proporcionam pouco espaço para candidaturas de pessoas negras e pardas. Uma análise do histórico eleitoral brasileiro revela que as elites partidárias associam homens brancos a um perfil vencedor, estabelecendo uma presunção sobre o padrão de sucesso eleitoral. Isso, por sua vez, desestimula mudanças nas estratégias das agremiações partidárias, restringindo as apostas em candidatos com menores chances de vitória.

Ao analisar a dinâmica dos partidos de forma individual, é possível perceber desigualdades mais relevantes na perspectiva racial; os partidos consolidados demonstram menor inclinação para lançar candidaturas de pessoas negras e pardas. Mesmo com a política

de cotas, não há uma equivalência quanto a mulheres negras e brancas. Isso indica que as cotas desempenham um papel uniformizador na distribuição de grupos sociais em desvantagem, mas não garantem a diversidade das candidaturas. Campos e Machado (2022) apontam que o “estigma racial” pode ser considerado um fator que dificulta a obtenção de recursos por parte de candidaturas não brancas. Além das especificidades relacionadas ao marcador raça, o financiamento aparece novamente como um obstáculo significativo no processo eleitoral, dessa vez na perspectiva de candidatos negros e pardos.

Conforme visto anteriormente, a relevância desse aspecto já é amplamente consolidada na literatura especializada. A escassez de recursos financeiros impacta diretamente a capacidade de candidatos negros e pardos de conduzirem campanhas competitivas, refletindo uma barreira estrutural que perpetua a sub-representação desses grupos. A falta de financiamento adequado limita a visibilidade e o alcance das candidaturas, dificultando a mobilização de eleitores e a construção de uma base de apoio sólida. Dessa forma, o financiamento eleitoral emerge como um componente crítico na luta por igualdade de representação, evidenciando a necessidade de políticas que garantam uma distribuição mais equitativa de recursos para candidatos de grupos historicamente marginalizados.

O sucesso eleitoral é resultado de uma miríade de fatores, sendo a captação de recursos um elemento preponderante. A disponibilidade de recursos financeiros para investir em campanhas políticas aumenta significativamente as probabilidades de êxito. Contudo, é necessário ressaltar que um alto volume de arrecadação não garante automaticamente a vitória eleitoral (Lemos; Marcelino; Pederiva, 2010). Existem casos em que candidaturas com consideráveis recursos não alcançam o resultado esperado nas urnas, demonstrando que apenas dinheiro não é suficiente para assegurar o sucesso no pleito. No entanto, essa lógica não se aplica inversamente: candidaturas com poucos recursos enfrentam uma desvantagem considerável, tornando-as praticamente inviáveis para a competição eleitoral.

A importância do financiamento é especialmente crítica para candidatos pertencentes a grupos marginalizados, como os LGBTQ+, que frequentemente carecem das redes de apoio e capital social necessários para arrecadar fundos substanciais. Esses candidatos, além de enfrentar os desafios comuns a todos os concorrentes, devem superar barreiras adicionais relacionadas à discriminação e preconceito.

Nas eleições de 2014, observou-se que a média de financiamento para as candidaturas pretas, pardas e indígenas não atingiu a marca de 100 mil reais, enquanto entre as candidaturas brancas, esse montante ultrapassou 269 mil reais. Nas disputas pela vereança, as candidaturas amarelas levantaram a maior média de financiamento, seguidas por candidaturas brancas,

pardas, pretas e, por fim, as candidaturas indígenas, que tiveram a menor concentração de recursos. Nas eleições de 2016, os homens brancos permaneceram como o grupo que mais recebeu investimento (43%). Destaca-se que as eleições municipais representam o início da carreira política, sendo um espaço de menor concorrência em comparação com as eleições gerais (Campos; Machado, 2022). A análise desses dados revela uma persistente desigualdade racial no financiamento de campanhas eleitorais, que reflete e perpetua as desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira.

Nas eleições municipais, o acesso ao investimento eleitoral é limitado, especialmente após a determinação de 2016 que inviabilizou o financiamento empresarial. As agremiações partidárias podem ser a chave central para o sucesso da campanha, mas a dinâmica da captação de recursos não é clara. Campos e Machado (2022) apontam que as relações sociais do candidato influenciam no potencial individual de arrecadação, pois pertencer a uma classe de maior reconhecimento social – e conviver com pessoas de alto poder econômico – facilita o investimento nas campanhas eleitorais.

Além disso, a ausência de financiamento empresarial exacerbou a dependência dos candidatos em relação aos partidos e às suas redes sociais e econômicas. Candidatos que não possuem conexões com elites econômicas ou que não estão inseridos em círculos sociais de alto prestígio enfrentam dificuldades significativas para arrecadar os fundos necessários. Essa situação reforça a concentração de poder político nas mãos de grupos já privilegiados, dificultando a entrada de minorias em cargos eletivos.

A capacidade de autofinanciamento de determinados candidatos pertencentes às classes mais altas da sociedade é igualmente relevante. Esse é um aspecto onde candidaturas não brancas são colocadas em desvantagem. Além das desigualdades de classe, a população negra enfrenta desvantagens históricas e de gênero. Em todas as eleições analisadas, homens brancos atingiram a marca mais elevada de arrecadação, ultrapassando R\$ 500 mil apenas em 2014 (CAMPOS; MACHADO, 2022). Isso representa o dobro do valor médio obtido por mulheres brancas, enquanto pessoas negras e pardas apresentam valores ainda mais inferiores.

A relevância do investimento eleitoral é um consenso na literatura, representando um obstáculo significativo no processo eleitoral para grupos em desvantagem. Os recursos financeiros têm um impacto contundente na construção da campanha, na competitividade do candidato, no resultado da disputa e na incumbência de seu mandato. Afinal, o sucesso eleitoral implica uma concentração de capital, e essa concentração facilita a manutenção e consolidação do poder. Os estudos analisados demonstraram que a concentração de recursos financeiros se

restringe a um grupo específico, subjugando mulheres, pessoas negras e pardas a uma posição de marginalização nas esferas representativas.

Ao considerarmos a pluralidade dentro da população LGBTQ+, composta por uma ampla variedade de identidades, incluindo indivíduos cis e transsexuais, pessoas negras ou pardas, pessoas indígenas e outras representações, torna-se evidente que os estudos mencionados têm aplicabilidade nessa coletividade. Essa literatura oferece ferramentas para a reflexão e a compreensão dos fatores determinantes que afastam candidatos LGBTQ+ do campo político e quais as dificuldades que antecedem o sucesso eleitoral desse grupo. A abordagem interseccional dessas experiências sugere uma interconexão entre LGBTQfobia, misoginia e racismo, amplificando os mecanismos de segregação impostos a esses indivíduos. Isso destaca a importância de uma abordagem analítica mais inclusiva nos estudos e nas ações destinadas a combater as formas de discriminação política enfrentadas pela sociedade LGBTQ+, promovendo uma noção mais abrangente e eficaz das questões que afetam essa diversificada coletividade.

Finalizamos essa seção após abordar os fundamentos teóricos fundamentais para este trabalho, conforme disponíveis na literatura especializada. No primeiro capítulo, revisamos as contribuições sobre a representação política, com ênfase na inclusão de grupos minoritários. Também discutimos a trajetória histórica do ativismo LGBTQ+, destacando cada etapa do movimento, seus desafios e principais conquistas até o ingresso nas esferas representativas. Analisamos também como a mobilização dessas esferas foi utilizada como estratégia para garantir direitos e cidadania LGBTQ+. Além disso, revisamos as principais teorias sobre a relação entre o processo eleitoral e a diversidade sexual. É importante ressaltar que a literatura sobre essas interações não é extensa, poucos estudos se concentram na perspectiva LGBTQ+ na disputa eleitoral. Um dos objetivos deste trabalho é contribuir para essa literatura, uma vez que candidaturas LGBTQ+ permaneceram invisíveis por muito tempo, perpetuando a exclusão política desse grupo no parlamento. Feito isso, passaremos agora para a apresentação da metodologia, do material empírico e dos resultados.

4 FINANCIAMENTO DE CAMPANHA E DOAÇÃO DE PARTIDOS: Um estudo sobre a disputa eleitoral na perspectiva LGBTQ+

4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na seção anterior, discutimos os principais aspectos teóricos da representação política na perspectiva de grupos minoritários, dando ênfase ao contexto LGBTQ+. Vimos que, mesmo com avanços notáveis, esses grupos ainda encontram numerosas barreiras para a sua inserção no campo político. Essa revisão evidenciou uma lacuna importante na literatura: a necessidade de um panorama mais aprofundado sobre os desafios eleitorais que os candidatos LGBTQ+ enfrentam.

Diante dessas considerações, escolhemos empregar uma abordagem quantitativa para este estudo. Esta metodologia foi selecionada por sua aderência aos objetivos do trabalho: compreender possíveis disparidades no financiamento de campanhas e seu impacto no desempenho eleitoral dos candidatos LGBTQ+ nas eleições municipais brasileiras. Este trabalho possui caráter descritivo. Nosso objetivo é não somente detalhar as características desses candidatos, mas também entender as desigualdades que continuam a existir nesse contexto de disputa e quais seus impactos na representação política dessa população.

Com efeito, trabalhamos com três hipóteses:

- a) Candidatos LGBTQ+ arrecadam um índice reduzido de recursos em comparação a candidatos heterossexuais.
- b) Candidatos racializados recebem financiamento inferior em comparação a seus pares não racializados.
- c) A distribuição de recursos de campanha varia de acordo com o espectro político-ideológico dos partidos.

Convém ressaltar que a ideologia dos partidos políticos brasileiros será classificada segundo Bolognesi, Ribeiro e Codato (2022), conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 -DISTRIBUIÇÃO ESPECTRO-IDEOLÓGICA DOS PARTIDOS BRASILEIROS

Posição Ideológica	Partidos
Extrema Esquerda	PSTU, PCO, PCB, PSOL
Esquerda	PCdoB, PT
Centro-Esquerda	PDT, PSB
Centro	REDE, PPS, CIDADANIA, PV
Centro-Direita	PTB, AVANTE, SD, SOLIDARIEDADE, PMN, PMB, PHS

Direita	PMDB, MDB, PSD, PSDB, PTN, PODE, PPL, PRTB, PROS, PRP, PRB, PTC, PR, DC, PSL, Novo, REPUBLICANOS, PP, PR, PSC, PSDC, PT do B, PL
Extrema Direita	DEM, PATRIOTA

FONTE: BOLOGNESI; RIBEIRO; CODATO (2022)

4.2 BASE DE DADOS

Quando se trata de dados sobre candidaturas LGBTQ+, devemos considerar que tais informações decorrem do esforço de organizações da sociedade civil. Isso implica reconhecer que não existem dados oficiais sobre a verdadeira quantidade de candidatos não heterossexuais na disputa eleitoral brasileira. Com efeito, para a construção da base de dados que subsidiará as análises a seguir, foram utilizadas diversas listagens disponibilizadas pela VoteLGBT, ANTRA e a ABGLT, entidades responsáveis⁸ por recolher dados de candidatos que pretendem concorrer à cargos eletivos. Essas listas são elaboradas a partir de formulários online, onde os concorrentes optam por informar, entre outras referências, seu nome, partido e local de residência. Os candidatos que preencherem o formulário serão posteriormente divulgados pelas próprias organizações da sociedade civil.

A partir dos nomes divulgados em 2016, criou-se a primeira base de dados para cruzar com a segunda, construída a partir dos dados do repositório do TSE. O *key* de junção foi o número de identificação do candidato, constituindo uma base de dados de candidatos LGBTQ+ nas eleições do ano de 2016, e uma outra, para o pleito de 2020. Vale mencionar que a base de dados de 2016 foi compilada manualmente, consultando caso a caso no repositório de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais do TSE, enquanto a base de dados do ano de 2020 foi construída no ambiente de programação R, seguindo o mesmo processo de cruzamento⁹.

Assim, foram reunidas as seguintes variáveis dos candidatos LGBTQ+ localizados: sigla uf, município; nome do candidato; número votável e de identificação; cargo; partido; valor de receita declarado; valor de bens declarados; doações do partido; resultado eleitoral; data de nascimento; gênero; grau de instrução; cor/raça; estado civil, entre outros. Essa base foi

⁸ Existem diversas listagens divulgadas, entretanto, optou-se por utilizar os dados dessas entidades da sociedade civil.

⁹ Acesso a base de dados: <<https://github.com/fernanda-do-nascimento/BASE-DE-DADOS-DISSERTACAO-FERNANDA-PINHEIRO>>.

construída no objetivo de efetivar análises descritivas e evidenciar aspectos importantes da participação LGBT+ na disputa eleitoral.

É importante reafirmar, no entanto, que a base não é composta pelo total de candidatos LGBT+ nas eleições de 2016 e 2020. Pois, existem candidatos que optam por manter a orientação sexual em sigilo, em razão de inúmeros motivos como: segurança física e preservação da integridade pessoal.

A candidatura de indivíduos LGBT+ que não se autodeclaram, possui ao menos duas implicações: por um lado, tem-se uma estratégia plausível, considerando que não ser heterossexual pode implicar em situações de discriminação e rechaço, tanto no âmbito social como no político. Contudo, por outro, a ocultação da real orientação sexual prejudica a busca por candidatos desse segmento. Ademais, as organizações dependem da autoidentificação para reconhecer candidaturas LGBT+ nas eleições. Por essa razão, é necessário considerar que as bases de dados, a despeito de não esgotam o número de candidatos não heterossexuais, ainda assim, constituem uma representação importante da participação desse grupo na disputa eleitoral.

Deste modo, nossa amostra é composta por duas bases de dados distintas referentes às eleições municipais de 2016 e 2020. A primeira base, de 2016, contém 386 casos e 37 variáveis, que se dividem entre categóricas e numéricas. Já a segunda, referente ao ano de 2020, é composta por 354 casos e 37 variáveis, também divididas entre categóricas e numéricas¹⁰. Esses dados incluem informações detalhadas sobre os candidatos, tais como raça/cor, recursos arrecadados, doações de partidos, bens declarados, nível de instrução e ocupação. A robustez dessas amostras é suficiente para permitir a aplicação de análises descritivas, proporcionando uma investigação detalhada das candidaturas LGBT+ no contexto eleitoral brasileiro.

4.3 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

¹⁰ Conforme dito anteriormente, esta base de dados não contempla todos os casos de candidaturas LGBT+, diversos sites, blogs e canais de comunicação, juntamente com organizações não governamentais, disponibilizam listagens, antes, durante e após as eleições. Por isso, optamos por privilegiar as listagens de organizações não governamentais, no entanto, inserimos na base de dados somente os casos localizados no repositório de dados do TSE. Nomes que não foram encontrados no registro do TSE não foram considerados para esta base, porque não conseguimos realizar a identificação. Por exemplo, uma pessoa cujo nome de registro oficial no TSE é João Santana, porém seu nome de urna e/ou social é Maria Aparecida, em alguns casos conseguimos realizar esforços adicionais para identificar o candidato, utilizando outras variáveis, como: afiliação partidária, estado e cidade de origem e outras informações de cunho pessoas que permitiram demonstrar que apesar dos nomes serem diferentes, trata-se da mesma pessoa. Contudo, para alguns casos não conseguimos fazer essa relação. Além disso, tem-se os casos dos candidatos que optam por não divulgar publicamente sua opção sexual.

As análises descritivas são fundamentais na pesquisa social e política porque fornecem uma base sólida para a compreensão das dinâmicas e padrões dentro dos dados coletados. Elas permitem aos pesquisadores mapear e visualizar características importantes de grupos específicos, identificando tendências e relações significativas que podem não ser imediatamente aparentes. Segundo a literatura, a descrição detalhada dos dados é essencial para definir conceitos e medir parâmetros, garantindo coerência na pesquisa ao longo do tempo e entre diferentes estudos (KING, 2014; MILLS, 1959).

No contexto político, as análises descritivas ajudam a evidenciar aspectos críticos como a distribuição de recursos, padrões de votação e a representatividade de diferentes grupos sociais. Elas são particularmente úteis para revelar desigualdades estruturais e barreiras enfrentadas por grupos minoritários. Essa metodologia é adequada e suficiente para alcançar os objetivos da pesquisa, pois permite identificar e analisar padrões e tendências nos dados.

Com efeito, em atenção aos objetivos do trabalho, consideramos analisar os índices de financiamento político de candidaturas LGBTQ+, a partir da relação entre o montante arrecadado para viabilizar a campanha eleitoral e o número de votos obtidos; consideramos ainda analisar o desempenho eleitoral de candidatos LGBTQ+ autodeclarados negros em comparação às demais minorias sexuais; e investigar possíveis diferenças na arrecadação dos recursos de campanha de acordo com os partidos políticos.

Para medir o desempenho eleitoral, cogitamos utilizar o número de votos recebidos por cada candidato. Essa variável (dependente) constituiria a principal medida de sucesso eleitoral neste estudo. Desta forma, pretendíamos realizar as seguintes etapas: Primeiro, obter o cálculo da média de recursos arrecadados por candidaturas LGBTQ+ e não LGBTQ+, isso permitiria observar as diferenças entre os dois grupos em termos de financiamento de campanha. Em um segundo momento, observaríamos a relação entre o montante arrecadado e o número de votos obtidos, comparando esses dados entre candidaturas LGBTQ+ e não LGBTQ+. Além disso, comparamos o desempenho eleitoral de candidatos LGBTQ+ autodeclarados negros com o de outras minorias sexuais, para entender como a interseccionalidade de raça e orientação sexual afeta o sucesso eleitoral desses candidatos. Também analisamos a presença de variações na arrecadação de recursos de campanha de acordo com o espectro político-ideológico dos partidos. Para facilitar a compreensão das variáveis selecionadas, a tabela a seguir resume as principais variáveis dependentes e independentes no estudo:

QUADRO 2-QUADRO DE VARIÁVEIS

Tipo de variável	Variável	Descrição
Dependente	Votos	Total de votos obtidos pelos candidatos nas eleições.
Independentes	Raça/Cor	Identificação racial dos candidatos (negros, pardos, brancos etc.).
	Recursos	Montante total de recursos financeiros declarados pelas candidaturas.
	Doações	Montante de doações recebidas dos partidos políticos.
	Bens	Valor dos bens declarados pelos candidatos.
	Instrução	Grau de escolaridade dos candidatos.
	Ocupação	Profissão ou ocupação dos candidatos.

FONTE: elaborado pela autora

Após delinear as nossas pretensões metodológicas, é necessário discutirmos os desafios encontrados durante a aplicação da nossa abordagem. A principal dificuldade enfrentada neste estudo foi a impossibilidade de identificar nominalmente os indivíduos da minoria LGBTQ+ na base de dados de candidatos, devido à ausência de informações sobre sexualidade nos registros do TSE. Para construir a base de dados inicial, referente ao ano de 2016, realizamos uma busca manual, nome por nome, no sistema eleitoral, garantindo que nossa amostra fosse composta exclusivamente por candidatos LGBTQ+.

A segunda base, no entanto, àquela que se refere ao ano de 2020, foi construída a partir de uma base obtida no TSE, que listava todos os candidatos às eleições daquele ano. Devido à sua magnitude, mobilizamos o ambiente de programação R para identificar os nomes presentes nas listagens das organizações não governamentais que apoiam candidaturas LGBTQ+. Apesar de nossos esforços, não conseguimos constituir uma base que claramente separasse as variáveis LGBTQ+ e HT. Essa limitação nos impediu de realizar uma comparação robusta entre candidatos heterossexuais e homossexuais.

A solução foi realizar a exclusão do grupo LGBTQ+ da base total, permitindo a formação de um grupo heterossexual sem sobreposição de casos. Foi necessário realizar uma seleção de amostras para garantir que os grupos comparados tivessem tamanhos similares. As amostras foram selecionadas tanto para o ano de 2016 quanto para 2020, com o objetivo de evitar comparações entre grupos de tamanhos muito distintos, o que tornaria a análise inviável.

Após a seleção, verificou-se se havia casos repetidos nas amostras. A comparação foi feita através do CPF e número sequencial dos candidatos, com a função *intersect* do R sendo utilizada para identificar eventuais repetições. Contudo, como as amostras eram pequenas, não houve nenhum caso de candidato indevidamente constar nos dois grupos, permitindo a

comparação adequada. Após a seleção das amostras, foram realizadas comparações entre eleitos e não eleitos. Antes disso, foi necessário recategorizar algumas variáveis, como a situação dos candidatos, para padronizar a base de dados. A variável “eleitos” foi consolidada em uma única categoria, facilitando a análise da taxa de sucesso. Essa taxa, que indica a proporção de candidatos eleitos em relação ao total de candidatos que participaram de uma eleição, foi calculada para ambos os grupos, heterossexuais e LGBT+.

Os resultados das análises mostraram uma disparidade significativa entre as taxas de sucesso dos grupos. Em 2016, a taxa de sucesso dos candidatos heterossexuais foi de 18,1%, enquanto a dos candidatos LGBT+ foi de apenas 9,8%. Em 2020, a taxa de sucesso dos candidatos heterossexuais foi de 13,8%, enquanto a dos LGBT+ caiu para 4,5%. Esses números indicam que o grupo LGBT+ tem quase metade da taxa de sucesso em relação ao grupo heterossexual. Após calcular as taxas de sucesso, foram criados gráficos para ilustrar os resultados. Após as considerações iniciais de nosso percurso metodológico, passemos a descrição dos dados obtidos.

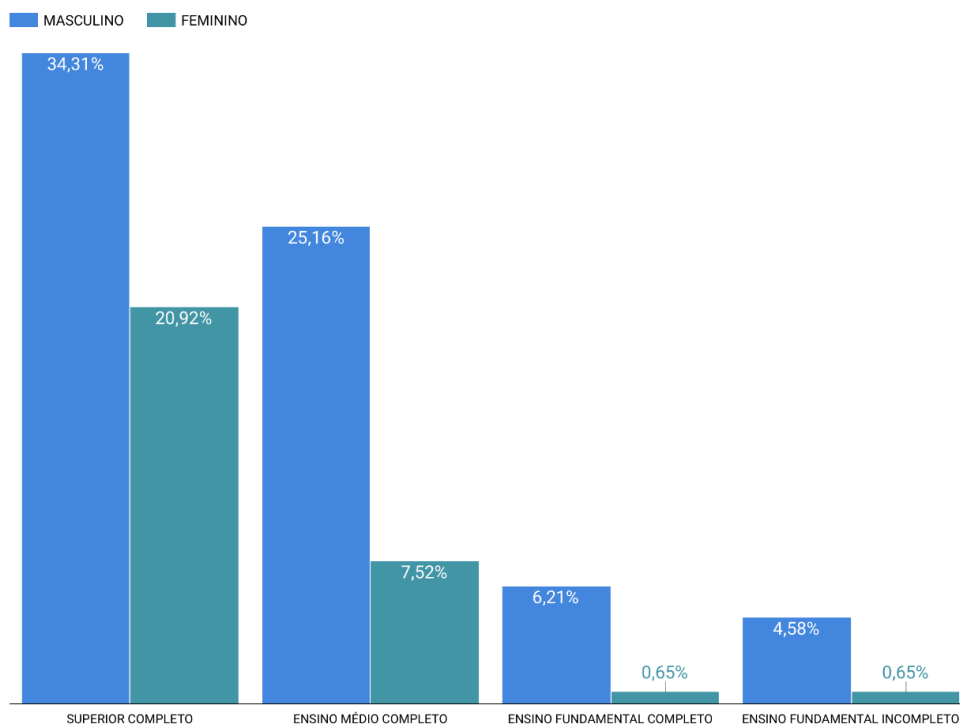
4.4 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Nossa análise foi subsidiada por duas bases de dados correspondentes às eleições municipais de 2016 e 2020. A base de 2016 é formada por 386 casos, abrangendo 37 variáveis tanto categóricas quanto numéricas. A base de 2020 inclui 354 casos, igualmente distribuídos em 37 variáveis categorizadas de forma similar a primeira. Ambas as bases detalham informações extensivas sobre os candidatos, incluindo atributos como raça/cor, fundos arrecadados, contribuições partidárias, patrimônio declarado, grau de instrução e ocupação profissional.

4.4.1 Candidaturas LGBT+ segundo gênero e escolaridade

Os gráficos 1 e 2 mostram a distribuição dos candidatos LGBT+ por gênero e nível de instrução nas eleições de 2016 e 2020, respectivamente. Em 2016 (gráfico 1), 34,31% dos candidatos masculinos tinham ensino superior completo, junto com 20,92% de candidaturas femininas; 25,16% dos candidatos masculinos tinham ensino médio completo, em contraste com 7,52% das candidatas femininas; além disso, 4,58% dos candidatos masculinos tinham ensino fundamental incompleto, comparado a 0,65% das candidatas femininas.

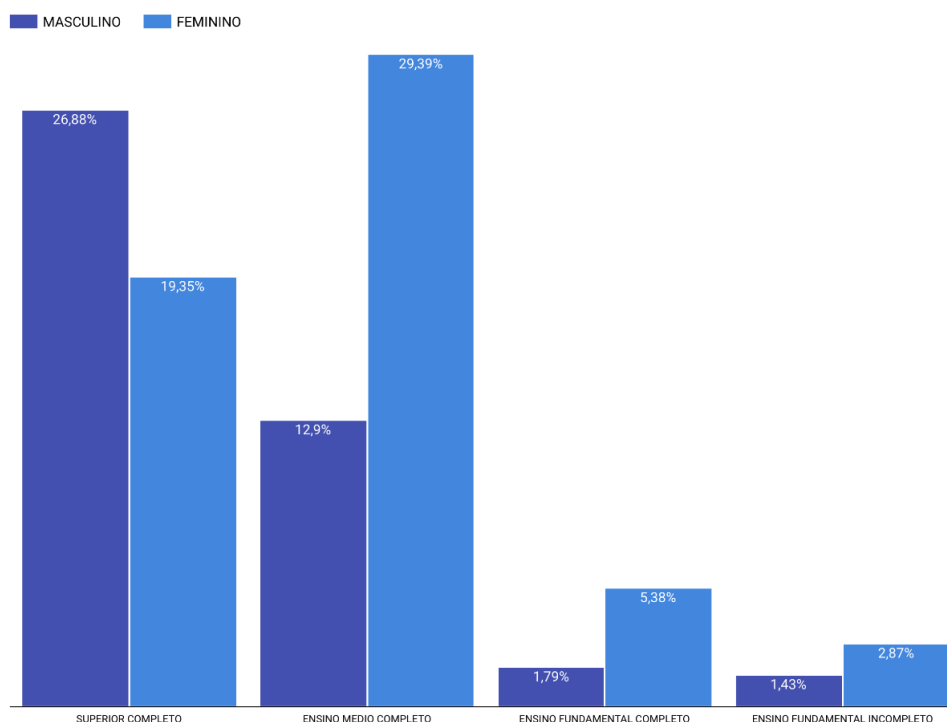
GRÁFICO 1 –DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBTQ+ DE 2016 POR GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Em 2020 (gráfico 2), observamos uma mudança na distribuição educacional: 26,88% dos candidatos masculinos tinham ensino superior completo, em comparação aos 19,35% das candidatas femininas. O ensino médio completo é o nível que apresenta uma mudança notável se comparado ao gráfico anterior: 29,39% das candidatas femininas têm o médio completo contra 12,9%, dos homens. No ensino fundamental incompleto, 2,87% para candidatas femininas e 1,43% para candidatos masculinos.

GRÁFICO 2– DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR GÊNERO E GRAU DE INSTRUÇÃO

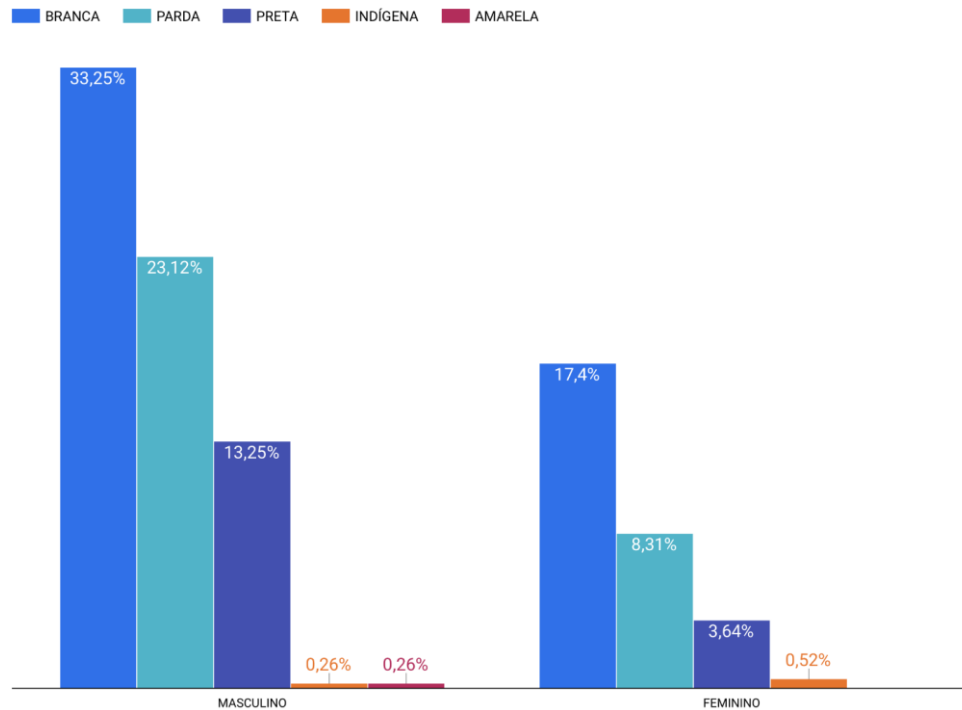


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

4.4.2 Candidaturas LGBT+ segundo gênero e raça

A distribuição de candidatos LGBT+ por raça e gênero em 2016 (gráfico 3) apresenta uma predominância de candidatos brancos masculinos (33,25%), seguidos por pardos masculinos (23,12%) e brancos femininos (17,4%). Candidatos pretos masculinos representam 13,25%, enquanto candidatas pardas femininas constituem 8,31%. As menores representações são de candidatos indígenas e amarelos, com menos de 1% cada.

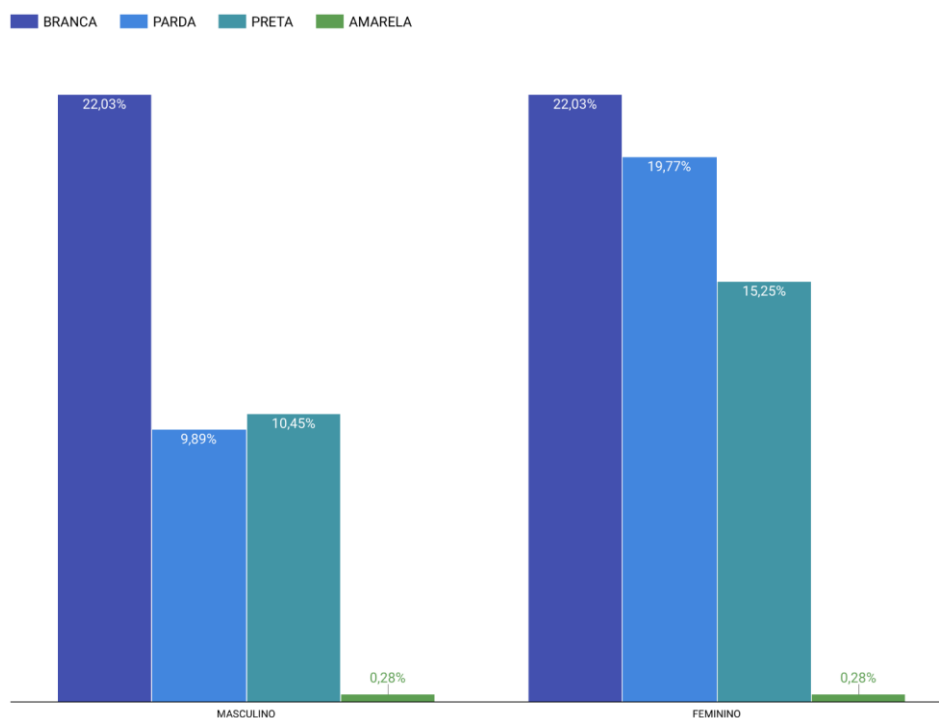
GRÁFICO 3– DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR GÊNERO E RAÇA



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Em 2020, a distribuição por raça e gênero (gráfico 4) mostra que candidatos brancos, tanto femininos quanto masculinos, representam cada um 22,03% e predominam novamente entre as candidaturas. Os candidatos pardos masculinos (9,89%) apresentam uma diminuição em comparação as candidaturas femininas (19,77%). As candidatas pretas aumentaram para 15,25%, enquanto os pretos masculinos constituem 10,45%. Candidatos amarelos permanecem com representações muito baixas, enquanto os indígenas não foram identificados neste ano.

GRÁFICO 4 DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBTQ+ DE 2016 POR GÊNERO E RAÇA

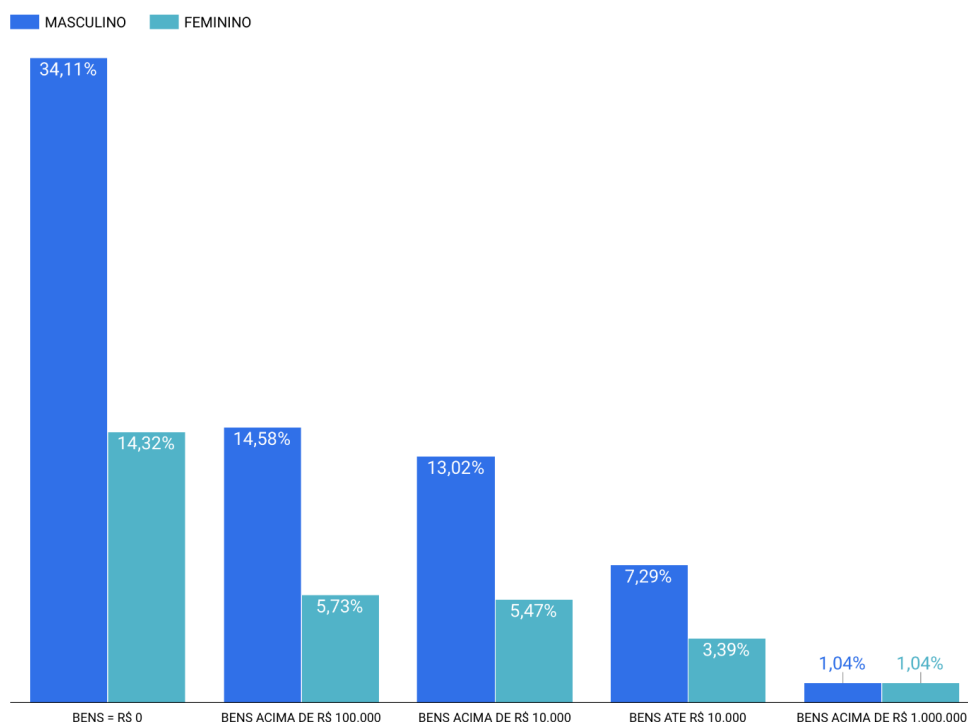


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

4.4.3 Candidaturas LGBT+ segundo gênero e classificação de bens

Os gráficos 5 e 6 mostram a distribuição dos candidatos LGBT+ por gênero, com a classificação dos bens declarados para os anos de 2016 e 2020. Em 2016 (gráfico 5), a maior proporção de candidatos masculinos tinha bens declarados de R\$ 0 (34,11%), seguido por aqueles com bens acima de R\$ 100.000 (14,58%) e bens acima de R\$ 10.000 (13,02%). Para as candidatas femininas, a maior proporção também estava na categoria de bens declarados de R\$ 0 (14,32%), seguida por bens acima de R\$ 100.000 (5,73%) e bens acima de R\$ 10.000 (5,47%).

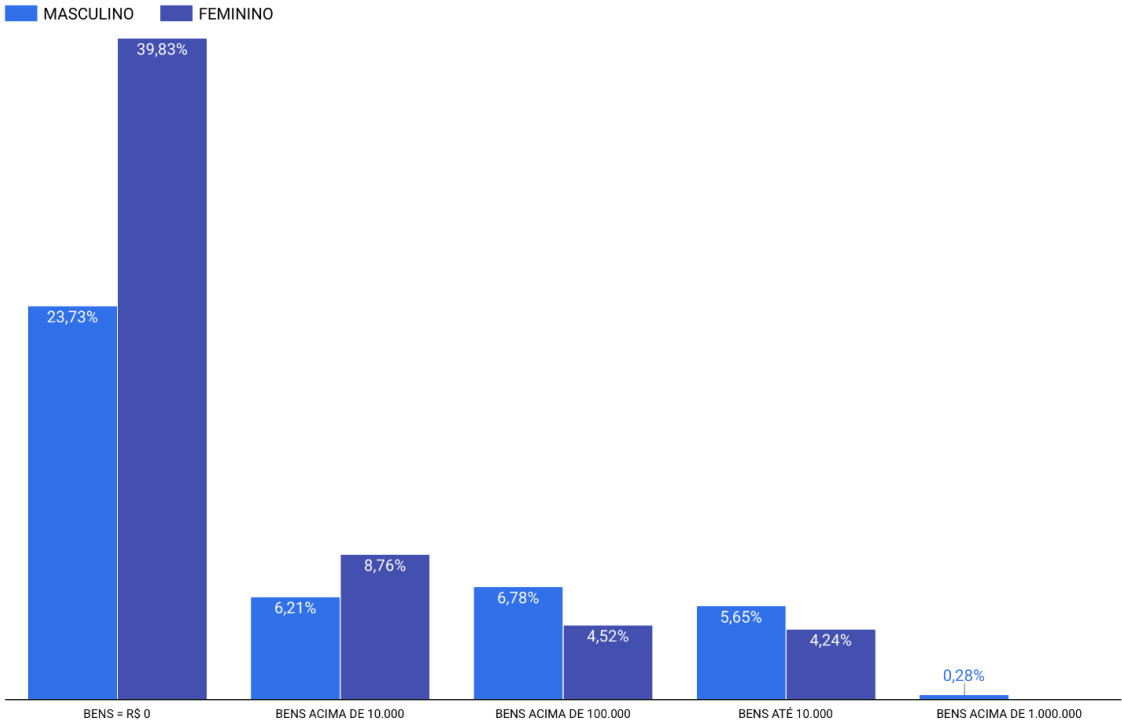
GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2016 POR GÊNERO E BENS DECLARADOS



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Em 2020 (gráfico 6), a distribuição mostrou uma mudança notável. A maior proporção de candidatos masculinos ainda estava na categoria de bens declarados de R\$ 0 (23,73%), mas houve um aumento considerável de candidatas femininas na mesma categoria (39,83%). Outras categorias de bens declarados, como bens acima de R\$ 10.000 e bens acima de R\$ 100.000, tiveram proporções menores tanto para candidatos masculinos quanto femininos.

GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBTQ+ DE 2020 POR GÊNERO E BENS DECLARADOS

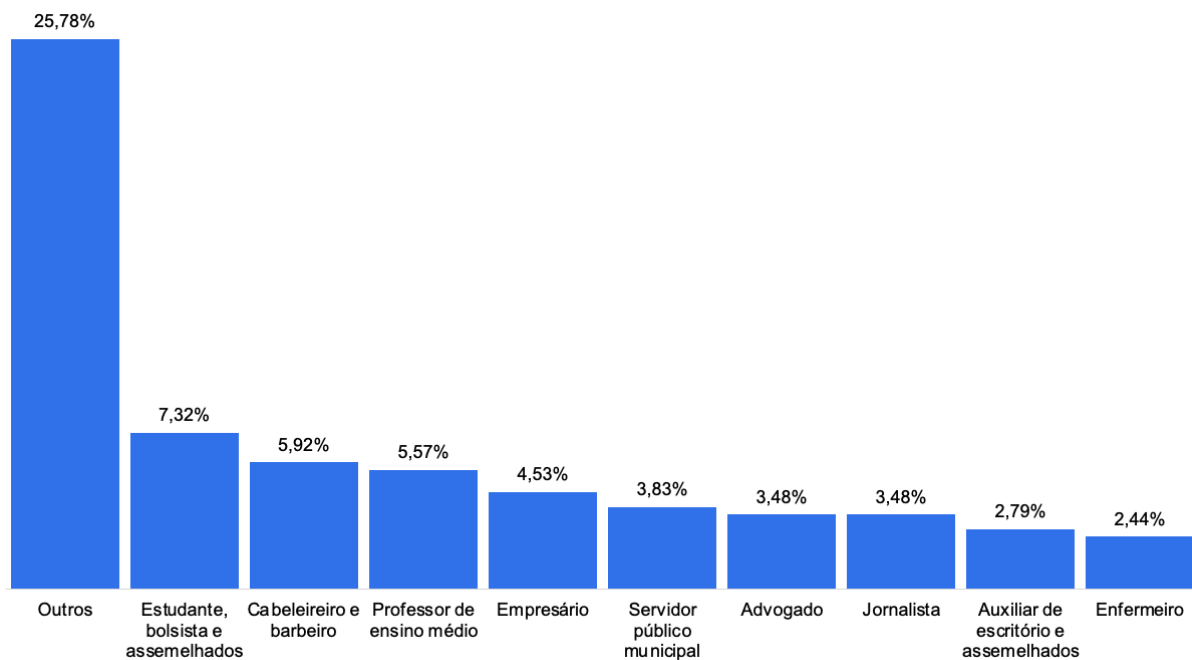


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

4.4.4 Candidaturas LGBT+ segundo ocupação

Prosseguindo, os gráficos 7 e 8 apresentam a distribuição das ocupações dos candidatos LGBT+ nas eleições de 2016 e 2020. Em 2016, a categoria "Outros" foi a de maior proporção, com 25,78% dos candidatos. Seguem-se estudantes, bolsistas e estagiários com 7,32%, e cabeleireiros e barbeiros com 5,92%. Outras ocupações notáveis incluem professores de ensino médio (5,57%), empresários (4,53%), advogados (3,48%) e servidores públicos municipais (3,83%).

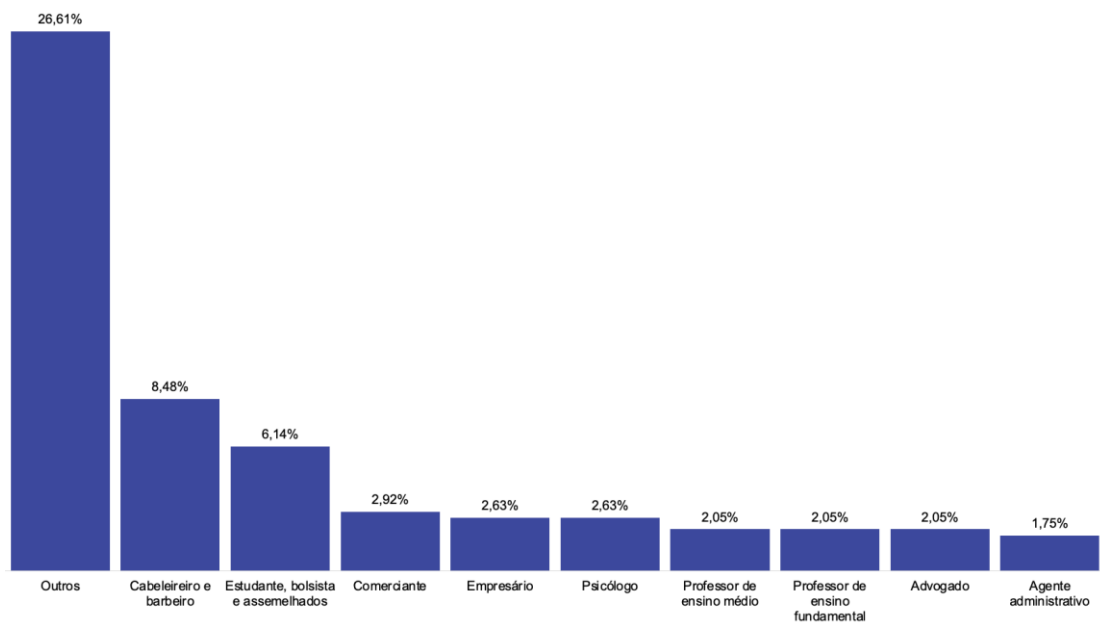
GRÁFICO 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR OCUPAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Em 2020 (gráfico 8), a categoria "Outros" também foi predominante, representando 26,61% dos candidatos. Cabeleireiros e barbeiros mantiveram uma presença significativa, com 8,48%, enquanto estudantes, bolsistas e estagiários formaram 6,14%. Comerciantes (2,92%), empresários (2,63%) e psicólogos (2,63%) também foram notavelmente representados.

GRÁFICO 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR OCUPAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

4.4.5 Candidaturas LGBT+ segundo classificação de bens declarados

As tabelas 1 e 2 apresentam a porcentagem relativa à distribuição dos candidatos LGBT+ por classificação de bens declarados nas eleições de 2016 e 2020, respectivamente. Em 2016 (tabela 1), 48,45% dos candidatos não possuíam bens declarados, enquanto 20,21% declararam bens acima de R\$ 100.000, e 18,39% possuíam bens acima de R\$ 10.000. Menos de 3% declararam bens acima de R\$ 1.000.000.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR CLASSIFICAÇÃO DE BENS DECLARADOS NAS ELEIÇÕES DE 2016 E 2020

CLASSIFICAÇÃO DE BENS	TOTAL DE CANDIDATOS	% DO TOTAL DE CANDIDATOS QUE DECLARARAM BENS
BENS = R\$ 0	187	48,45%
BENS ATÉ R\$ 10.000	42	10,88%
BENS ACIMA DE R\$ 10.000	71	18,39%
BENS ACIMA DE R\$ 100.000	78	20,21%
BENS ACIMA DE R\$ 1.000.000	8	2,07%
TOTAL GERAL	386	100%

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Em 2020 (tabela 2), houve um aumento no percentual de candidatos sem bens declarados, chegando a 63,56%. A porcentagem de candidatos com bens acima de R\$ 100.000 caiu para 11,3%, e a daqueles com bens acima de R\$ 10.000 foi de 14,97%. Somente um candidato declarou possuir bens acima de R\$ 1.000.000 em 2020.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR VALOR DE BENS DECLARADOS

Classificação de bens	Total de candidatos	% do total de candidatos que declararam bens
Bens = R\$ 0	225	63,56%
Bens até R\$ 10.000	35	9,89%
Bens acima de R\$ 10.000	53	14,97%
Bens acima de R\$ 100.000	40	11,30%
Bens acima de R\$ 1.000.000	1	28%
Total geral	354	100%

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

4.4.6 Candidaturas LGBT+ distribuídas por Estado brasileiro

A tabela 3 apresenta a distribuição de candidatos LGBT+ por estado brasileiro nas eleições de 2016, juntamente com o total das receitas declaradas e a média dessas receitas por candidato. São Paulo lidera com 73 candidatos, declarando um total de R\$ 3.198.592,03, seguido por Pernambuco com 38 candidatos e um total de R\$ 1.182.318,13 em receitas declaradas. Outros estados com números significativos de candidatos incluem Minas Gerais (32), Rio Grande do Sul (31) e Paraná (29). Porém, no quesito média de receitas declaradas, os

estados que se destacam são Sergipe (R\$ 406.203,43), Ceará (R\$ 80.226,26) e Rio de Janeiro (R\$ 64.690,47).

TABELA 3 DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ NAS ELEIÇÕES DE 2016 POR ESTADOS BRASILEIROS

Estado	Total de candidatos	Total de receita declarada dos candidatos	Média das receitas declaradas	% do total dos valores de receita declarados
SP	73	3.198.592,03	48.463,52	18,78%
PE	38	1.182.318,13	32.842,17	6,94%
MG	32	1.022.623,26	32.987,85	6%
RS	31	774.714,85	26.714,31	4,55%
PR	29	546.282,83	20.232,70	3,21%
RJ	28	1.487.880,80	64.690,47	8,74%
CE	25	2.005.656,42	80.226,26	11,78%
BA	21	891.615,53	49.534,20	5,24%
GO	18	60.149,41	4.296,39	0,35%
SC	16	605.755,38	50.479,62	3,56%
SE	11	4.468.237,73	406.23,343	26,24%
MS	11	68.357,60	6.214,33	0,40%
PA	11	48.400,69	5.377,85	0,28%
AM	6	28.103,10	5.620,62	0,17%
RO	6	45.256,60	7.542,77	0,27%
PB	6	416.913,87	83.382,77	2,45%
ES	4	6,962	2.320,67	0,04%
RN	4	13.035,56	4.345,19	0,08%
MA	3	3.370	1.123,33	0,02%
AC	2	42.774,37	21.387,19	0,25%
AL	2	10,925	5.462,50	0,06%
PI	2	2.243,30	1.121,65	0,01%
TO	2	16.644,74	8.322,37	0,10%
RR	2	5.900	5.900	0,03%
MT	2	77.477,79	38.738,90	0,45%
AP	1	500	500	0%
Total geral	386	17.030.690,99	48.798,54	100%

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Em 2020 (tabela 4), São Paulo permanece como o estado com o maior número de candidatos (93), seguido por Minas Gerais (53), Rio de Janeiro (30), Bahia (28) e Paraná (26). Em termos de receitas declaradas, o Ceará destaca-se com a maior média de receitas por candidato (R\$ 36.353,91), seguido por Paraíba (R\$ 35.636,05) e Alagoas (R\$ 11.580,75).

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ NAS ELEIÇÕES DE 2020 POR ESTADO BRASILEIRO.

Estado	Total de candidatos	Total de declarada candidatos	receita dos	Média receitas declaradas	% do total dos valores de receita declarados
SP	93	355.816,38		7.570,56	25,45%
MG	53	198.388,83		6.399,64	14,19%
RJ	30	135.885,70		7.993,28	972%
BA	28	40.211,35		2.233,96	2,88%
PR	26	58.627,68		4.187,69	4,19%
SC	15	55.779,22		18.593,07	3,99%
CE	14	218.123,44		36.353,91	15,60%
GO	13	28.847		7.211,75	2,06%
RS	12	55.876,35		11.175,27	4%
RN	11	17.712		2.214	1,27%
ES	9	5.028		1.005,60	0,36%
PE	8	13.014		32.535	93%
PB	6	106.908,16		35.636,05	7,65%
AL	6	46.323		11.580,75	3,31%
MS	6	37.325,50		18.662,75	2,67%
RO	5	5.558		2.779	0,40%
MA	4	2.463		1.231,50	0,18%
AM	3	3.000		3.000	0,21%
TO	3	0		0	0
RR	3	0		0	0%
PA	3	3.159		3.159	0,23%
PI	2	10.300		10.300	0,74%
AP	1	0		0	0
Total geral	354	1.398.346,61		7.811,99	100%

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

4.4.7 Candidaturas LGBT+ e as doações dos partidos políticos

Dando seguimento, as tabelas 5 e 6 apresentam as doações dos partidos políticos para candidatos LGBTQ+ em 2016 e 2020, categorizadas por partido, ideologia partidária, total de candidatos e total de doações do partido político. Em 2016 (tabela 5), as doações totalizaram R\$ 7.756.941,05, enquanto em 2020 (tabela 6), o valor foi drasticamente reduzido para R\$ 103.991,48.

TABELA 5 - DOAÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA CANDIDATOS LGBTQ+ EM 2016

Partido Político	Ideologia partidária	Total de candidatos	Total de doações do partido político
PPS	Centro	18	32.964,38
PV	Centro	11	5.351,67
REDE	Centro	2	26.300
PTB	Centro direita	8	0
PMB	Centro direita	7	670
PHS	Centro direita	4	4.928
SOLIDARIEDADE	Centro direita	4	5,0672
PMN	Centro direita	2	0
PSB	Centro esquerda	27	1.684.163,27
PDT	Centro esquerda	11	11.360,48
PSD	Centro esquerda	8	160
PSDB	Direita	19	150.500
PMDB	Direita	10	1.359,71
PP	Direita	6	75.784,71
PROS	Direita	6	2.200,64
PRB	Direita	5	0
PR	Direita	5	967,86
PTN	Direita	4	75.628,15
PSL	Direita	4	70.282,73
PSDC	Direita	4	0
PRTB	Direita	4	750,35
PPL	Direita	3	0
PRP	Direita	3	687
AVANTE	Direita	2	8.306,40
PTC	Direita	1	3.009,56
PC do B	Esquerda	59	2.836.159,07
PT	Esquerda	57	2.208.081,77
DEM	Extrema esquerda	6	4.655,92
PATRIOTA	Extrema esquerda	5	0
PSOL	Extrema esquerda	76	534.008,40

PSTU	Extrema esquerda	4	13.593,78
PCB	Extrema esquerda	1	0
Total geral		386	7.756.941,05

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Foi possível observar uma diminuição acentuada nas doações dos partidos políticos para candidatos LGBTQ+ entre 2016 e 2020. Em 2016, partidos como PC do B, PT e PSB se destacaram pelas maiores contribuições, com valores superiores a R\$ 1.000.000,00. Já em 2020 (tabela 6), as doações foram significativamente menores, com nenhum partido alcançando sequer R\$ 40.000,00 em contribuições, e muitos partidos que doaram em 2016 não realizaram doações em 2020.

Tabela 6 - DOAÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA CANDIDATOS LGBTQ+ EM 2020

Partido Político	Ideologia partidária	Total de candidatos	Total de doações do partido político
PV	Centro	15	37.734,98
REDE	Centro	14	0
CIDADANIA	Centro	10	0
SOLIDARIEDADE	Centro direita	9	0
PTB	Centro direita	6	0
PMB	Centro direita	3	0
AVANTE	Centro direita	2	0
PMN	Centro direita	1	0
PDT	Centro esquerda	29	17.375
PSB	Centro esquerda	14	0
PSD	Direita	18	18.283,50
PSDB	Direita	14	0
PP	Direita	12	0
MDB	Direita	8	0
PSL	Direita	6	0
PL	Direita	5	0
PROS	Direita	5	0
PSC	Direita	3	0
PODE	Direita	3	0
REPUBLICANOS	Direita	2	0
DC	Direita	2	0
PRTB	Direita	1	0

PT	Esquerda	65	30.598
PC do B	Esquerda	30	0
DEM	Extrema direita	12	0
PATRIOTA	Extrema direita	5	0
PSOL	Extrema esquerda	59	0
UP	Extrema esquerda	1	0
Total geral		354	103.991,48

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

4.4.8 Candidaturas LGBT+ e a distribuição dos votos recebidos

Passemos agora para análise da distribuição dos votos recebidos pelos candidatos LGBT+ (tabelas 7 e 8). Nas eleições do ano de 2016 (tabela 7), os candidatos brancos mostraram uma concentração significativa de votos em relação aos demais: esta categoria racial concentrou 888.785 votos, representando 70,09% do total. Candidatos pardos receberam 273.829 votos (21,59%), enquanto candidatos pretos receberam 102.501 votos (8,08%). Os candidatos indígenas, apesar de serem poucos, receberam 2.923 votos, que constituem 0,23% do total.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS LGBT+ EM 2016

Descrição de raça	Total de votos recebidos	Total de candidatos	Média de votos recebidos	% de total de votos recebidos
Branca	888.785	195	5.167,35	70,09%
Parda	273.829	121	2.381,12	21,59%
Preta	102.501	65	1.680,34	8,08%
Indígena	2.923	3	974,33	0,23%
Total geral	1.268.038	384	3.612,64	100%

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Já em 2020 (tabela 8), a distribuição de votos mostrou mudanças notáveis. Candidatos brancos continuaram a receber a maioria dos votos, mas agora apenas com 152.216 votos (45,72%), seguidos de perto por candidatos pretos, que receberam 145.995 votos (43,85%). Candidatos pardos receberam 33.604 votos (10,09%), e candidatos amarelos receberam 1.094 votos, representando apenas 0,33% do total.

Tabela 8 - DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS RECEBIDOS PELOS CANDIDATOS LGBT+ EM 2020

Descrição de raça	Total de votos recebidos	Total de candidatos	Média de votos recebidos	% de total de votos recebidos
Branca	152.216	156	988,42	45,72%
Parda	33,604	105	323,12	10,09%
Preta	145.995	91	1.640,39	43,85%
Amarela	1.094	2	547	0,33%
Total geral	332.909	354	953,89	100%

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Para uma análise conjunta entre números de votos e recursos, vamos agora analisar os valores que foram declarados pelos candidatos LGBTQ+. Em 2016 (tabela 9), os candidatos brancos declararam um total de R\$ 31.114.179,53 em bens e receberam R\$ 12.160.970,02 em receitas de campanha, com doações partidárias somando R\$ 5.476.335,63. Candidatos pardos reportaram R\$ 8.038.399,95 em bens, com R\$ 3.862.793,79 em receitas e R\$ 2.215.406,96 em doações partidárias. Candidatos pretos declararam R\$ 3.001.360,83 em bens, R\$ 984.545,92 em receitas e apenas R\$ 62.306,26 em doações partidárias. Candidatos indígenas, por sua vez, declararam bens no valor de R\$ 30.000 e receitas de R\$ 20.610, com doações partidárias de apenas R\$ 1.550.

4.4.9 Candidaturas LGBTQ+ distribuídas por raça, gênero, bens, doações e receitas

TABELA 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBTQ+ DE 2016 POR RAÇA, BENS, DOAÇÕES DO PARTIDO E RECEITAS DECLARADAS

Descrição de Raça	Total de candidatos	Total de bens declarados	Total de doações do partido	Total de receitas declaradas
Branca	195	31.114.179,53	5.476.335,63	12.160.970,02
Parda	121	8.038.399,95	2.215.406,96	3.862.793,79
Preta	65	3.001.360,83	62.306,26	984.545,92
Indígena	3	30.000	1.550	20.610
Total geral	384	42.183.940,31	7.755.598,85	17.028.919,73

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

No período de 2020 (tabela 10) podemos perceber uma drástica redução no capital econômico disposto a esses candidatos, mas com um padrão similar ao ano de 2016, com candidatos brancos declarando R\$ 11.105.632,33 em bens, recebendo R\$ 681.187,71 em receitas e R\$ 37.734,98 em doações partidárias. Candidatos pardos declararam R\$ 2.499.056,2

em bens, com receitas de R\$ 433.493,23 e doações partidárias de apenas R\$ 4.500. Candidatos pretos apresentaram R\$ 1.761.235,11 em bens, receitas de R\$ 283.665,67 e doações partidárias de R\$ 61.756,5.

TABELA 10 DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ DE 2020 POR RAÇA, BENS, DOAÇÕES DO PARTIDO E RECEITAS DECLARADAS

Descrição de	Total de	Total de bens	Total de doações	Total de receitas
Raça	candidatos	declarados	do partido	declaradas
Branca	156	11.105.632,33	37.734,98	681.187,71
Parda	105	2.499.056,20	4.500	433.493,23
Preta	91	1.761.235,11	61.756,50	283.665,67
Total geral	352	15.365.923,64	103.991,48	1.398.346,61

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Repetindo a análise acima, mas a partir de um recorte de gênero. Em 2016 (tabela 11), os candidatos masculinos (269) declararam um total de bens no valor de R\$ 28.810.522,64, enquanto as candidatas femininas (115) declararam R\$ 13.373.417,67. A soma das doações dos partidos para candidatos masculinos foi de R\$ 4.370.792,36, e para candidatas femininas, R\$ 3.384.806,49. A soma das receitas declaradas pelos candidatos masculinos foi de R\$ 10.422.788,39, e pelas candidatas femininas, R\$ 6.606.131,34.

TABELA 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR GÊNERO, BENS, DOAÇÕES DO PARTIDO E RECEITAS DECLARADAS

Gênero	Total de	Soma de bens	Soma de doações	Soma de
	candidatos	declarados	dos partidos	receitas
				declaradas
Masculino	269	28.810.522,64	4.370.792,36	10.422.788,39
Feminino	115	13.373.417,67	3.384.806,49	6.606.131,34
Total geral	384	42.183.940,31	7.755.598,85	17.028.919,73

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

Em 2020 (tabela 12), houve uma mudança na distribuição de candidatos: os masculinos (151) declararam bens no valor de R\$ 9.978.446,76, e as femininas (203) declararam R\$ 5.467.476,88. As doações dos partidos para candidatos masculinos foram de R\$ 44.381,50, e para candidatas femininas, R\$ 59.609,98. A soma das receitas declaradas pelos candidatos masculinos foi de R\$ 869.642,60, e pelas candidatas femininas, R\$ 528.704,01.

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS LGBT+ POR GÊNERO, BENS, DOAÇÕES DO PARTIDO E RECEITAS DECLARADAS

Gênero	Total de candidatos	Soma de bens declarados	Soma de doações do partido	Soma de receitas declaradas
Masculino	151	9.978.446,76	44.381,50	869.642,60
Feminino	203	5.467.476,88	59.609,98	528.704,01
Total geral	354	15.445.923,64	103.991,48	1.398.346,61

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

5 RESULTADOS

A partir de nossos dados sobre candidaturas de minorias sexuais, geramos a tabela abaixo (tabela 13). O conteúdo fornece uma síntese dos principais achados de nosso estudo:

TABELA 13 – SÍNTESE DOS RESULTADOS

Grupo	Ano	Total de Candidatos	Bens declarados (%)	Receitas de campanha (%)	Votos Recebidos (%)	Taxa de Sucesso eleitoral da Amostra (%)
LGBT+	2016	386	4,45	0,57	0,56	9,8
HT	2016	497.777	95,55	99,43	99,44	18,1
LGBT+	2020	354	0,01	0,02	0,15	4,5
HT	2020	525.800	99,99	99,98	99,85	13,8

FONTE: ELABORADO PELA AUTORA (2024)

A Tabela 13 sintetiza os dados extraídos de nossas análises descritivas, comparando os percentuais de candidatos LGBTQ+ e heterossexuais (HT) nas eleições municipais de 2016 e 2020. A marcante discrepância nos resultados é reflexo da diferença no número de candidatos de cada grupo, o que nos levou a selecionar a taxa de sucesso como o indicador mais preciso para indicar que candidatos do grupo LGBTQ+ enfrentam desigualdades na disputa política. Notavelmente, a taxa de sucesso para candidatos LGBTQ+ caiu de 9,8% em 2016 para 4,5% em 2020, enquanto a dos candidatos HT reduziu-se de 18,1% para 13,8%. Esta redução aponta para desafios adicionais na experiência de candidatos LGBTQ+, sublinhando a necessidade de abordagens estratégicas para elucidar os fatores que incidem nesta realidade.

A comparação entre os anos 2016 e 2020 revelou aspectos que dialogam com a literatura especializada na participação eleitoral LGBTQ+. No que diz respeito a distribuição dos candidatos por gênero e grau de instrução, os dados demonstraram que a disparidade de gênero persiste em ambos os anos, com os homens apresentando uma maior proporção de ensino superior completo em comparação às mulheres. A distribuição dos candidatos com ensino médio completo também mostra uma diferença entre os gêneros, com uma maior proporção de candidatos em comparação às candidatas nas eleições de 2016, porém, em 2020, foi possível perceber um aumento expressivo de candidatas nessa escolaridade. As desigualdades entre homens e mulheres observadas nos níveis de instrução de candidatos LGBTQ+ podem ser atribuídas a barreiras estruturais que dificultam o acesso das mulheres à educação superior e outras oportunidades que poderiam melhorar suas qualificações e potencial político. Essas barreiras estruturais não só afetam a qualificação das candidatas, mas também suas chances de sucesso eleitoral, uma vez que um nível educacional mais alto está frequentemente associado a uma maior legitimidade para o exercício político.

Quanto à raça, comparando os dados entre 2016 e 2020, há uma relativa estabilidade na proporção de candidatos brancos, tanto femininos quanto masculinos, que permanecem como os grupos mais predominantes. No entanto, observa-se um aumento nas candidaturas de pessoas negras, especialmente entre as candidatas pretas femininas, que aumentaram de 3,64% em 2016 para 15,25% em 2020. A proporção de candidatos pardos masculinos reduziu ligeiramente, enquanto as candidaturas pardas femininas aumentaram. A presença de candidatos indígenas e amarelos é baixíssima em ambos os anos. A análise revela uma tendência de maior diversidade racial nas candidaturas LGBTQ+ de 2020 em comparação com 2016, com um aumento notável nas candidaturas de pessoas pretas, particularmente mulheres.

Quanto aos bens que foram declarados pelos candidatos, em sua maioria, os concorrentes LGBTQ+ participam da disputa eleitoral em condições desfavoráveis em termos de recursos financeiros. É possível presumir, a partir da declaração de bens, se o candidato tem condições de se autofinanciar, ou oferecer subsídios próprios para financiar sua campanha eleitoral. Conforme os gráficos demonstram, houve um aumento acentuado na proporção de candidatas femininas sem bens declarados em 2020 em comparação a 2016. Isso sugere que muitas candidaturas LGBTQ+, especialmente femininas, são encabeçadas por indivíduos com menores recursos financeiros. Além disso, a diminuição na proporção de candidatos com bens acima de R\$ 100.000 de 2016 para 2020 indica uma possível redução no autofinanciamento das campanhas dos concorrentes de um ano para o outro.

Esses resultados destacam a vulnerabilidade econômica de muitas candidaturas LGBTQ+, notavelmente entre as mulheres. A falta de bens declarados aponta para uma dependência maior de recursos externos para financiamento de campanhas, o que pode comprometer a competitividade dessas candidaturas. Essa disparidade econômica reflete a marginalização política imposta à população LGBTQ+, exacerbada por fatores de gênero e discriminação com base na sexualidade. Conforme a literatura especializada, a falta de recursos financeiros é uma das barreiras no desempenho eleitoral, podendo impactar negativamente a capacidade de mobilização e visibilidade dos candidatos. É possível presumir que a dependência de doações externas, aliada à discriminação estrutural, coloca as candidaturas LGBTQ+ em desvantagem competitiva, sublinhando a necessidade de políticas de apoio financeiro direcionadas.

Quando analisamos a ocupação dos candidatos, os gráficos evidenciam a proeminência da categoria "Outros" em ambos os anos, sugerindo que há uma proporção relevante de ocupações que não se encaixam nas categorias predefinidas pelo TSE. Além disso, foi possível perceber que a ocupação de cabeleireiro e barbeiro representa uma profissão de destaque entre os candidatos LGBTQ+. Por outro lado, a presença de estudantes, embora significativa, diminuiu de 7,32% em 2016 para 6,14% em 2020, indicando possíveis mudanças no perfil etário ou nas condições educacionais dos candidatos.

A predominância da categoria "Outros" entre os candidatos sugere uma amplitude de ocupações entre o grupo LGBTQ+. Essa diversidade revela a multiplicidade de experiências e perspectivas que os candidatos LGBTQ+ trazem para o cenário político. É importante observar, no entanto, que as ocupações dos candidatos LGBTQ+, em sua maioria, correspondem a níveis mais baixos de instrução. Essa situação impacta diretamente o capital político dos candidatos, pois aqueles com níveis superiores de instrução são frequentemente considerados mais aptos para cargos eletivos. A maior concentração de profissões que exigem menor qualificação

educacional pode evidenciar uma barreira estrutural para o avanço na carreira política desses candidatos, já que o nível de escolaridade compõe parcela relevante do capital político do candidato.

O capital político (BOURDIEU, 2001) consiste no capital simbólico que se acumula no campo político através do reconhecimento e da legitimação por parte de outros atores desse espaço. Este capital é essencial para a capacidade de um indivíduo ou grupo influenciar, mobilizar recursos e exercer poder. Vinculado aos capitais social, econômico e cultural, o capital político não apenas facilita a aquisição e manutenção de poder, mas também é determinado pela posição ocupada pelo agente no campo político. Assim, ele funciona tanto como recurso quanto como produto das dinâmicas de poder, sendo fundamental para a promoção de agendas e ideologias específicas dentro do espectro político. Aqueles que não possuem capital político são muitas vezes marginalizados ou excluídos das principais arenas de decisão política, o que pode resultar em uma participação política reduzida e na dificuldade de se fazer ouvir ou ser representado. A ausência de capital político, neste sentido, limita a capacidade de um agente de atuar de forma relevante no campo político, contribuindo para a perpetuação de estruturas de poder desiguais.

Anteriormente, vimos que a maioria dos candidatos LGBTQ+ não possuem bens declarados na disputa eleitoral. Destaca-se a diferença entre a eleição de 2016 e 2020, em que o número de candidatos sem bens declarados teve um crescimento notável. Isso reflete a busca por maior participação no processo eleitoral de candidatos que pertencem a estratos sociais mais baixos. Por outro lado, também expõe a precariedade financeira desses indivíduos que se lançam a disputar o jogo eleitoral.

Sobre a distribuição de candidatos LGBTQ+ e suas receitas de campanha entre os estados brasileiros, São Paulo, apesar de ter o maior número de candidatos, não apresenta a maior média de receitas por candidato. Estados como Sergipe e Ceará, com menos candidatos, têm uma média de receitas significativamente maior, mas isso pode estar associado a uma concentração de recursos em poucos candidatos. Além disso, estados como Acre, Alagoas, Piauí e Amapá têm poucos candidatos e médias de receitas muito baixas. Essas disparidades podem ser explicadas por vários fatores, incluindo a economia local, o apoio partidário, a visibilidade das candidaturas e a estrutura organizacional dos movimentos sociais LGBTQ+ em cada estado.

Estados com economias mais fortalecidas, como São Paulo e Rio de Janeiro, podem ter maior capacidade de arrecadação de recursos, enquanto estados menores ou menos desenvolvidos podem enfrentar maiores dificuldades. Além disso, o apoio dos partidos políticos e a presença de organizações não governamentais ativas no apoio às candidaturas LGBTQ+

podem influenciar significativamente a capacidade de arrecadação de fundos. A concentração de recursos em poucos candidatos pode refletir estratégias partidárias ou de doadores que visam maximizar o impacto de suas contribuições, apoiando candidatos com maior viabilidade eleitoral.

A comparação entre as tabelas de 2016 e 2020 revela mudanças na distribuição de receitas de campanha entre os candidatos. Em 2016, São Paulo liderava tanto no número de candidatos (73) quanto no total de receitas declaradas (R\$ 3.198.592,03), com uma média de R\$ 48.463,52 por candidato. Em 2020, São Paulo continuou a ter o maior número de candidatos (93), mas apresentou uma queda acentuada no total de receitas declaradas (R\$ 355.816,38) e na média por candidato (R\$ 7.570,56).

A diminuição significativa no total e na média de receitas declaradas em São Paulo de 2016 para 2020 sugere uma redução no financiamento disponível para os candidatos LGBTQ+ nesse estado. Enquanto a média de receitas por candidato caiu, o número de candidatos aumentou, indicando uma possível diluição dos recursos disponíveis. Em contraste, estados como Ceará e Paraíba, que não se destacaram em 2016, apresentaram médias de receitas por candidato significativamente mais altas em 2020 (R\$ 36.353,91 e R\$ 35.636,05, respectivamente).

A redução das receitas para candidaturas LGBTQ+ de 2016 para 2020 pode ser reflexo do contexto das eleições de 2020, marcadas pelo enfrentamento errático da COVID-19 pelo governo de ultradireita e negacionista de Jair Bolsonaro. Considerando a postura declaradamente contrária do presidente aos avanços na cidadania LGBTQ+ no país. A retórica LGBTQfóbica de Bolsonaro pode ter desestimulado o apoio a candidatos desse segmento. Por outro lado, é essencial reconhecer a resiliência desses candidatos, que, apesar das adversidades impostas por um governo com retrocessos nos direitos humanos das minorias, conseguiram consolidar seu espaço no campo político. O aumento no número de candidatos LGBTQ+ em comparação com as eleições de 2016 evidencia sua capacidade de resistência política e habilidade em enfrentar a oposição, mesmo sob condições desiguais na corrida eleitoral.

Contatou-se ainda a diminuição no valor das doações feitas pelos partidos, isso pode ser atribuída tanto à crise política desencadeada pelo impeachment de 2016¹¹, que removeu a presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff, quanto às eleições presidenciais de 2018. É importante contextualizarmos também a proibição de doações empresariais a partir das eleições de 2016, que provavelmente restringiu a capacidade dos partidos de arrecadar fundos.

¹¹ Ver < <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/cinco-anos-golpe-impeachment-dilma/>>.

Além disso, as crises econômicas e políticas recentes no Brasil podem ter limitado ainda mais os recursos disponíveis para campanhas eleitorais, impactando desproporcionalmente as candidaturas de minorias, que já enfrentam obstáculos consideráveis em termos de visibilidade e acesso a recursos financeiros. A análise nos valores de doações reflete a necessidade contínua de *advocacy* e mobilização para garantir que candidaturas LGBTQ+ recebam o suporte necessário para competir em condições de igualdade. As tabelas também indicam que partidos de esquerda, tradicionalmente mais alinhados com as causas de inclusão social, foram os principais doadores em 2016, mas essa tendência não se manteve com a mesma força em 2020.

Além disso, comparando os dois períodos eleitorais, observa-se uma redução na concentração de votos dos candidatos brancos de 70,09% em 2016 para 45,72% em 2020. Por outro lado, a concentração de votos dos candidatos pretos aumentou significativamente, de 8,08% em 2016 para 43,85% em 2020. A proporção de votos dos candidatos pardos diminuiu de 21,59% em 2016 para 10,09% em 2020. Os candidatos indígenas, que receberam 0,23% dos votos em 2016, não estão presentes nos dados de 2020.

Os dados das eleições de 2016 mostram uma discrepância significativa na arrecadação de recursos e no número de votos recebidos pelos candidatos LGBTQ+ de diferentes raças. Em 2016, candidatos brancos receberam a maior parte dos votos (70,09%) e arrecadaram a maior quantidade de recursos financeiros (71,41% do total). Em contraste, candidatos pretos e pardos arrecadaram menos recursos (5,78% e 22,68%, respectivamente) e receberam proporcionalmente menos votos (8,08% e 21,59%, respectivamente). Em 2020, os candidatos brancos continuaram a receber a maior parte dos votos (45,72%) e a maior parcela dos recursos (48,71%). No entanto, candidatos pretos tiveram um aumento significativo tanto na porcentagem de votos recebidos (43,85%), quanto nos recursos arrecadados (20,29%). Os candidatos pardos, por outro lado, apresentaram uma redução tanto nos votos recebidos (10,09%) quanto na arrecadação de recursos (31%).

A relação entre recursos financeiros e número de votos recebidos pode ser explicada pela capacidade dos candidatos com mais recursos de realizarem campanhas mais eficazes. Recursos financeiros permitem a contratação de profissionais especializados em marketing político, maior presença na mídia, produção de materiais de campanha de qualidade e um alcance mais amplo e eficiente de eleitores. Os candidatos negros enfrentam maiores barreiras na captação de recursos devido a preconceitos e estigmas raciais (Campos e Machado, 2020). No entanto, o aumento da arrecadação de recursos e votos para candidatos pretos em 2020 pode refletir um esforço crescente de movimentos sociais e organizações para apoiar financeiramente e politicamente essas candidaturas. Além disso, políticas internas dos partidos para promover

diversidade e inclusão podem ter começado a surtir efeito, contribuindo para uma distribuição mais equitativa de recursos entre candidatos de diferentes raças.

A queda nos valores entre anos de 2016 e 2020 ilustram uma continuidade na disparidade racial no financiamento de campanhas eleitorais, com candidatos brancos não apenas declarando mais bens, mas também recebendo substancialmente mais em termos de receitas e doações partidárias em comparação com seus pares pardos e pretos. Embora a redução geral nos valores de 2020 possa ser atribuída a restrições mais rigorosas de financiamento e impactos econômicos, as disparidades raciais permanecem proeminentes. Isso implica dizer que os partidos políticos, como agentes centrais na distribuição de recursos para campanhas, podem perpetuar essas desigualdades ao favorecer candidatos de grupos demográficos mais privilegiados.

Observou-se também uma diminuição no número de candidatos masculinos e um aumento no número de candidatas femininas de 2016 para 2020. No primeiro ano, os candidatos masculinos tinham, em média, maiores somas de bens declarados, doações de partidos e receitas totais comparados às candidatas femininas. Já em 2020, a tendência se inverte, com as candidatas femininas recebendo um valor médio maior em doações dos partidos, embora a soma dos bens declarados e receitas totais permaneça maior para os candidatos masculinos.

A análise dos dados evidencia uma disparidade já conhecida no financiamento de campanhas entre candidatos masculinos e femininos, mas neste caso, percebe-se que esta desigualdade se exacerba também entre as minorias sexuais. Em 2016, os candidatos masculinos dominavam em termos de bens declarados, doações de partidos e receitas totais, sugerindo um acesso mais facilitado a recursos financeiros. Essa vantagem financeira pode estar relacionada a redes de apoio mais amplas e maior acesso a doadores com maior capacidade financeira. Em 2020, embora as candidatas femininas tenham aumentado em número e recebido mais doações de partidos, a soma dos bens declarados e receitas totais dos candidatos masculinos ainda é maior. Esse cenário sugere que, apesar do avanço em termos de apoio partidário para candidatas femininas, elas ainda enfrentam barreiras significativas em termos de acesso a recursos financeiros pessoais e arrecadação geral.

Diante dos resultados acima mencionados, vamos às ponderações em relação as hipóteses de pesquisa deste trabalho:

- a) **Hipótese I: Candidatos LGBTQ+ arrecadam um índice reduzido de recursos em comparação a candidatos heterossexuais.** A literatura indica que a arrecadação de recursos é um fator determinante para o sucesso eleitoral. Estudos mostram que candidaturas com maiores recursos têm mais capacidade de mobilização, maior

visibilidade e, conseqüentemente, melhor desempenho nas urnas (SACCHET; SPECK, 2012). No contexto das candidaturas LGBTQ+, há evidências de que esses candidatos enfrentam discriminação e marginalização, resultando em menores arrecadações de recursos e, por conseguinte, menos votos. Gomes (2016) destaca a sub-representação de candidaturas LGBTQ+ e os desafios específicos enfrentados por esses candidatos, especialmente em termos de financiamento de campanha. A partir de nossas análises, a (H1) foi apenas parcialmente corroborada. Os resultados indicaram que, embora existam desigualdades claras nas chances de sucesso eleitoral entre candidatos LGBTQ+ e heterossexuais, atribuir essas diferenças unicamente ao financiamento de campanha seria redutivo. Outros aspectos também desempenham papéis cruciais na disputa eleitoral, isso destaca a necessidade de análises mais robustas e outros meios metodológicos para analisarmos esse cenário.

- b) **Hipótese II: Candidatos racializados recebem financiamento inferior em comparação a seus pares não racializados.** A interseccionalidade entre raça e orientação sexual adiciona camadas de discriminação e marginalização. Campos e Machado (2022) apontam que candidatos negros e pardos enfrentam maiores desafios para obter apoio e recursos, devido a preconceitos raciais profundamente enraizados. Quando combinados com a discriminação baseada na orientação sexual, esses desafios se intensificam, resultando em menor arrecadação de recursos (GOMES, 2016). Nossos resultados indicaram que a segunda hipótese (H2) foi plenamente corroborada. Os dados sugerem que esses candidatos não só recebem menos financiamento, mas também enfrentam uma dupla marginalização, tanto pela sua orientação sexual quanto pela sua raça. Isso sublinha a importância de abordagens políticas que considerem a interseccionalidade das identidades dos candidatos para mitigar as múltiplas barreiras que limitam seu desempenho na disputa eleitoral.
- c) **Hipótese III: A distribuição de recursos de campanha varia de acordo com o espectro político-ideológico dos partidos.** A literatura aponta que a posição ideológica dos partidos influencia significativamente a distribuição de recursos de campanha. Partidos de esquerda, que geralmente têm uma agenda mais inclusiva, tendem a apoiar mais candidaturas de minorias, incluindo LGBTQ+ (SACCHET; SPECK, 2012). No entanto, mesmo dentro desses partidos, há variações na alocação de recursos, muitas vezes favorecendo candidatos com maior viabilidade eleitoral. Gomes (2016) e Speck (2018) indicam que os partidos de direita e centro tendem a

investir menos em candidaturas LGBTQ+, enquanto partidos de esquerda demonstram maior apoio financeiro. Nossos estudos indicaram que a terceira hipótese (H₃) também foi parcialmente corroborada. Embora tenhamos observado uma tendência de partidos de esquerda a apoiar mais fortemente candidaturas LGBTQ+, não houve um apoio constante ao longo dos diferentes ciclos eleitorais estudados, indicando que as decisões de financiamento podem ser influenciadas por diversos fatores contextuais e estratégicos além da ideologia partidária.

Múltiplos desafios metodológicos se apresentaram durante esta pesquisa, mas particularmente no contexto LGBTQ+, a análise de dados revela aspectos importantes para refletirmos sobre o comprometimento do desempenho eleitoral deste grupo. Tornou-se evidente que esses candidatos entram na disputa política em condições desfavoráveis, frequentemente com baixos níveis de instrução e recursos insuficientes para financiar suas campanhas.

A literatura sugere que esses fatores influenciam o desempenho eleitoral, embora não sejam os únicos indicadores de sucesso. Com efeito, existem candidatos que superam esses obstáculos, e é fundamental reconhecer que o grupo LGBTQ+ é exemplar nesse aspecto. Foram identificadas ainda disparidades raciais e de gênero dentro deste segmento, com homens frequentemente superando as mulheres em termos de financiamento e nível de instrução, e candidatos LGBTQ+ racializados enfrentando desvantagens adicionais. Esses achados são elementos significativos para a construção teórica da experiência eleitoral desse grupo na Ciência Política.

Enquanto a literatura tem se concentrado amplamente nas experiências femininas e, cada vez mais, nas perspectivas raciais, este trabalho busca contribuir com os esforços de pesquisadores como Gomes, Feitosa, e Barbabela, que têm explorado a dinâmica eleitoral de um grupo que, por muitos anos, foi marginalizado no campo político. Atualmente, apesar dos obstáculos significativos, os candidatos LGBTQ+ estão cada vez mais visíveis e influentes nas esferas representativas, a exemplo da Deputada Federal Erika Hilton, cuja influência política abre caminhos para outros atores políticos que nutrem esperança de verem suas demandas sendo debatidas e direcionadas. Este panorama é uma prova da resiliência e da emergente capacidade de influência política deste grupo, moldando um novo capítulo na história política do Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constituía-se como objetivo principal deste estudo analisar como as desigualdades no financiamento de campanha influenciam o desempenho de candidatos LGBTQ+ em comparação com candidatos heterossexuais nas eleições municipais brasileiras de 2016 e 2020. Buscava-se compreender como as disparidades no acesso aos recursos de campanha dificultavam a entrada de candidatos LGBTQ+ nas arenas representativas, afetando a representação política deste grupo no Brasil, um país notoriamente conhecido pelas altas taxas de violência contra essa mesma população¹².

Ainda que nem todas as hipóteses tenham sido plenamente corroboradas, a pesquisa apontou que os candidatos LGBTQ+ enfrentam a disputa eleitoral em condição de desvantagem por múltiplos fatores. Contudo, não foi possível operacionalizar a comparação entre candidatos LGBTQ+ e heterossexuais. A diferença expressiva entre o número de candidatos do primeiro e do segundo grupo impediram análises adequadas. Por essa razão, a partir da extração de uma amostra comparável de ambos os grupos, obtivemos a taxa referente ao sucesso dos candidatos, onde o segmento LGBTQ+ apresentou uma clara posição de desvantagem em relação aos seus oponentes heterossexuais. Além disso, foi evidenciado no perfil dos candidatos LGBTQ+ um nível proeminente de candidatos com escolaridade abaixo do nível superior, particularmente as mulheres. Nesse ponto, é importante nos atentarmos para o fato de que o nível de instrução corresponde a um componente relevante do capital político.

Candidatos com níveis superiores de educação tendem a ser aceitos pelo eleitorado como atores mais adequados à política eleitoral. Em contrapartida, candidatos com baixos níveis de instrução podem ser deslegitimados enquanto atores políticos, vistos como sem experiência para o exercício de cargos eletivos. Com este raciocínio, podemos presumir que este aspecto deve somar-se a uma deslegitimação histórica anteriormente imposta a esse grupo, em detrimento da discriminação em razão da sexualidade, disseminada por parte da população. É muito provável que isso implique em consequências negativas em um cenário político dominado por uma oposição evangélica agressiva.

Outro aspecto importante que foi revelado pela pesquisa é a proeminência da categoria “outros” como ocupação profissional majoritária entre os candidatos LGBTQ+. É mais provável que essa categoria seja designada para uma atividade que demanda baixos níveis de

¹² Ver < <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/clp/noticias/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-populacao-lgbtqia-clp-aprova-seminario-sobre-o-tema> >.

escolaridade, do que o contrário. Ao olharmos para duas profissões de maior destaque depois de “outros” – estudante e cabeleireiro – pode-se presumir que deve se tratar de algum ofício diverso daqueles considerados próprio do político tradicional. É muito comum as pessoas valerm-se de suas profissões durante as campanhas políticas, políticos de carreira, empresários, advogados, médicos, enfermeiros, todos são termos utilizados para enaltecer os níveis de instrução e aptidão profissional.

No jogo político, essa informação é relevante para barganhar o voto do eleitor. A categoria “outros”, porém, obscurece a realidade profissional dos candidatos que disputam as eleições. Podemos imaginar que talvez esses candidatos sejam profissionais autônomos ou que estão a margem do mercado de trabalho. Outra observação importante é que na seleção de profissões que emergem do grupo LGBTQ+ analisado, não foi constatado o cargo de político, isso significa que esses candidatos são desafiantes na política. É claro que à medida em que esses candidatos ingressam no campo político, espera-se o surgimento de incumbentes, mas como esses candidatos poderão consolidar e desenvolver sua experiência política com obstáculos adicionais em um processo que, pela dinâmica estrutural em si, já é difícil? Este é o problema no silenciamento dessas experiências no processo eleitoral. O ano eleitoral de 2024 vai sentir os efeitos de um dispositivo legal, que estabeleceu um campo nos sistemas de candidaturas do TSE para inserir informações sobre a orientação sexual, espera-se que com isso, a variável sexualidade possa identificar esses candidatos oficialmente, para desenvolver análises mais robustas sobre as dinâmicas de exclusão política que atingem esse grupo. Este trabalho pretende servir como referencia de anos anteriores, em que a sexualidade era informação marginal entre os candidatos concorrentes.

Convém sempre lembrarmos que a sexualidade, apesar de consistir em um tema frequentemente negligenciado pelas lideranças políticas e partidárias (ver capítulo 2), induz formas específicas de discriminação e segregação, além da violência materializada em casos de LGBTQfobia. Não podemos esquecer igualmente que o Brasil é um país de índices notáveis quando se trata de mortes e violências contra indivíduos deste grupo. Por esse motivo, não podemos compreender a sexualidade ou identidade de gênero como categorias analíticas menos importantes ao estudarmos formas de exclusão política no sistema eleitoral brasileiro.

Identificamos ainda disparidades internas no segmento LGBTQ+: mulheres estão em desvantagens tanto em termos financeiros, quanto nos níveis de instrução em relação aos homens; e candidatos racializados arrecadam menos recursos para subsidiar campanhas eleitorais. A dificuldade de candidatos racializados vem sendo tema de grande relevância dentro da Ciência Política. O campo político também tem sido um território de disputa entre candidatos

negros e pardos, mobilizando os espaços políticos para o enfrentamento da discriminação racial presente dentro e fora das esferas representativas. Sabe-se que o racismo estrutural impacta as dinâmicas políticas, por essa razão mobilizamos a variável raça em nossas análises, que revelaram, com efeito, disparidades relevantes entre pessoas racializadas e não racializadas.

O espectro político também se mostrou flexível, evidenciando que atores políticos LGBTQ+ se encontram tanto em partidos de esquerda, quanto de direita. No entanto, quando se trata de recursos doados, é importante observarmos que a esquerda ainda se mostra mais relevante para esses grupos. Com efeito, Feitosa (2022) argumenta que a penetração de candidatos LGBTQ+ se dá por caminhos ideológicos alinhados tanto à esquerda, quanto à direita. Os achados dessa flexibilidade partidária corroboram a tese de Feitosa, que indica que esse dilema foi superado.

Três hipóteses guiaram as análises que objetivavam a compreensão das disparidades no financiamento de campanha entre candidatos LGBTQ+ e heterossexuais, bem como seu impacto sobre o desempenho eleitoral do primeiro grupo em relação ao segundo, no contexto das eleições municipais de 2016 e 2020 no Brasil. Além de sugerir disparidades raciais e questões ideológico-partidárias. Conforme explicado anteriormente, a primeira hipótese (H1) foi parcialmente corroborada. A análise comparativa por amostra indicou desigualdades evidentes nas chances de sucesso eleitoral entre candidatos LGBTQ+ e heterossexuais, contudo, não foi possível realizar análises mais profundas devido a disparidade do número de candidatos entre os dois grupos.

Já a segunda hipótese (H2), que postulava que candidatos LGBTQ+ racializados enfrentam desafios ainda maiores, foi plenamente corroborada. Candidatos racializados recebem menos em comparação a candidatos brancos, evidenciando uma intersecção de desafios, ligados a raça e a sexualidade. Isso corrobora a importância de abordagens que considerem a interseccionalidade das identidades dos candidatos, para mitigar as múltiplas barreiras que limitam seu desempenho na disputa eleitoral. A terceira hipótese (H3) examinou se a distribuição de recursos de campanha variava de acordo com o espectro político-ideológico dos partidos. Assim como a primeira hipótese, esta última foi parcialmente corroborada. A comparação entre os dois anos não mostra uma consistência absoluta de apoio à candidatos LGBTQ+ nos ciclos eleitorais de 2016 e 2020 por parte da esquerda.

Com efeito, este estudo revela padrões persistentes de desigualdades no financiamento de campanha e na representação política dos candidatos LGBTQ+. Tais desigualdades são reflexos de preconceitos arraigados e estruturas de exclusão bem estabelecidas. Esta pesquisa contribui para a literatura ao destacar as disparidades nas taxas de sucesso eleitoral entre

candidatos LGBTQ+ e heterossexuais, e ao denunciar as barreiras adicionais enfrentadas por candidatos de diferentes raças dentro deste mesmo grupo. A reflexão sobre os candidatos LGBTQ+ racializados destaca a importância de reconhecer a interseccionalidade como um instrumento incontornável para expor as variadas formas de exclusão direcionadas a pessoas negras e pardas LGBTQ+. Além disso, reconhecer a sexualidade como uma variável relevante ajuda a compreender como ela pode potencializar e agudizar os desafios enfrentados por estas minorias. Ignorar a sexualidade é também negligenciar os mecanismos específicos de segregação e exclusão que decorrem da discriminação baseada em identidade de gênero e orientação sexual. É essencial avaliarmos os efeitos dessa dinâmica no cenário político, para assim fomentar um ambiente representativo mais democrático e abrangente.

Apesar das limitações enfrentadas, especialmente pela disparidade numérica entre os grupos de candidatos analisados e a ausência de dados específicos sobre orientação sexual nos registros eleitorais brasileiros, acreditamos que os dados apresentados neste estudo pavimentam caminhos para futuras pesquisas, com o emprego de métodos mais sofisticados, graças à disponibilização inédita de dados oficiais sobre esse grupo no processo eleitoral que ocorrerá a partir do ano de 2024. Encorajamos a realização de futuras pesquisas que explorem diferentes meios para compreender o impacto do financiamento de campanha nas identidades políticas e sexuais. Seria igualmente produtivo investigar como as plataformas digitais, redes de apoio comunitário e outros tipos de capital político influenciam as oportunidades eleitorais de candidatos pertencentes a minorias.

Por fim, destacamos ainda a urgente necessidade de enfrentar e superar as barreiras que impedem uma representação política que reflita verdadeiramente a diversidade do Brasil. Ao desmontar as estruturas de poder que sustentam a exclusão e ao implementar políticas inclusivas que valorizem a diversidade dentro do espectro político, estaremos promovendo uma transformação democrática essencial a um país tão fragmentado pela desigualdade social. Espera-se que este estudo tenha contribuído para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de exclusão e inclusão dos grupos LGBTQ+ na política eleitoral, delineando caminhos para uma democracia mais representativa e fiel à realidade multicultural brasileira.

REFERÊNCIAS

- BARBABELA, P. Os dilemas da representação política LGBTI+: Notas sobre as eleições legislativas municipais de 2020 no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, [S. l.], v. 4, n. 14, p. 427–451, 2022. DOI: 10.31560/2595-3206.2021.14.12275. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/12275>. Acesso em: 28 jun. 2024.
- BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, G.; CODATO, A. Partidos políticos no Brasil: uma análise do espectro ideológico. *Política & Sociedade*, 22(50), 198-220, 2023.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 121–151, jan. 2015.
- CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre, Zouk, 2020.
- CODATO, A.; CERVI, E.; PERISSINOTO, R. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 61-84, 2013.
- COLETTTO, L. H. Brazilians? Political Behavior and the Gay and Lesbian Voters: A Scholarly Missing Link. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- Datafolha; All Out e Havaianas. *Pesquisa do orgulho*, 2023. Disponível em: <https://pesquisadoorgulho.com.br>.
- DEHESA, Rafael de La. Incursiones queer em la esfera pública. Movimientos por los derechos sexuales em México y Brasil. México, Ciudad Universitária, Universidad Nacional Autónoma de México. Programa Universitario de estudios de género, 2015.
- FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L.; BRAZ, C. Estudos sobre sexualidade, sociabilidade e mercado: olhares antropológicos contemporâneos. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 99–140, jan. 2014.
- FEITOSA, C. Barreiras à ambição e à representação política de LGBT no Brasil. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 120–131, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2017v24n1.35710. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/35710>. Acesso em: 30 out. 2024.
- FEITOSA, C. DIVERSIDADE SEXUAL E PARTIDOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE DA CIDADANIA GBT NOS ESTATUTOS PARTIDÁRIOS BRASILEIROS. *Revista Feminismos*, [S. l.], v. 9, n. 2, 2022. DOI: 10.9771/rf.v9i2.41956. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/41956>. Acesso em: 30 out. 2024.
- FEITOSA, C. Reflexões teóricas sobre a interação entre movimento LGBTI+ e partidos políticos no Brasil. *Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 31, n. 3, p.

3–23, 2023. DOI: 10.31068/tp.310301. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/941>. Acesso em: 30 out. 2024.

GOHN, M. G. Os jovens e a praça dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 2, jul.-dez., 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.48>. Acesso em: 23 maio 2024.

GOHN, M. G. Participação e democracia no Brasil: Da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

GONTIJO, F. Kátia Tapety: ora mulher, ora travesti? Gênero, sexualidade e identidades em trânsito no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 299–319, jul. 2014.

GREEN, J. N. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

LEMO, L.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, P. O financiamento eleitoral e seus efeitos nas eleições brasileiras: um estudo das eleições para a Câmara dos Deputados e Senado. *Dados*, 53(2), 345-372, 2010.

MANCUSO, W. P.; SPECK, B. W. Financiamento de campanhas e prestação de contas. *Cadernos Adenauer*, v. 15, n. 1, p. 135-150, 2014. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/13776-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

MANSBRIDGE, J. Should blacks represent blacks and women represent women? A contingent “yes”. *The Journal of Politics*, 61(3), 628-657, 1999.

MARQUES, D. Carreiras políticas e desigualdades: elementos para uma crítica feminista do campo político. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, [S. l.], n. 95, 2021. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/117>. Acesso em: 30 out. 2024.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 115–134, jun. 2003.

MIGUEL, L. F. Representação política e desigualdade: uma análise da sub-representação de minorias nas esferas de poder. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(86), 29-45, 2014.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 653–679, set. 2010.

PHILLIPS, A. *The politics of presence*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

PITKIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1967.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SACCHET, T. Partidos políticos e sub-representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas no Brasil. In: PAIVA, D.; BEZERRA, H. D (Orgs). Mulheres, política e poder. Goiânia: Cãnone Editorial, 2011.

SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 399-431, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200004>.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento de campanhas eleitorais e equidade na competição política: uma análise das eleições brasileiras de 2010. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27(79), 101-120, 2012.

SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32923294009>. Acesso em: 20 maio 2024.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 179-212, jan.-jun., 2016a.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 21, p. 147-186, set.-dez., 2016b.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 23, p. 58–96, maio 2016c.

SILVA, B. F. DA.; CERVI, E. U. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 23, p. 75–110, maio 2017.

SILVA, E.; CERVI, E. O impacto do financiamento eleitoral no desempenho de candidatos no Brasil: uma análise das eleições de 2002 e 2006. *Opinião Pública*, 23(1), 45-73, 2017.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2009.

VOTELGBT. “A política LGBT+ brasileira: entre potências e apagamentos”. São Paulo, 2022.

TODXS. TODXS Núcleo – Centro de Pesquisa em Políticas Públicas LGBTI+. Pesquisa Nacional por Amostra da população LGBTI+. São Paulo: TODXS, 2022.

TREVISAN, J. S. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

YOUNG, I. M. Democracy and inclusion. Oxford: Oxford University Press, 2006.